



**Patrimônio, Memória e Espaço:** a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim

DANIEL BERTRAND

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA: I

**Patrimônio, Memória e Espaço:** a construção da paisagem açucareira do Vale do  
Ceará-Mirim

DANIEL BERTRAND

NATAL – RN  
2010

DANIEL BERTRAND

**Patrimônio, Memória e Espaço:** a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa I: “Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Douglas Araújo.

NATAL – RN  
2010

Divisão de Serviços Técnicos  
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

**Bertrand, Daniel.**

Patrimônio, memória e espaço: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim / Daniel Bertrand. – Natal, RN, 2010.  
132 f. : il.

Orientador: Douglas Araujo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História.

1. Arqueologia – Vale do Ceará-Mirim (RN) – Dissertação. 2. Patrimônio – Rio Grande do Norte – Dissertação. 3. Plantas açucareiras – Cultivo – Dissertação. I. Araujo, Douglas. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU

DANIEL BERTRAND

**Patrimônio, Memória e Espaço: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa I: “Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Douglas Araújo.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Douglas Araújo  
Orientador

---

Prof. Dra. Marcia Severina Vasques  
Examinadora interna

---

Prof. Dr. Walter Fagundes Morales  
Examinador externo

NATAL – RN  
2010

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor, pela saúde e por tudo que passei, de bom e de ruim, no decorrer deste trabalho, pois tudo isso é importante e nos faz amadurecer para enfrentar os problemas da vida.

À minha família, meu pai Sergio, minha mãe Odete, meus irmãos Kristian, Rodrigo, Camila e Andreia pelo incentivo e ajuda que foram fundamentais durante o desenvolvimento deste trabalho.

Em especial a minha esposa Emmanuelle, pelo amor, dedicação, companheirismo, apoio e incentivo em todos os momentos.

Ao professor Douglas Araujo, meu orientador, pela aceitação do tema, pelos conselhos, amizade, orientação, apoio, tempo dedicado durante a realização deste trabalho e, principalmente, pela compreensão dos meus longos períodos de ausência.

Aos professores do programas de pós-graduação, em especial aos professores das disciplinas que cursei no mestrado, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, Yuri, Wesley, Adriana, Joana, João Mauricio, Luiz Felipe e Edianne, pelos bons momentos durante as aulas, pelas conversas sobre história ou assuntos corriqueiros. Em especial, agradeço, a minha colega Helicarla, pelas conversas agradáveis e elucidativas sobre o Ceará-Mirim e também pela amizade e respeito.

Aos meus amigos da Arqueologia, Pedrinho, Walter, Luiz Dutra, Glauco, Kristian, Camila e muitos outros que me ajudaram nas pesquisas de campo e nas discussões sobre o tema. Como também pela minha ausência no trabalho motivado pelo mestrado. Em especial a Danielly Melo pela tradução do resumo para o inglês.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pelo acesso a documentação da época; ao Memorial Câmara Cascuda, em especial à Dalianna Cascudo por disponibilizar os livros de sua biblioteca, A Fundação Nilo Pereira e a Secretaria de Turismo, de Ceará-Mirim, pelo auxílio as visitas aos engenhos. Ao IPHAN, em especial a Onezimo e Heliana, pela disponibilização da documentação do projeto de tombamento do patrimônio rural de Ceara-Mirim.

A FAPERN, pelo auxílio financeiro durante o período das disciplinas do mestrado.

A todas as pessoas aqui não citadas, que de forma direta ou indireta colaboraram para que fosse possível a realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de entender como a instalação da cultura açucareira ao longo do rio Ceará-Mirim definiu a organização espacial do Vale, configurando assim a paisagem. Esse espaço começou a ser definido somente na segunda metade do século XIX, quando se iniciou o cultivo da cana de açúcar nas terras localizadas nas margens do rio Ceará-Mirim.

A passagem deste período de grande prosperidade pode ser observada através do patrimônio material ainda presente na região. Percorrendo o Vale, verificamos um número considerável de construções arquitetônicas, muitas em ruínas, ligadas a esse momento histórico. Essa percepção, causada por essas construções, nos leva há uma viagem ao passado, para um tempo caracterizado por casas-grande, engenhos, plantações de cana, senhores de engenho, escravos, etc.

Os referenciais que nos levam a considerar os engenhos de açúcar localizados ao longo do Vale do Ceará-Mirim como patrimônio, que carregam toda uma bagagem histórica, remete-nos a primeira metade do século XX. Nesse período, a atuação de intelectuais do eixo Rio – São Paulo através do movimento modernista será decisivo na constituição de uma identidade nacional.

O patrimônio material identificado ao longo do Vale do Ceará-Mirim definiu a sua atual organização espacial, configurando a paisagem. Mas devemos conceber essa paisagem de duas formas: primeiro, como uma representação material das práticas sociais realizadas neste espaço, onde aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais interagiram para a sua formação; como também, uma paisagem que carrega toda uma bagagem histórica formada ao longo do século XX.

Palavras Chaves: Patrimônio, Arqueologia, Paisagem e Cultura Material.

## ABSTRACT

This work aims to understand how the installation of sugar culture along the river Ceará-Mirim defined the spatial organization of the Valley, and thus setting the landscape. This space has begun to be defined only in the second half of the nineteenth century, when the sugarcane growth had started on land located on the banks of the river Ceará-Mirim.

The passage of this period of great prosperity can be seen through the heritage material which is still presented in the region. Walking through the Valley, we found a considerable number of architectural buildings, many in ruins, linked to this historical moment. This perception, caused by these buildings, will take us on a trip to the past, back to a time characterized by great-houses, mills, sugarcane plantations, planters, slaves, etc.

The references that lead us to consider the sugar mills located along the valley of Ceará Mirim as a patrimony, which carry an entire historical baggage, guide us to the first half of the twentieth century. During this period, the role of intellectuals from the Rio - Sao Paulo through the modernist movement will be decisive in the formation of a national identity.

The heritage material identified along the valley of Ceará Mirim defined its current spatial organization, setting the landscape. But we must conceive this landscape into two ways: first, as a material representation of social practices carried out in this space, where social, cultural, economic and environmental aspects have interacted to their training; as well as a landscape that carries a whole historical baggage which was built throughout the twentieth century.

Keywords: Heritage, Archaeology, Landscape and Material Culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Vale do Ceará-Mirim.....	68
Figura 02 – Corte transversal do Vale do Ceará-Mirim.....	71
Figura 03 – Imagem de satélite com a distribuição espacial dos engenhos no Vale do Ceará-Mirim.....	73
Figura 04 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Carnaubal.....	75
Figura 05 – Casa Grande do engenho Carnaubal.....	77
Figura 06 – Ruínas da casa de engenho e de purgar do engenho Carnaubal.....	78
Figura 07 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Guaporé.....	79
Figura 08 – Casa Grande do engenho Guaporé.....	80
Figura 09 – Casa de banho do engenho Guaporé.....	81
Figura 10 – Imagem de satélite com implantação da Usina São Francisco.....	82
Figura 11 – Casa Grande do engenho São Francisco.....	83
Figura 12 – Cemitério e capela do engenho São Francisco.....	84
Figura 13 – Imagem de satélite com a implantação do engenho União.....	85
Figura 14 – Ruínas do engenho União.....	85
Figura 15 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Trigueiro.....	87
Figura 16 – Casa grande do engenho Trigueiro.....	88
Figura 17 – Implantação na paisagem da Usina Ilha Bela.....	89
Figura 18 – Balança da Usina Ilha Bela.....	90
Figura 19 – Fábrica da Usina Ilha Bela.....	90
Figura 20 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Umburanas.....	93
Figura 21 – Casa Grande do engenho Umburanas.....	93
Figura 22 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Verde Nasce.....	94
Figura 23 – Túmulo de Emma Tompsom.....	95
Figura 24 – Engenho do Verde Nasce com a cerca inglesa.....	96
Figura 25 – Casa grande do engenho Verde Nasce.....	97

Figura 26 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Cruzeiro.....	98
Figura 27 – Casa grande do engenho Cruzeiro.....	99
Figura 28 – Ruínas da Casa grande do engenho Cruzeiro.....	99
Figura 29 – Capela do engenho Cruzeiro.....	100
Figura 30 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Oiteiro.....	101
Figura 31 – Ruínas do engenho Oiteiro.....	101
Figura 32 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Mucuripe.....	103
Figura 33 – Engenho Mucuripe.....	104
Figura 34 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Santa Isabel.....	105
Figura 35 – Ruínas do engenho Santa Isabel.....	105
Figura 36 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Morrinhos.....	106
Figura 37 – Casa Grande do engenho Morrinhos há 20 anos (esquerda) e atual (direita).....	107
Figura 38 – Fábrica do engenho Morrinhos.....	107
Figura 39 – Ruínas da usina Santa Tereza.....	108
Figura 40 – Casa grande do engenho São Leopoldo.....	110
Figura 41 – Engenho São Leopoldo.....	111
Figura 42 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Diamante.....	112
Figura 43 – Casa grande do engenho Diamante.....	113
Figura 44 – Residência do morador do engenho Diamante.....	114
Figura 45 – Imagem de satélite com a implantação do engenho Nascimento.....	115
Figura 46 – Casa grande do engenho Nascimento.....	116
Figura 47 – Casa do engenho no engenho Nascimento.....	117

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Divisão espacial das atividades econômicas na Capitania do Rio Grande em 1775.....	32
Quadro 02 – Quadro comparativo da produção do açúcar e algodão no biênio 1853-1854.....	34
Quadro 03 – Distribuição dos engenhos nas cidades ou vilas do Rio Grande do Norte em 1854.....	34
Quadro 04 – Distribuição dos engenhos nas cidades ou vilas do Rio Grande do Norte em 1862.....	35
Quadro 05 – A produção de açúcar na província do Rio Grande do Norte entre 1851 - 1860.....	36
Quadro 06 – Distribuição de escravos pelos municípios na província nos anos de 1884 e 1888.....	38
Quadro 07 – Exportação de açúcar relativa aos anos de 1890 a 1903.....	41
Quadro 08 – Engenhos / Usinas e produção de açúcar no vale de rio Ceará-Mirim.....	47
Quadro 09 – Engenhos pesquisados no Vale do Ceará-Mirim.....	72

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 01 – O açúcar, a técnica e os homens: a implantação da cultura açucareira no Vale do Ceará-Mirim.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1 – A cultura açucareira no Vale do rio Ceará-Mirim.....</b>	<b>41</b>
<b>Capítulo 02 – As ruínas do Vale do Ceará – Mirim: escombros de um passado ou patrimônio cultural? .....</b>	<b>48</b>
<b>Capítulo 03 – A materialização de uma paisagem: o Vale visto a partir da arqueologia.....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 – O ambiente define a paisagem e o homem define o ambiente.....</b>	<b>66</b>
<b>3.1.1 – Os engenhos instalados na planície de inundação do rio Ceará-Mirim.....</b>	<b>74</b>
<b>3.1.2 – Os engenhos instalados nos tabuleiros que circundam o vale do Ceará-Mirim.....</b>	<b>91</b>
<b>3.2 – Transformando a paisagem: as obras de engenharia na tentativa de domar o rio Ceará-Mirim.....</b>	<b>117</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>122</b>
<b>Fontes Impressas.....</b>	<b>125</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

“Os velhos engenhos, que, como o poema de Ascenso Ferreira, só os nomes fazem sonhar, parecem adormecidos no silêncio verde do paraíso. De longe eles nos contam a sua história. Todos tem mais ou menos a mesma história; e o céu anda todo impregnado dos anseios que o fumo de sua chaminés esparzia.

Lá está, na visão proustiana, o Guaporé, reduto da civilização rural, cidadela do sonho perdida nos mistérios do tempo.

Do alto da torre da Igreja ninguém o diria morto ou, pelo menos, suspenso sobre os abismos do seu próprio enigma. O vale é esplendoroso, opulento, edênico, como se tivesse saído, há pouco, duma página do Gênesis. Até a morte dos engenhos é ali rica faustosa, hierática.”<sup>1</sup>

O trecho acima, retirado da obra “Imagens do Ceará-Mirim”, escrita por Nilo Pereira, em que o autor constrói, por meio das lembranças de sua infância, a evolução histórica do Vale do Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, demonstrando como os engenhos dominaram e dominam a paisagem da região<sup>2</sup>.

Obra de caráter memorialística, como também evocativa, Nilo Pereira busca, em suas memórias, a reconstrução de um passado aristocrático que dominou a região. Um passado formado por “senhores e escravos, grande e pequenos, feitores e cambiteiros – a gama social do engenho, movendo-se num cenário distante”<sup>3</sup>. Um passado carregado de tradições de uma economia rural e patriarcal, onde os engenhos, distribuídos ao longo do vale, caracterizam a paisagem açucareira da região.

“Diante da paisagem do vale do Ceará-Mirim sente-se a tranquilidade duma civilização que lançou as suas raízes na terra e que não passou completamente, pois ainda existe quem ampare essas tradições da chamada nobreza rural, menos por um sentido econômico do que pelo apreço da nobiliarquia.

Parece estranho, decerto, que numa época como esta, de tantas mutações, se venha falar em aristocracia e nobreza. Conto uma história e esta se passa no seu tempo próprio. O que não significa que por isso se esqueça o esforço do povo, de outras classes sociais em benefício do vale, cuja vida econômica ia, com efeito, do senhor de engenho ao cambiteiro.”<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará - Mirim**. p. 35.

<sup>2</sup> Obra publicada em 1969, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e reeditada duas vezes, nos anos de 1977 e 1989, pela Fundação José Augusto. (MORAIS, Helicarla Nyely Batista de. **Natureza, suporte da memória: o Vale do Ceará-Mirim na memorialística de Nilo Pereira, 1920-1960**. p. 7.)

<sup>3</sup> PEREIRA, Nilo. Op. cit. p. 11.

<sup>4</sup> Idem, p. 39.

Outra obra de caráter memorialística que tem como palco o Vale do Ceará-Mirim é o livro “Oiteiro: memórias de uma sinhá-moça”, escrito por Maria Madalena Antunes Pereira, publicado em 1958, no centenário de emancipação do município de Ceará-Mirim. Nesta obra, como ocorre na de Nilo Pereira, a autora relata acontecimentos de sua infância e adolescência vividos na fazenda Oiteiro e no sobrado da família na área urbana da cidade. É neste ponto que as duas obras diferenciam-se: em Oiteiro, a autora narra fatos vividos por ela.

Diferentemente da obra de Nilo Pereira, os fatos apresentados por Madalena Antunes foram vividos por ela: os anos passados no engenho Oiteiro; o período de aprendizagem, primeiramente em casa e depois em colégio no Recife; sua relação com os escravos, destacando o relacionamento com sua mãe preta Patica e com a escrava Tonha; o período de decadência da economia açucareira e o processo de instalação das usinas na região; entre outros.

Em muitas passagens do livro podemos identificar aspectos que estão ligados diretamente à escravidão. Como na passagem onde nos é apresentada a história de sua mãe preta Patica, esta “fôra vendida a uma coronel de Maxaranguape, cuja filha ia casar-se e ela ia fazer parte do seu dote de escravo.”<sup>5</sup>

A publicação deste livro de reminiscências foi muito comemorada por intelectuais potiguares da época. Como pôde ser visto em artigo publicado por Luis da Câmara Cascudo no jornal “A República”, reproduzido na obra de Madalena Antunes:

“(…) Vamos ter um volume de recordações, história de uma nobre, tranqüila e doce vida de sinhá moça brasileira, mãe e avó, vida em engenho de açúcar, com mãe preta, educada em colégio do Recife, plantando sua casa nos ritos da aristocracia rural do Ceará-Mirim.”<sup>6</sup>

Outro intelectual potiguar que destaca a importância da publicação do livro de memórias escrito por Madalena Antunes foi seu sobrinho Nilo Pereira. Primeiramente em uma carta enviada para sua tia antes da publicação, reproduzida como prefácio do livro, e também em capítulo intitulado “Memórias de uma sinhá-moça” no “Imagens do Ceará-Mirim”<sup>7</sup>. Nos dois momentos, para Nilo Pereira, o livro transporta o leitor para

---

<sup>5</sup> PEREIRA, Maria Madalena Antunes. **Oiteiro: memórias de uma sinhá-moça**. p. 77.

<sup>6</sup> Idem, p. 07.

<sup>7</sup> PEREIRA, Nilo. Op. cit. p. 44-47.

um período da história de Ceará-Mirim, período caracterizado por uma aristocracia rural ligada ao cultivo da cana de açúcar.

“(…) É o romance do ciclo da cana de açúcar, da paisagem rural dos engenhos, com as suas casas grandes, as suas sinhás-donas, as suas mucamas, todo um drama que nos é familiar porque é justamente nele que temos mergulhadas as nossas raízes emocionais.”<sup>8</sup>

A apresentação dessas duas obras teve o objetivo de mostrar o Vale do Ceará-Mirim com uma história caracterizada por uma tradicional aristocracia açucareira que dominou a região. Esse espaço começou a ser construído na segunda metade do século XIX, quando se iniciou o cultivo da cana de açúcar nas terras banhadas pelo rio Ceará-Mirim.

Antes deste período, a produção de açúcar em território potiguar era inexpressiva, tendo pouquíssimos engenhos ativos nos primeiros séculos de colonização. O espaço norte-rio-grandense era então, dominado pela criação de gado e a produção do sal. Tentou-se implantar a monocultura açucareira no início da colonização, mas essa atividade não prosperou, sendo relegada a segundo plano<sup>9</sup>.

Nos séculos XVIII e XIX, com o desenvolvimento do cultivo do algodão, verificamos uma nova configuração do espaço potiguar, colocando o Rio Grande do Norte em evidência no cenário agroexportador brasileiro. Com isso, todos os esforços e recursos da administração provincial irão se voltar para o interior, principal área de cultivo do algodão. Somente na segunda metade do século XIX essa configuração espacial irá se modificar, ocasionada por fatores tanto naturais quanto econômicos. A seca ocorrida entre os anos de 1844-1846 dizimou o rebanho bovino, desarticulando esta atividade, diminuindo os lucros gerados pela exportação do algodão, levando os proprietários rurais a buscarem uma atividade mais sólida para investir<sup>10</sup>.

Motivados por esses fatores ou necessidades, muitos proprietários rurais voltam seus olhares para a Zona da Mata, área livre dos problemas relacionados à seca, passam, então, a investir seus recursos em uma atividade até então não priorizada na província: o cultivo da cana-de-açúcar. Por apresentar todos os requisitos necessários ao

---

<sup>8</sup> PEREIRA, Maria Madalena Antunes. Op. cit. p. 09.

<sup>9</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. **Historia do Rio Grande do Norte**. p. 79.

<sup>10</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. p.166.

desenvolvimento da cultura açucareira, são instalados, ao longo do rio Ceará-Mirim, em seu médio e baixo curso, engenhos para o cultivo da cana e a produção de açúcar.

A passagem deste período de prosperidade açucareira pode ser observada através do patrimônio material presente na região. Percorrendo o Vale, verificamos um número considerável de construções arquitetônicas, muitas em ruínas, ligadas a esse momento histórico. Essa percepção, causada por essas construções, transporta-nos em uma viagem ao passado, para um tempo marcado por casas-grande, engenhos, plantações de cana-de-açúcar, senhores de engenho, escravos, etc.

Citando uma passagem do romance de Gustave Flaubert, contando as aventuras dos amigos Bouvard e Pécuchet, Durval Muniz demonstra como os objetos só tem sentido se pudermos compreender a trama histórica que os envolve.

“Depois de fazerem inúmeras escavações e aquisições de objetos os mais disparatados, que eram oferecidos pelos vizinhos como peças de raríssimo valor, Bouvard e Pécuchet se dão conta de que aqueles objetos não lhes diriam nada sem um conhecimento prévio da História da França. Os objetos e as marcas deixadas pelo passado não traziam em si mesmos seu sentido, o passado não era o documento, nem os vestígios por eles deixados, mas a compreensão da trama histórica em que estavam envolvidos, só possível com um saber histórico e uma erudição previamente adquirida.”<sup>11</sup>

Portanto, podemos aplicar essa idéia ao patrimônio material identificado no Vale. Ao observamos as ruínas dos antigos engenhos lembramos um passado que não existe mais, por estas carregarem uma bagagem de significados e valores, fazendo-as representantes de uma época desaparecida.

Mesmo apresentando, atualmente, uma organização espacial voltada para uma policultura, caracterizada por pequenas propriedades, podemos identificar elementos na paisagem ligados a outros períodos.

“O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dado pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço, o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está

---

<sup>11</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. p. 53-54.

sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável da realização social”<sup>12</sup> (grifo do autor)

Para Milton Santos, um dos principais pensadores da geografia contemporânea a discutir este tema, o espaço é visto como a soma dos resultados das ações do homem sobre a terra ao longo dos anos<sup>13</sup>. No seu entendimento, os engenhos de açúcar seriam somente um momento do passado cristalizado no espaço, que carregam uma história. Este espaço seria visto apenas como um palco onde ocorriam as ações humanas.

Por muito tempo o espaço foi visto, pelos historiadores, apenas como um recorte geográfico do objeto estudado<sup>14</sup>. Nos últimos anos, porém, o próprio espaço é objeto de estudo do historiador, deixando de ser apenas uma porção geográfica, física e natural, passando a ser ele o acontecimento. Aparece dentro da historiografia atual, outras modalidades de espaço. Pode ser um “espaço social, imaginário, ou mesmo literário ou virtual”<sup>15</sup>.

No escopo desta dissertação, o espaço é visto não apenas como um espaço geográfico pré-determinado, palco dos acontecimentos estudados (a implantação e o desenvolvimento da cultura açucareira ao longo do Vale do rio Ceará-Mirim). É uma construção humana, não apenas individual, mas também coletiva, onde os homens, ao ocuparem o espaço, modifica-o, impondo-lhe diferentes significados culturais.

“(…) o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as criações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos naquilo que havia de mais estável”<sup>16</sup>

A própria denominação Vale do Ceará-Mirim é uma construção humana. O rio Ceará-Mirim nasce no município de Lages e tem sua foz no município de Extremoz, percorrendo 120 quilômetros. Mas, a área onde foram instalados os engenhos de cana de

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. p. 14.

<sup>13</sup> Idem, p. 29.

<sup>14</sup> ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. p. 26.

<sup>15</sup> BARROS, José D’Assunção. **Espaço e história: reflexões sobre uma relação fundamental**. p. 91.

<sup>16</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. p. 139.

açúcar, localizada no seu baixo curso, ocupa apenas 25 quilômetros de seu curso e 02 quilômetros de largura. Será apenas essa área de 50 km<sup>2</sup> que receberá, na linguagem da região, a denominação de “Vale do Ceará-Mirim”<sup>17</sup>.

O espaço formado pela paisagem não é uma construção pré-determinada, assim como, também, não é uma matéria inerte, mas parte indispensável das relações sociais, incorporando significados atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades<sup>18</sup>. A paisagem e suas representações apontam as consciências coletivas, emocionais e territoriais existentes no indivíduo, nos grupos sociais ou étnicos.

Como o espaço, a paisagem é uma construção social, a forma de ver uma paisagem é bastante variada, “o próprio ato de identificar o local pressupõe nossa presença e conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos”<sup>19</sup>.

“(…) se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade eles são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.”<sup>20</sup>

Portanto, podemos afirmar que a forma como vemos uma paisagem é uma construção social, onde toda a bagagem cultural adquirida ao longo da vida, todas as experiências vividas, é projetada sobre uma determinada paisagem. Nas palavras de René Magritte, transcritas por Simon Schama, “é a cultura, a convenção e a cognição que formam esse desenho; que conferem uma impressão retiniana a qualidade que experimentamos como beleza.”<sup>21</sup>

Neste sentido, nossa percepção da paisagem será mediada por nossa memória, “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”<sup>22</sup>. Quando resgatamos da

<sup>17</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I: o rio Ceará-Mirim**. p. 40.

<sup>18</sup> ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. p. 11

<sup>19</sup> SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. p. 17.

<sup>20</sup> Idem, p. 16-17.

<sup>21</sup> Idem, p. 22.

<sup>22</sup> BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. p. 46.

memória lembranças do passado somos influenciados pelo tempo atual. O ato de lembrar está condicionado pelo presente de quem se lembra.

“(…) a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se bem alterada. Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com algumas de nossas antigas impressões a lembrança se distinguiria, por definição, dessas idéias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada por relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma idéia de nosso passado.”<sup>23</sup>

Ao lembrarmos de um acontecimento, a imagem que temos dele não é a mesma de quando a vivenciamos. Nossos valores foram modificados ao longo de nossas vidas, fazendo com que esta imagem esteja carregada de novos significados, acabamos assim, por elaborar um novo ponto de vista ou perspectiva em relação ao passado<sup>24</sup>.

Por esse motivo, Ecléia Bosi fala-nos que devemos duvidar do passado tal como ele foi. “Na maior parte das vezes, lembrar não é revisar, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”<sup>25</sup> A cada mudança de grupo social, a memória individual liga suas lembranças aos valores desse novo grupo.

As narrativas produzidas sobre o Ceará-Mirim, de Nilo Pereira e de Madalena Antunes, por exemplo, demonstram esse trabalho de reconstrução do passado. Os acontecimentos narrados pelos autores ocorreram durante a infância e adolescência e, no caso do primeiro, também de relatos de outras pessoas. A forma como esses acontecimentos foram apresentados em suas obras é somente um fragmento daquele momento no passado, sendo esta apresentação norteada pelos valores adquiridos pelos autores ao longo da vida.

Esta idéia pode ser aplicada ao patrimônio material existente no Vale. Ao observamos as estruturas construtivas dos antigos engenhos distribuídos na região, nos vem à memória lembranças de um passado que não existe mais. Nossa memória, muitas vezes, apóia-se na memória coletiva, confundindo-se com ela na busca de lembranças

---

<sup>23</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. cit. p. 75.

<sup>24</sup> Idem, p. 31.

<sup>25</sup> BOSI, Ecléia. Op. cit. p. 55.

de momentos que nós não vivenciamos<sup>26</sup>. Essas estruturas construtivas carregam uma bagagem de significados e valores, fazendo-as representantes de uma época desaparecida. Os velhos engenhos contam, mesmo em silêncio, uma história para aquele que a observa.

Por esse motivo podemos afirmar que um objeto ou uma paisagem é patrimônio quando é construído um discurso sobre ele. Até esse momento, o objeto ou a paisagem não passam de um objeto ou paisagem qualquer. Essas definições que transformam objetos em patrimônio são historicamente construídas e seu conceito é estabelecido de acordo com o período e os grupos de pessoas que o definiram.

Segundo Gonçalves, as construções sobre o conceito de patrimônio não podem ser entendidas somente como o reflexo das ações de diversos agentes no processo de transformação da idéia, mas, como o resultado de invenções discursivas previamente formuladas e com o propósito de formar uma consciência histórica definida.<sup>27</sup>

A noção de patrimônio que temos atualmente foi sendo modificada ao longo dos anos, incorporada de novos valores, descartando antigos referenciais. As discussões acerca da proteção do patrimônio são consolidadas através do processo de formação dos Estados Nacionais, iniciada no final do século XVIII com a Revolução Francesa, quando estes seriam utilizados para a construção de uma identidade nacional<sup>28</sup>.

A forma que a noção de patrimônio foi compreendida e trabalhada pelos países europeus diferenciou-se em muitos aspectos de como este foi aplicado nos outros continentes. O direito de propriedade de bens considerados patrimônios, por exemplo, são tratados de forma diferente em países como a França e os Estados Unidos. Enquanto na França há uma legislação que privilegia o interesse público em detrimento do privado, nos Estados Unidos a limitação do uso de um bem tombado pelo seu proprietário é um atentado a liberdade do cidadão<sup>29</sup>.

O papel de organizar, definir e proteger o patrimônio histórico de uma nação é realizado pelo Estado Nacional que adotada as medidas para execução deste trabalho, como a elaboração de uma legislação específica, normatizando as ações; criação de órgãos administrativos, entre outros. Muitas vezes, os bens culturais que se encaixam

---

<sup>26</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. cit. p. 57-58.

<sup>27</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. p. 11.

<sup>28</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. p. 43

<sup>29</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. p. 16-17.

dentro das normas definidas pelo Estado, considerados patrimônio, “não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população”<sup>30</sup>. Cada setor tenta construir, através de sua concepção de patrimônio, sua identidade e preservar sua memória<sup>31</sup>.

Os referenciais que nos levam a considerar os engenhos de açúcar localizados ao longo do Vale do Ceará-Mirim como patrimônio remete-nos a primeira metade do século XX. Nesse período, a atuação de intelectuais do eixo Rio – São Paulo, através do movimento modernista, será decisivo na constituição de uma identidade nacional. Muitos modernistas como Mario de Andrade, Rodrigo de Mello Franco, Lucio Costa, entre outros irão participar ativamente na construção patrimônio cultural brasileiro.

Mesmo a definição de patrimônio estando ligada a escolhas feitas por setores da sociedade, não podemos esquecer que esses mesmos engenhos são construções humanas. O patrimônio material, ou cultura material, pode ser visto como um artefato, na medida em que ambos sejam construções humanas.

Seguindo esta linha de pensamento, a cultura material, aqui representado pelo patrimônio edificado, é a representação das práticas humanas sobre um determinado espaço. As práticas sociais que foram realizadas e toda a bagagem simbólica destas práticas estão materializadas no patrimônio e, conseqüentemente, o patrimônio pode ser compreendido como uma narrativa materializada do espaço<sup>32</sup>.

A utilização da cultura material nas pesquisas históricas não é um fato recente, nos primeiros trabalhos de história produzidos na antiguidade, em obras como a de Heródoto, considerado pai da história, no século V a. C., este tipo de documento já merecia destaque:

“(...) Heródoto, Tucídides ou Salústio, nos percebemos que, para eles, a História **se faz com testemunhos, com objetos, com paisagens, não necessariamente com documentos escritos**, consultados apenas marginalmente e citados de forma indireta, reportada. Heródoto viajou pelos lugares em que haviam ocorrido os combates ou que eram de alguma forma relacionados ao seu tema e lá consultou os seus habitantes, visitou lugares, templos, edifícios, conheceu paisagens.”<sup>33</sup> (grifo nosso)

---

<sup>30</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. p. 19.

<sup>31</sup> Idem, p. 19

<sup>32</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. p. 199-207.

<sup>33</sup> FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. p. 84.

No século XIX, quando a História começa a buscar sua posição dentro das ciências humanas, veremos o surgimento da primeira grande escola teórica. A escola Metódica ou Positivista, surgida na Alemanha e depois migrou para a França, tinha como principal objetivo a construção da história das nações por meio dos acontecimentos, marcada pela história política, das idéias, nas biografias, entre outras.

“A história tradicional era um “olhar a partir de cima”: psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, visava ao particular, ao individual e ao singular, era legitimadora, partidária, comemorativa, uma narrativa justificadora do poder presente.”<sup>34</sup>

Esta corrente historiográfica caracterizou-se pela busca do que seria a verdade e para isso elegeu como fonte a documentação escrita, “nas primeiras décadas do século XIX, as duas grandes categorias eram os documentos de arquivo e as obras copiadas pela tradição textual”<sup>35</sup>.

Com o surgimento do marxismo no final do século XIX, a cultura material começa a ter evidência dentro dos estudos historiográficos. A relação cultura material e marxismo pode ser bem compreendida, pois, na obra de Marx há uma construção da história das condições materiais da evolução das sociedades.

“Marx deseja uma história crítica da tecnologia, por que ele não dissocia o estudo dos meios de trabalho do homem no processo de produção do estudo da própria produção. E as relações que o homem mantém com a natureza pertencem à análise marxista, do mesmo modo que as relações do homem com o homem.”<sup>36</sup>

No início do século XX, o positivismo começa a sofrer questionamentos de outras áreas das humanidades. Começam a surgir disciplinas como a Sociologia, Geografia e Filosofia, criticando a forma como os historiadores de então trabalhavam<sup>37</sup>.

Influenciada por estes questionamentos surgirá na França uma nova corrente historiográfica, conhecida como a Escola dos Annales. Através dos historiadores

---

<sup>34</sup> REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**. p. 22

<sup>35</sup> Idem, p. 88.

<sup>36</sup> PEZES, Jean-Marie. **História da cultura material**. p. 238.

<sup>37</sup> REIS, José Carlos. Op. cit. p. 37

franceses Lucien Febvre e Marc Bloch. Nessa escola historiográfica que registramos um aumento da utilização da cultura material como fonte histórica.

Os historiadores desta escola ampliaram os objetivos e objetos de pesquisa, dando ênfase ao “não acontecimento” na história, tendo como temas de pesquisa “o mundo mais durável, mais estruturado, mais resistente a mudança, da vida material econômico-social e da vida mental”<sup>38</sup>.

Essa escola historiográfica também se destacou pela ampliação significativa de suas fontes, para além da tradição textual e dos arquivos. As novas fontes históricas são relativas ao campo econômico, social e mental, e foram apropriadas de outras ciências sociais:

“(…) da economia, arquivos bancários, empresas, balanços comerciais, documentos portuários, documentos fiscais, alfandegários; da demografia, registros paroquiais, civis, recenseamentos; da antropologia, os cultos, os monumentos, os hábitos de linguagem, os livros sagrados, a iconografia, os lugares sagrados, as relíquias, os gestos e as palavras miraculosas, a medicina popular, as narrativas orais, os processos de inquisição, os testamentos, o vocabulário, o folclore, os rituais; do direito, arquivos oficiais, a legislação; **da arqueologia, eles continuarão a utilizar as cerâmicas, tumbas, fósseis, paisagens, conjuntos arquiteturais, inscrições, moedas.**<sup>39</sup> (grifo nosso)

Dentre os historiadores que trabalharam com a cultura material e fizeram parte da Escola dos Annales citamos o historiador francês Fernand Braudel, grande influenciador da chamada terceira geração. Entre 1967 e 1979, Braudel publica um volumoso estudo sobre a cultura material, em três volumes, intitulada “Civilização Material e o Capitalismo”. Nesses estudos Braudel deixa de lado as categorias tradicionais da história econômica como agricultura, comércio e indústria. Substitui estas categorias por outras, associadas ao cotidiano, como vida diária, o povo, os objetos, alimentação, vestuário, habitação, etc.<sup>40</sup>

Em sua obra, é percebido o uso extensivo das fontes arqueológicas demonstrando que a utilização desta fonte não é importante apenas para os pré-historiadores ou historiadores da antiguidade, mas também para os que estudam períodos ou épocas mais recentes.

---

<sup>38</sup> Idem. p. 22.

<sup>39</sup> Idem. p. 24.

<sup>40</sup> BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. p. 60.

Nos últimos anos, vários pensadores, de diversas áreas das ciências, trabalharam a cultura material. O pensador francês Michel Foucault trabalhou a materialidade do mundo ao estudar hospícios e prisões, apresentando estes prédios como construções destinadas ao controle de pessoas. O italiano Antonio Gramsci destacou o aspecto material da produção cultural dos chamados intelectuais orgânicos influenciados pelos efeitos da industrialização da cultura.<sup>41</sup>

O estudo da cultura material encontrou um campo fértil em diversas correntes historiográficas, preocupadas com os aspectos da vida cotidiana. Objetos ligados a gênero, idade, sexualidade, raça permitiu que os historiadores ampliassem seu olhar sobre o passado.

Ao usar a cultura material como fonte de pesquisa, os historiadores tiveram que buscar esses dados em outro campo das ciências sociais, como a Arqueologia. Esta, diferentemente da história, busca compreender as sociedades humanas por meio de sua cultura material, composta por todos os produtos confeccionados pelo homem, conscientemente ou não, podendo abranger desde objetos até paisagens<sup>42</sup>.

Por apresentar uma variedade de enfoques e especializações, muitos pesquisadores têm dificuldades em fazer generalizações. Alguns consideram uma disciplina técnica, outros a vêem como uma ciência auxiliar da Antropologia ou da História. Alguns a consideram um estudo do passado, enquanto outros acreditam tratar-se do estudo do presente.

“Em geral, historiadores, antropólogos e outros cientistas sociais não encaram a arqueologia como uma ciência, definindo-a como uma disciplina auxiliar. É comum, lendo-se textos de historiadores, deparar-se com expressões como ‘contando-se apenas com informações arqueológicas, muito pouco podemos saber sobre...’ ou com afirmações do tipo ‘quando se tem em mãos registros escritos ou orais, não há o que acrescentar de significativo com a pesquisa de elementos materiais...’”<sup>43</sup>

A concepção de que a arqueologia não passa de uma ciência auxiliar, estando ligada a outras ciências sociais, será importante para entendermos as correntes teóricas que irão dominar o pensamento arqueológico ao longo do século XX. Nos Estados

---

<sup>41</sup> FUNARI, Pedro Paulo. Op. cit. p. 92-93.

<sup>42</sup> ANDRADE, Ana Paula Guedes de. **A casa de vivendo do sítio São Bento do Jaguaribe: uma reconstituição arqueológica.** p. 19

<sup>43</sup> FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** p. 15-16

Unidos os pesquisadores que trabalham com arqueologia estão ligados aos departamentos de Antropologia das universidades. Na Europa, estes pesquisadores estão ligados aos departamentos de História.

Para a Antropologia, a Arqueologia faz parte das disciplinas menores em que ela é dividida, junto com antropologia física e social. O que as diferenciam é que a Arqueologia é o tempo passado da Antropologia:

“los antropólogos culturales basan sus conclusiones em la experiencia de la vida real dentro de comunidades contemporáneas, los arqueólogos estudian las sociedades del pasado, principalmente a través de sus restos materiales – las construcciones, útiles y demás artefactos que constituyen lo que se conoce como la cultura material dejada por aquéllas”<sup>44</sup>

A relação entre a arqueologia e a história acontece por as duas trabalharem o passado da humanidade. A história vê a arqueologia da mesma maneira que a antropologia como uma ciência auxiliar. Primeiramente, por ela trabalhar as sociedades humanas que não tinham a escrita (divisão história e pré-história) e, também, pode “contribuir en gran medida a donde existen documentos, inscripciones y otras evidencias literarias”<sup>45</sup>. Atualmente, a diferença entre essas três ciências humanas estão diminuindo e se percebe cada vez mais uma aproximação entre elas<sup>46</sup>.

Ao longo dos anos, desde o seu surgimento como ciência no século XIX, várias correntes teóricas desenvolveram-se e, de certa forma, todas continuam influenciando a arqueologia praticada atualmente. Das correntes teóricas desenvolvidas, três merecem destaque: o modelo histórico-cultural, a arqueologia processual e a arqueologia pós-processual.

Herdeira do nacionalismo do século XIX, a arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. Tomando por base a noção de que cada nação seria composta de um povo, um território delimitado e uma cultura. Com a junção destes três elementos teríamos a base do conceito de cultura arqueológica. Essa seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado.

---

<sup>44</sup> RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueologia: teorías, métodos y práctica**. p. 09.

<sup>45</sup> Idem, p. 10.

<sup>46</sup> PROUS, André. **Arqueologia, pré-história e história**. p. 21.

Esta corrente teórica originou-se durante as buscas dos antepassados dos povos europeus, eslavos e germânicos<sup>47</sup>. Iniciada na Alemanha por Gustav Kossina, foi com os trabalhos de outro pesquisador que ela se espalhou pelo mundo. Gordon Childe modificou o modelo original desenvolvido por Kossina, baseado em pressupostos racistas<sup>48</sup> e incorporou princípios marxistas.

O modelo histórico-cultural parte do pressuposto de que as pessoas compartilham, de forma homogênea, os traços culturais e que as tradições passam de geração a geração. Todos os indivíduos de determinado grupo compartilham as mesmas idéias e a mesma cultura material. Mesmo sofrendo críticas de correntes teóricas posteriores continuam sendo o modelo mais utilizado dentro da arqueologia<sup>49</sup>.

A primeira crítica ao paradigma apresentado pelo modelo histórico-cultural veio dos arqueólogos que não seguiam a arqueologia ligada à história. O movimento originou-se nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, tendo como seu principal representante, o arqueólogo norte-americano Lewis Binford, denominando-a Arqueologia Processual ou New Archaeology. A grande diferença desse novo modelo é a crítica ao caráter histórico existente no modelo anterior. A arqueologia passa agora a se voltar para a antropologia.

Segundo essa visão, a história estaria em busca dos eventos e das culturas singulares, enquanto a antropologia americana ressaltava que havia regularidades no comportamento humano. Os arqueólogos processuais, seguindo o paradigma antropológico, buscavam elementos universais do comportamento humano. Funari nos apresenta um exemplo prático de como essa nova corrente teórica trabalharia:

“Para um exemplo que todos aceitariam: todo ser humano gosta de beber água e busca meios de ter acesso à água para beber. Partia-se, ainda, do pressuposto que os homens maximizam os custos, em qualquer época e lugar.

Assim, judeus, cristãos e muçulmanos que ocupam a Palestina, segundo essa perspectiva pouco preocupada com as diferenças culturais, teriam cidades muito semelhantes, adaptadas ao meio ambiente, visando minimizar o esforço humano e maximizar os benefícios para o homem. Assim, estudar o assentamento humano há dez mil anos na Mesopotâmia ou na China deveria partir dos

---

<sup>47</sup> ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. **Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão** no estudo do nosso passado. p. 15.

<sup>48</sup> TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. p. 161.

<sup>49</sup> FUNARI, Pedro Paulo. Op. cit. p. 49.

mesmos pressupostos e pouco importavam as características históricas específicas.”<sup>50</sup>

Podemos resumir os pressupostos teóricos do modelo processualista, segundo Hodder, nos seguintes pontos: a arqueologia é uma aliada da antropologia e não da história; explicação do passado durante a descrição, através da incorporação de determinados aspectos do passado material, dentro de generalizações entre culturas, relativos a processos; substituição do interesse das leis de comportamentos humano para a formação de processos através dos restos materiais.<sup>51</sup>

A partir da década de 1980, a arqueologia processual será criticada por pensadores pós-modernistas como Foucault, Deleuze, Lyotard, Boudrillard, Ricoeur, Derrida, Barthes, entre outros. Acusando-a de fazer uma interpretação materialista das sociedades não se preocupando com a sua diversidade cultural<sup>52</sup>.

O grande representante desse novo modelo teórico foi o arqueólogo inglês Ian Hodder, para ele os arqueólogos deveriam dar mais destaque à dimensão simbólica da cultura. Esse novo modelo, conhecido como pós-processual, criticou tanto modelo histórico-cultural quanto o processual.

O histórico-culturalismo foi criticado por considerar ingenuamente que todas as pessoas compartilham valores, em determinada sociedade, e que cada sociedade se distingue das outras por esses mesmos valores. Ao contrário, as sociedades são distintas e no interior de cada uma há grande variação. O processualismo foi criticado por considerar que os homens agem em qualquer tempo e lugar, da mesma maneira. Em particular, observou-se que essa visão universal do homem seria igual em toda a parte.

A arqueologia pós-processual, também chamada de contextual, se preocupou em inserir a disciplina na sociedade, ao preocupar-se com os interesses e inserções sociais da disciplina e dos próprios arqueólogos. Há uma preocupação com o contexto histórico e social da produção do conhecimento arqueológico, com sua subjetividade e o comprometimento do arqueólogo com a sociedade.

---

<sup>50</sup> Idem, p. 51.

<sup>51</sup> SHANKS, Michael; HODDER, Ian. **Processual, postprocessual and interpretative archaeologies**. p. 03.

<sup>52</sup> ZARANKIN, Andrés. **El pensamiento moderno y el pensamiento posmoderno em arqueologia**. p. 351.

Segundo Hodder, para arqueologia pós-processual em primeiro plano encontra-se a pessoa e o trabalho do intérprete. A interpretação é uma prática que requer não se esconder atrás de tantas regras e procedimentos previamente definidos noutros locais, mas assumir a responsabilidade pelas suas ações e as suas interpretações. Dentro desse contexto, a arqueologia é concebida como uma prática material no presente (saberes, narrativas, livros, relatórios, etc.) a partir dos vestígios materiais do passado.

Entretanto, a interpretação arqueológica sobre o passado não é fechada, definitiva, dando conta do passado como ele foi. Ao contrário, esta interpretação é só mais uma entre tantas outras, podendo haver diferentes interpretações sobre a mesma área e fatos. Podemos esperar, portanto, uma pluralidade de interpretações arqueológicas adaptadas a diferentes fins, necessidades, desejos e até de gênero.<sup>53</sup>

Nesse modelo interpretativo os indivíduos são vistos como agentes ativos das regras sociais, incluindo os processos cognitivos ou de pensamento nas análises. Diferentemente do modelo processual, onde esses mesmos indivíduos eram vistos “como pessoas controladas, passivamente, por sua cultura e seus processos”<sup>54</sup>. A participação dos indivíduos, vistos aqui como atores sociais, através de suas ações nas transformações sociais, deve ser entendida em termos históricos.

“(…) Toda a interpretação do passado deve levar em conta a idéia de que todas as ações humanas acontecem em um contexto cultural e histórico que é inteligível pelos seus próprios agentes sociais. Os homens criam seu mundo através de suas ações dentro de limites culturais que existem em sua época histórica. Assim, os elementos essenciais da arqueologia pós-processual incorporam os conceitos de ação, sentido, contexto e história.”<sup>55</sup>

O pós-processualismo, atualmente, divide-se em três correntes teórico-metodológicas: a Estruturalista, influenciados pelos conceitos estruturalistas de Lévi-Strauss e Leroi-Gourhan; a marxista (neo-marxista), influenciados pelo materialismo histórico de Marx e Engels; e a Hermenêutica ou Interpretativista, influenciados pela teoria crítica da escola de Frankfurt<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> SHANKS, Michael; HODDER, Ian. Op. cit. p. 05.

<sup>54</sup> ORSER JR, Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. p. 74.

<sup>55</sup> Idem, p. 75.

<sup>56</sup> ALVES, Márcia Angelina. **Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira**. p. 28-30.

Verificamos que estes três modelos teóricos estão sendo utilizados nas mais diversas partes do globo. O histórico-culturalismo continua muito difundido por ser o primeiro e por responder a algumas inquietações históricas, como a origem de povos pré-históricos. As formas de trabalho desenvolvidas pelo modelo processualista ainda são muito importantes, principalmente por fornecerem esquemas interpretativos gerais ligados ao meio ambiente, como a captação de recursos e padrões de assentamento. A arqueologia pós-processual, em suas variadas manifestações, assumiu a vanguarda desta ciência. “Pode concluir-se que a convivência de teorias diferentes e, às vezes contraditórias, na arqueologia, constitui uma salutar característica da disciplina na atualidade.”<sup>57</sup>

O estudo da formação do espaço açucareiro no Vale do Ceará-Mirim, através de sua cultura material, acarretou a utilização de abordagens teóricas e metodológicas ligadas à arqueologia histórica. Aqui entendida como o estudo dos remanescentes materiais de sociedades que apresentam registros escritos, diferenciado-a da arqueologia pré-histórica que trabalha com sociedades que não apresentaram registros escritos<sup>58</sup>.

Tendo assim um campo de atuação bastante diversificado, variando em extensão geográfica e temporal, dos estudos do período clássico, medieval, para o período de grande expansão durante a era moderna, com a colonização dos continentes americanos e africanos<sup>59</sup>. O que irá unir essas diferentes abordagens arqueológicas, sobre vários períodos, será a busca por documentos históricos, ou fontes escritas.

Contudo, nas últimas décadas, há uma grande movimentação dentro da Arqueologia Histórica com o objetivo de defender uma definição mais específica do seu campo de atuação. Com isso, a Arqueologia Histórica pode ser compreendida:

“(...) como o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje.”<sup>60</sup>

Esta será a grande peculiaridade deste campo da arqueologia, ao proceder sua investigação o faz em conjunto com fontes escritas. A cultura material, vista neste

---

<sup>57</sup> FUNARI, Pedro Paulo. Op. cit. p. 53.

<sup>58</sup> HILLS, Catherine. **Historical Archaeology and text**. p. 103.

<sup>59</sup> FUNARI, Pedro Paulo; JONES, Siân; HALL, Martin. **Introduction: archaeology in history**. p. 01.

<sup>60</sup> ORSER JR, Charles E. Op. cit. p. 23.

trabalho como o produto das realizações humanas, pode adquirir a função de destituir ou validar as fontes escritas existentes, como também documentar aspectos sócio-culturais de parcelas da sociedade que não tiveram sua história registrada<sup>61</sup>.

Outro ponto trabalhado nesta dissertação é como este patrimônio material está organizado espacialmente, configurando assim a paisagem açucareira representada por esse patrimônio. Da mesma forma que ocorreu com a Arqueologia Histórica, nos últimos anos, o estudo da paisagem desenvolvida pela Arqueologia, associada a outras áreas das ciências sociais e da Terra como a Antropologia, a Geografia, a Geologia e a Geomorfologia, convergiu para a consolidação de uma nova subdivisão da arqueologia, conhecida como Arqueologia da Paisagem<sup>62</sup>.

Os estudos acerca da paisagem desenvolvidos pela ciência arqueológica terão necessariamente que envolver dois elementos. Primeiramente, os estudos envolvem a própria Terra, vista aqui como o espaço físico onde estão localizadas as construções humanas e sua relação com o contexto natural. Neste sentido, a Arqueologia da Paisagem trabalha o que está além do sítio<sup>63</sup>. As pessoas no passado não viveram simplesmente, construindo e descartando coisas nos sítios, mas também interagiram com a paisagem ao redor.<sup>64</sup> O segundo elemento de estudo é como esta Terra é visualizada. Como nós, e as pessoas no passado, apreendemos e compreendemos a paisagem, o que são esses sistemas de apreensão e compreensão, os sistemas cognitivos e processos de percepção. Contudo, a paisagem é compreendida como uma forma de visualização, uma forma de pensamento sobre o mundo físico<sup>65</sup>.

Podendo ser vista como um produto das relações sociais, a paisagem é um elemento ativo na configuração das sociedades, “imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências”<sup>66</sup>. Segundo Johnson, os arqueólogos têm pensado sobre uma variedade de formas. Como um conjunto de recursos econômicos ou local de captação, onde são examinados os locais dos sítios, em termos de quais são os recursos disponíveis dentro de uma determinada distância; a paisagem como uma reflexão da

---

<sup>61</sup> HILLS, Catherine. Op cit. p. 105.

<sup>62</sup> MORAIS, José Luiz. **Tópicos de arqueologia da paisagem**. p. 03.

<sup>63</sup> JOHNSON, Matthew. **Ideas of landscape**. p. 01.

<sup>64</sup> JOHNSON, Matthew. **Thinking about landscape**. p. 116.

<sup>65</sup> JOHNSON, Matthew. **Ideas of landscape**. p. 04.

<sup>66</sup> SOUSA, Ana Cristina de. **Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços**. p. 295.

sociedade, e a sua relação para as teorias de complexidade social; por último, pode ser entendida como a expressão de um sistema de significado cultural<sup>67</sup>.

O patrimônio material identificado ao longo do Vale do Ceará-Mirim definiu a sua atual organização espacial, configurando a paisagem. Mas, devemos conceber essa paisagem de duas formas: primeiro, uma representação material das práticas sociais realizadas neste espaço, onde aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais interagiram para a sua formação; segundo, uma paisagem que carrega toda uma bagagem histórica formada ao longo do século XX.

Quanto à estruturação do trabalho, constará de três partes. No primeiro capítulo, **O açúcar, a técnica e o homem:** a implantação da cultura açucareira no Vale do Ceará - Mirim, reconstruímos o caminho trilhado pela cultura açucareira no Rio Grande do Norte até sua implantação na região de Ceará-Mirim. Destacando a importância econômica do Vale no período provincial como, também, o processo de declínio da indústria açucareira nas primeiras décadas do século XX.

O segundo capítulo, **As ruínas do Vale do Ceará – Mirim:** escombros de um passado ou patrimônio cultural?, buscou evidenciar o processo de transformação das ruínas dos engenhos de açúcar do Ceará-Mirim em patrimônio cultural, representantes materiais de um passado. Destacando o papel do movimento modernista na construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil.

Por fim, no terceiro capítulo, **A materialização de uma paisagem:** o Vale do Ceará-Mirim visto a partir da Arqueologia, discutiremos as alterações feitas na paisagem pelo homem, identificadas através da Arqueologia, com a implantação da cultura açucareira definindo a paisagem do Vale do Ceará-Mirim. Além disso, será apresentado o patrimônio histórico identificado na região ligado ao período.

---

<sup>67</sup> JOHNSON, Matthew. **Thinking about landscape**. p. 118.

## Capítulo 01:

**O açúcar, a técnica e o homem:** a implantação da cultura açucareira no Vale do Ceará - Mirim

Desde o início do processo de colonização da capitania do Rio Grande buscou-se informações sobre as características dos solos com o objetivo de saber se havia condições de implantar o cultivo da cana em terras potiguares. O governador do Pernambuco, Alexandre de Moura, encarregou o mestre do açúcar paraibano Jerônimo Mateus de percorrer a região para verificar se havia terras propícias para o cultivo da cana e também para a construção de engenhos movidos a água e a bois.

O mestre, em seu relatório, informou que as terras boas para a cana seriam as distantes das áreas alagadas e o nível dos rios era muito baixo, sendo impróprio para a queda d'água.

“A maior parte da capitania do Rio Grande, é terra plana e sem montes, toda campinas retalhadas de muitos rios e lagoas, todas elas muito propícias para a criação de gados. Tem também algumas várzeas, capazes de engenhos, das quais a primeira, à banda do sul, quando sai da capitania da Paraíba, e entra na do Rio Grande é a que chama de Camaratiba, na qual se está já fazendo um engenho e tem terras para alguns outros. A segunda é a de Corimataí na qual se faz também engenho e tem terras, águas, lenhas e tudo necessário para oito engenhos. [...] A quinta se chama Nhumbiaí tem terras e águas para dois engenhos, e tudo o necessário; esta várzea e Rio é da Companhia e nela já tem situada casa e roças e um curral de gado. A sexta é a várzea do mesmo Rio Grande, do qual toma nome toda Capitania; esta várzea tem terras e tudo necessário para três ou quatro engenhos. Estão nelas já plantadas muitas laranjeiras e outras árvores de espinhos, romeiras e muita cana de açúcar. A sétima é a grande várzea de Siara [Ceará – Mirim], tem de comprimento cinco ou seis leguas e de largura quase uma legua; toda esta terra para engenhos tem cana de açúcar muito fértil...”<sup>68</sup>

Até meados do século XIX, os engenhos não desempenhavam papel importante na economia do Rio Grande do Norte. Em número reduzido, permaneceram confinados a algumas várzeas na zona da mata e na área litorânea sul da capitania. As outras regiões foram ocupadas pela criação do gado, principalmente durante a ocupação holandesa.

A pecuária dominou por muito tempo toda a vida colonial norte-rio-grandense, estabelecendo toda uma estrutura voltada para esta atividade, com populações de vaqueiros e também de pequenos proprietários voltados à agricultura de subsistência.

<sup>68</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op. cit. p. 375.

Nos primeiros anos de colonização, a produção açucareira foi bastante reduzida em comparação com o desenvolvimento, no mesmo período, desta atividade em outras capitanias. Dois aspectos são apresentados por Gilberto Osório Andrade para o seu inexpressivo desenvolvimento em território potiguar: primeiro, as condições climáticas e de solo inferiores em relação às outras capitanias; segundo, a concorrência vantajosa da pecuária em relação ao açúcar, principalmente quanto aos custos<sup>69</sup>.

Nas capitanias vizinhas a situação era diferente, como no caso da capitania do Pernambuco onde o número de engenhos cresceu de forma significativa no primeiro século de ocupação. Em 1550 foram instalados cinco engenhos, passando para trinta em 1570; em 1584 registrou-se a existência de sessenta e seis. Durante a ocupação holandesa a capitania contava com cento e quarenta e quatro engenhos<sup>70</sup>.

Os primeiros engenhos instalados na capitania do Rio Grande estavam associados ao momento de expansão da economia açucareira dos colonizadores, originários das capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, para outras regiões<sup>71</sup>. Com isso, foram instalados nas várzeas dos rios da porção oriental os primeiros engenhos: o engenho Cunhaú, moente em 1614, fundado por Jerônimo de Albuquerque, na várzea do rio de mesmo nome e o Ferreiro Torto, fundado em 1630, nas margens do rio Jundiá<sup>72</sup>.

Em viagem feita por Henry Koster nas primeiras décadas do século XIX pelas capitanias do Nordeste, saindo de Pernambuco, onde estabeleceu moradia, em direção à cidade de Aracati no Ceará, passou por várias regiões do Rio Grande do Norte. Uma das regiões descritas em sua viagem foi a de Cunhaú, onde se hospedou no engenho de mesmo nome, pertencente ao coronel André de Albuquerque Maranhão, descendente de Jerônimo de Albuquerque.

Segundo este cronista, a família Albuquerque Maranhão era proprietária de grandes extensões de terras, sendo possuidora de pelo menos 150 escravos, de onde as “plantações de Cunhaú ocupam catorze léguas ao longo da estrada e foi adquirida outra terra vizinha, igualmente vasta”<sup>73</sup>. Juntamente com essas terras localizadas, na zona da mata, a família Albuquerque Maranhão era proprietária de terras no sertão, entre 30 e 40 léguas, que serviam de pastagem para o gado.

---

<sup>69</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>70</sup> ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. p. 76.

<sup>71</sup> MOTENEGRO, Maria Eliane. **A produção do espaço rural no município de Ceará-Mirim**. p. 31.

<sup>72</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op. cit. p. 376.

<sup>73</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. p. 100.

No século XVIII, a pecuária mantinha-se como a principal atividade econômica, mas outros produtos irão disputar a preferência dos habitantes da capitania, o principal seria o algodão. Neste período há um pequeno aumento da atividade açucareira no Rio Grande do Norte:

“Os engenhos eram pouco numerosos e usavam instalações de madeira, sendo três na freguesia de Natal e vintes e duas engenhocas que produziam rapadura e mel na freguesia de São José de Mipibu. Começava-se a definir-se, modestamente, a vocação canvieira do Leste potiguar.”<sup>74</sup>

Quadro 01 – Divisão espacial das atividades econômicas na capitania do Rio Grande em 1775.

RIBEIRA	FREGUESIAS	NÚMERO DE FAZENDAS DE GADO	NÚMERO DE ENGENHOS E ENGENHOCAS
Do Norte	Cidade do Natal	12	5
	Vila de Extremoz do Norte	16	-
Do Açú	São João Batista do Açú	90	-
Do Apodi	Vila de Portalegre	-	-
	N. S. da Conceição do Pau dos Ferros	6	-
	N. S. da Conceição e S. Francisco da Várzea	54	-
Do Seridó	Caicó	70	-
Do Sul	Vila de São José de Mipibu	25	22
	Vila de Arez	-	-
	Vila Flor	-	-
	N. S. dos Prazeres de Goianinha	35	-
Total		308	27

Fonte: ANDRADE, Manoel Correia. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. p. 25

O governo imperial brasileiro tomou medidas que auxiliaram esse novo reacquecimento da economia açucareira em todas as suas províncias<sup>75</sup>, objetivando a modernização da lavoura e indústria açucareira<sup>76</sup>. No início do século XIX, há uma significativa recuperação das exportações brasileiras no cenário internacional, no que se refere ao volume de exportação de açúcar, essa onda de crescimento das exportações do açúcar irá continuar até o início do século XX<sup>77</sup>.

Em meados do século XIX, fatores naturais e econômicos determinaram mudanças no cenário econômico norte-rio-grandense. A seca ocorrida entre os anos de 1844-1846 dizimou o rebanho bovino, desarticulando esta atividade econômica no estado. A crise nos currais destoava dos lucros gerados pela agricultura agroexportadora

<sup>74</sup> ANDRADE, Manoel Correia. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. p. 25.

<sup>75</sup> EISENBERG, Peter. Op. cit. p. 111

<sup>76</sup> GUIMARÃES, Maria Leda Lins. **A economia açucareira no Nordeste e no Rio Grande do Norte: a sociedade escravista, decomposição do complexo rural e relações de trabalho**. p. 03 – 07.

<sup>77</sup> EISENBERG, Peter. Op. cit. p. 29.

do algodão, o que levou os proprietários rurais a buscarem uma economia mais sólida<sup>78</sup>. Motivados por esses fatores, os proprietários rurais voltam seus olhares para a zona da mata, área livre dos problemas relacionados à seca. Investindo seus recursos em uma atividade econômica esquecida na província, o cultivo da cana de açúcar.

“A grande secca dos tres annos de 1845 a 1847 mostrou a instabilidade da riqueza do gado, e convenceu a muitos da necessidade de formar estabelecimentos agrícolas mais solidos: com isso muito ganhou a industria do assucar, ainda muito atrasada, uma vez, porém, que à ella se applicuem maiores capitães, deverá tomar outras proporções, a fertilidade das terras vizinhas aos rios Cunhaú, Trairi, ou Capió, e Ceará Merim assegura grande fortuna a lavoura da canna. Esta parte da Província, a unica bem regada, que comprehende trinta legoas do seu litoral, é a mais rica e destinada à maior importancia.”<sup>79</sup>

A criação de gado, até esse período era o principal produto da província, começa a sofrer com os longos e sucessivos períodos de estiagem e a população que vive dessa atividade mal consegue recuperar os prejuízos causados pelas secas anteriores.

Em 1853, o presidente de província Francisco Pereira de Carvalho, assim foi informado: “já começa a morrer gado á falta de pasto e água”<sup>80</sup>. A única solução encontrada pelo presidente de província é entregar o problema nas mãos de Deus:

“... a Providencia Divina se não amercear d’esta Província, bem triste será por certo a sorte dos seus habitantes, principalmente os dos sertões, que só vivem da criação [de gado].”<sup>81</sup>

Outro produto que desde o século XVIII irá sofrer com as longas estiagens na província será o algodão. É o cultivo do algodão em terras potiguares que colocou o Rio Grande do Norte em evidência no cenário agroexportador brasileiro, cultivado em todas as regiões da província, principalmente no seu interior.

A província se estabelecerá como uma das principais regiões fornecedoras de matéria-prima para as indústrias de tecidos européias<sup>82</sup>. A economia algodoeira

<sup>78</sup> MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. p. 92.

<sup>79</sup> Falla do Presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, 03 de maio de 1849, p. 15.

<sup>80</sup> Falla do Presidente Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853, p. 10.

<sup>81</sup> Idem, p. 10.

<sup>82</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. p.127.

instalada no Rio Grande do Norte e em outras regiões do Nordeste do Brasil está ligada diretamente aos conflitos ocorridos na América do Norte<sup>83</sup>.

Como a principal região produtora de algodão estava localizada no interior, mesmo havendo plantações na zona da mata, esta sofreu os mesmos prejuízos causados pelos longos e sucessivos períodos de estiagem.

“Este ano a safra de algodão foi reduzida pela falta de chuvas. O coronel de Cunhaú que primeiramente havia plantado num terreno, esperando colher cerca de 10.000 arrobas, só conseguiu umas cem! Disse-me que, para o futuro, ficaria no açúcar.”<sup>84</sup>

Nessa passagem podemos perceber a substituição do algodão pelo cultivo de açúcar nas áreas propensas a esta última. Com o tempo, a produção e os lucros com a exportação do açúcar irá ultrapassar os obtidos com o algodão<sup>85</sup>.

Quadro 02 – Quadro comparativo da produção do açúcar e algodão no biênio 1853-54

PRODUTO	1853		1854	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Açúcar	53.914@	61:821\$000	<u>78.165@27H</u>	120:302\$274
Algodão	5.244@	24:034\$273	<u>1.874@19H</u>	9:628\$095

Fonte: Falla do Presidente Antonio Bernardo de Passos, 04 de julho de 1854, p. 11-12.

O mesmo ocorre com a produção açucareira na província, em amplo desenvolvimento desde 1845. Em 1854 registra-se o número de 144 engenhos, utilizando 67 moendas de ferro e 77 moendas de madeira, com 1508 escravos<sup>86</sup>.

Quadro 03 – Distribuição dos engenhos nas cidades ou vilas do Rio Grande do Norte em 1854

CIDADES OU VILAS	Nº DE ENGENHOS
Natal	09
Villa de São Gonçalo	18
Villa de Extremoz	27
Villa de Goianinha	13
Arez	10
Villa Flor	16
São José de Mipibu	32
Villa de Papari	19
Total	144

Fonte: Falla do Presidente Antonio Bernardo de Passos, 04 de julho de 1854, tabela 37.

<sup>83</sup> Estes conflitos foram a Guerra de Independência das Treze Colônias em 1776 e a Guerra de Secessão em 1860.

<sup>84</sup> KOSTER, Henry. Op. cit. p. 112.

<sup>85</sup> Falla do Presidente José Joaquim da Cunha, em 1851, p. 04.

<sup>86</sup> Falla do Presidente Antonio Bernardo de Passos, 04 de julho de 1854, p.13.

Esse aumento na produção de açúcar irá mudar o papel do Rio Grande do Norte na economia açucareira nordestina. Até esse período todo o açúcar consumido na província era importado do Pernambuco. A partir do desenvolvimento da produção, a província passa a ser auto-suficiente e exportar o excedente de produção para as outras províncias<sup>87</sup>.

Até 1860, percebemos, através das falas e relatórios dos presidentes de província, que o cultivo da cana de açúcar no Rio Grande do Norte passou por um significativo desenvolvimento produtivo. Em 1845 foram registrados apenas 05 engenhos produtores de açúcar, em 1854 foram registrados 144, já em 1859 são 156<sup>88</sup>, passando em 1860 a 173 engenhos e 12 engenhocas<sup>89</sup>.

Quadro 04 – Distribuição dos engenhos nas cidades ou vilas do Rio Grande do Norte em 1862

MUNICÍPIOS	Nº DE ENGENHOS	Nº DE ENGENHOCAS
Natal	07	02
São Gonçalo	27	06
Ceará-Mirim	44	-
Touros	05	04
São José do Mipibu	33	-
Papari	27	-
Goianinha	18	-
Canguaretama	12	-
Total	173	12

Fonte: Relatório do Presidente Pedro Leão Velloso, 16 de fevereiro de 1862, p. 50.

De todas as atividades econômicas realizadas na província, o cultivo da cana de açúcar e a produção de açúcar para exportação foi a que mais se desenvolveu em um período relativamente curto, em 10 anos há um crescimento de quase 30% na construção de engenhos e conseqüentemente uma elevação na produção.

<sup>87</sup> Falla do Presidente Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853, p. 11-12.

<sup>88</sup> Relatório do Presidente Dantas Antonio M. N. Gonçalves, 14 de fevereiro de 1859, p. 15-16.

<sup>89</sup> Relatório do Presidente Pedro Leão Velloso, 16 de fevereiro de 1862, p. 50.

Quadro 05 – A produção de açúcar na província do Rio Grande do Norte entre 1851-1860

ANOS	ARROBAS (@)	LIBRAS (lb)
1851	979	-
1852	14:900	-
1853	48:846	17
1854	100:954	21
1855	144:551	-
1856	153:725	-
1857	228:855	26
1858	232:076	15
1859	225:495	-
1860	278:438	30

Fonte: Relatório do Presidente Pedro Leão Velloso, 16 de fevereiro de 1862, p. 51; PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. p. 146.

Henrique Castriciano, Secretário de Estado durante governo de Pedro Velho, em relatório apresentado ao governador do estado no dia 1 de junho de 1907, destaca o aumento da arrecadação de impostos pelo governo provincial elevando a sua receita “em 1845, em 20:168\$472, dez anos depois, em 1865, subiu a 131:341\$548; - uma diferença para mais de 111:173\$116”<sup>90</sup>.

A passagem da economia açucareira pela província do Rio Grande do Norte apresentou alguns pontos negativos, em alguns momentos dificultando o desenvolvimento desta atividade nos vales. Problemas com a aquisição de mão-de-obra escrava, modernização das técnicas e equipamentos, falta de empréstimos e execução de obras de infra-estrutura são alguns pontos levantados pelos administradores provinciais.

Importante destacar que a indústria açucareira implantada no Brasil durante a colonização não sofreu mudanças significativas até a segunda metade do século XIX.

“A maioria dos plantadores do interior do país, e mesmo a maioria daqueles que se acham nas proximidades da costa e que moram exclusivamente nas suas propriedades, estava, e muito ainda estão, nestas condições. Eles continuam, ano após ano, com o mesmo sistema que seguiram seus pais, sem nenhum desejo de progresso e, na verdade, na ignorância que poderiam fazer qualquer melhoramento.”<sup>91</sup>

A principal característica desta atividade produtiva é que todas as etapas de produção, desde o plantio da cana até o fabrico do açúcar, eram realizadas na mesma unidade produtiva. Onde esta unidade produtiva era composta por dois elementos essenciais: a unidade manufatureira, o engenho, e as lavouras de cana<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. p. 146.

<sup>91</sup> KOSTER, Henry. Op. cit. p. 419.

<sup>92</sup> FERLINI, Vera Lucia. Uma Fabrica colonial: trabalhos e técnicas nos engenhos. p. 184.

As terras do engenho não serviam somente para o plantio de cana, eram divididas para que suprissem outras necessidades existentes. Estas terras eram divididas para cinco fins: as matas, as terras do plantio de cana, as que são limpas para as pastagens, as plantações para a alimentação dos negros e as terras ocupadas pelos homens livres<sup>93</sup>.

Para Vera Lucia Ferlini o engenho era o coração da produção açucareira e era constituído por um:

“(...) impressionante conjunto arquitetônico, de edificações interligadas, aparelhadas de moendas, cobres, fornalhas, animais, e provida de grande escravaria. Uma grande casa de alvenaria abrigava os picadeiros de pedra e cal, onde se depositava a cana, e o conjunto de moendas. Num plano mais alto seguia-se a casa das caldeiras de cozinha, assentada sobre as fornalhas; o tendal onde as fôrmas resfriavam; o enorme edifício da casa de purgar, com cerca de 1000m<sup>2</sup> onde estavam as mesas para receber as fôrmas em seu processo de limpeza e solidificação. Mais adiante, o galpão de secagem e peso completava a unidade de processamento. As necessidades de fabrico requeriam mais: carpintaria, marcenaria, olaria, casa de farinha e currais completavam o conjunto. Dominando o a paisagem, a casa-grande e, a seu lado, a senzala.”<sup>94</sup>

A produção era realizada através do trabalho de um grande número de escravos, estes faziam movimentar essa grande estrutura produtiva. Também eram utilizados trabalhadores livres que detinham conhecimentos específicos para cada etapa do processo de fabrico do açúcar, tais como o feitor, o barqueiro, o mestre de açúcar, o purgador, o caixeiro, entre outros.

No discurso feito pelo presidente de província Antonio Passos Miranda, abrindo a sessão da assembléia provincial em 17 de outubro de 1874, são apresentados alguns motivos que levaram ao declínio da agricultura açucareira:

“A razão do atraso da agricultura entre nós provém da falta de:  
Ensino agrícola,  
Braços suficientes,  
Machinas e aparelhos aperfeiçoados,  
Dinheiro por emprestimo a baixo premio e indenisação por longo prazo.  
A sciencia agricola e complexa e não se adquire em um momento, deve diffundir-se se não para aproveitar no presente, ao menos no futuro.”<sup>95</sup>

<sup>93</sup> KOSTER, Henry. Op. cit. p. 440.

<sup>94</sup> FERLINI, Vera Lucia. Op. cit. p. 184.

<sup>95</sup> Falla do Presidente Antonio Passos Miranda, 17 de outubro de 1876, p. 31.

Como o processo de colonização da capitania do Rio Grande foi baseado na criação de gado, não havia a necessidade de escravos africanos, fazendo que no século XIX o número de escravos fosse reduzido<sup>96</sup>. Outro fator que justificaria o número reduzido de escravos era a campanha abolicionista iniciada pela Inglaterra, levando o Brasil a tomar várias medidas, culminando na abolição em 1888.

Na província, o número de escravos africanos foi reduzido se compararmos com o número de escravos existentes em outras províncias do Nordeste. Em 1855, o município de São José do Mipibu possuía 9.816 escravos, o município de Extremoz possuía 1.126 escravos<sup>97</sup>. O número reduzido de escravos na província obrigará os senhores de engenho a adquirir escravos a custo muito alto ou a utilizar mão-de-obra livre.

Quadro 06 – Distribuição de escravos pelos municípios na província nos anos de 1884 e 1888

MUNICÍPIOS	Nº DE ESCRAVOS AFRICANOS	
	1884	1888
São Miguel	-	13
Pau dos Ferros	520	36
Santa Cruz	-	26
Imperatriz (Martins)	569	83
Jardim do Seridó	432	71
Ceará-Mirim	777	201
Goianinha	527	37
Macaíba	239	10
Natal	246	05

Fonte: CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p. 189.

A dificuldade na aquisição de escravos por parte dos senhores de engenho da província fora apresentada como um dos entraves para a expansão da economia açucareira pelo Rio Grande do Norte. Isso obrigou esses senhores a utilizar trabalhadores livres em várias etapas do processo produtivo, reduzindo assim os lucros:

“Como sabeis, quasi todo o maneiio destes é feito por braços livres, attenta a muito limitada escravatura, de que dispõe a província: os esforços e instancias dos senhores de engenho para a aquisição de maior numero de trabalhadores tem elevado os salarios a preços exorbitantes, e os jornaleiros, considerando-se instrumentos necessarios, tornão-se caprichosos e insubordinados na prestação dos seus serviços e com summa facilidade quebrão todos os seus compromissos, deixando não poucas vezes de saldar as sommas, que lhes são adiantadas.”<sup>98</sup>

<sup>96</sup> Relatório do Presidente Pedro Leão Velloso, 16 de fevereiro de 1862, p. 49.

<sup>97</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p. 46.

<sup>98</sup> Relatório do Presidente Bernardo Machado da Costa Doria, 19 de maio de 1858, p. 15-16.

É interessante identificar nas falas, reclamações sobre a utilização de trabalhadores livres no cultivo da cana, chegando a ser apontado como um dos entraves de seu desenvolvimento. Já que em 1875, quando é discutida a implantação de engenhos centrais na província, a utilização de mão-de-obra livre é vista como um avanço para a economia açucareira, sendo uma das obrigações do concessionário<sup>99</sup>.

No contrato assinado entre o presidente de província e o senhor Pedro H. Wakem, em 6 de fevereiro de 1875, para a instalação de um engenho central na região do Ceará-Mirim é observada no artigo 3º, parágrafo 3º, a proibição de posse e contratação de mão de obra escrava:

“[...] Art. 3.º A empreza obriga-se:

1.º A estabelecer um sistema de trilhos ou tramway, cuja tracção será feita por animais ou a vapor, passando pelos lugares determinados de accôrdo com os agricultores; e a construir, alem da estrada geral, um ramal para cada engenho, afim de transportar as cannas cortadas. O assentamento dos trilhos, conservação da estrada geral, e seus ramaes, pontes, obras d’arte e wagões correrão por conta da empreza.

2.º A assentar definitivamente o engenho central, e concluir todas as suas obras accessorias dentro do prazo de trez annos, contados da data da assignatura do presente contracto salvo os casos de força maior plenamente justificados e a juízo do Presidente da Provincia.

3.º **A não possuir escravos e nem empregal-os no serviço do engenho central.**[...]”(grifo nosso)<sup>100</sup>

Os trabalhadores livres podiam ser divididos em três grupos: primeiro, os agregados, que recebiam um lote para construir sua moradia e plantar, protegido pelo dono da terra, mas em troca este morador pagava por isso, com parte de sua colheita; segundo, os assalariados, que recebiam diárias e trabalhavam nos meses da colheita; e, o terceiro, os rendeiros em parceria, onde o lavrador recebia um lote de terra para o cultivo da cana, que pagava o senhor com a metade da colheita.<sup>101</sup>

As buscas por novas técnicas de cultivo e a compra de equipamentos modernos são vistos como cruciais para o desenvolvimento da cana na província. Sobre o primeiro ponto, a passagem a seguir exemplifica bem essa preocupação:

<sup>99</sup> Relatório do presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 10 de maio de 1875, p. 46-48

<sup>100</sup> Relatório do presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 10 de maio de 1875, Engenho Central, p. 46-48

<sup>101</sup> EISENBERG, Peter. Op. cit. p. 201-209

“Como meio de vulgarizar o conhecimento dos mais recentes e aperfeiçoados processos no cultivo e manufatura da canna, mandei vir por intermedio do Exm. Presidente da Bahia vinte exemplares da obra intitulada – Lavrador practico –, que acaba de ser ali traduzida, e os fiz distribuir pelas Camaras Municipaes, para que possam ser consultadas pelos senhores e mais pessoas interessadas nessa cultura.”<sup>102</sup>

Com o surto açucareiro ocorrido no século XIX, os engenhos usavam tanto moendas de ferro quanto de madeira, por esse aspecto eram chamadas de engenhos e engenhocas respectivamente. Com a expansão desta atividade, percebemos, no registro dos novos engenhos, o grande destaque dado àqueles que utilizavam moendas de ferro.

“Ainda no anno de 1845 erão aqui conhecidos apenas 5 engenhos de fabricar assucar, e custa a comprehender, como no curto período que tem decorrido de então para cá, com tão poucos recursos e acanhados capitaes, tenham sido montados e estejam em crescente prosperidade não menos de 156 estabelecimentos da mesma especie todos de ferro.”<sup>103</sup>

Os engenhos movidos a vapor irão aparecer em 1866, quando foi instalado no engenho Umburana, de propriedade de Antonio Antunes de Oliveira, no Vale do Ceará-Mirim. A generalização deste equipamento irá ocorrer somente no século XX. Em artigo publicado no jornal “A Republica”, o senhor Milton Varela, representante dos senhores de engenho do Rio Grande do Norte, apontava a situação dessa atividade no Estado, contando com “cerca de cem bangüês a vapor que fabricavam assucar mascavo”<sup>104</sup>.

Inúmeros foram os fatores que levaram ao declínio da economia açucareira no Rio Grande do Norte no final do século XX: a insuficiência dos engenhos em realizar melhorias no seu processo produtivo, gerando um atraso tecnológico; a queda do preço do produto no mercado internacional; a incapacidade de realizar as melhorias, em tempo hábil, na infra-estrutura (construção de estradas, pontes, estradas de ferro, canalização dos rios, entre outros); por fim, a volta do interesse do governo e produtos para o cultivo do algodão, que apresentava um novo momento de aquecimento.

---

<sup>102</sup> Idem, p. 48.

<sup>103</sup> Relatório do Presidente Dantas Antonio M. N. Gonçalves, 14 de fevereiro de 1859, p. 15-16.

<sup>104</sup> A REPÚBLICA, 17/08/1935.

Quadro 07 – Exportação de açúcar relativa aos anos de 1890 a 1903

ANOS	QUANTIDADE (KG)	VALORES
1890	13.974.017	765.969\$623
1891	14.323.320	1.314.902\$607
1892	8.012.728	925.424\$617
1893	8.434.499	966.582\$033
1894	5.149.392	540.165\$167
1895	4.292.809	535.213\$000
1896	7.069.505	914.372\$761
1897	9.557.251	1.234.392\$954
1898	2.758.833	557.796\$552
1899	3.969.648	828.785\$608
1900	5.751.938	772.246\$236
1901	4.011.047	303.836\$993
1902	6.562.963	377.516\$088
1903	2.238.920	155.036\$637

Fonte: PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. p. 147.

Nos dias atuais, a economia açucareira norte-rio-grandense caracteriza-se pela presença de duas usinas, a primeira fundada em 1925, a Usina Estivas, localizada no vale do rio Jacu entre os municípios de Arêz e Goianinha. A outra, a Usina São Francisco, está localizada no vale do rio Ceará-Mirim<sup>105</sup>.

### 1.1. A cultura açucareira no Vale do rio Ceará-Mirim

De todas as regiões em que foram implantados engenhos de açúcar em meados do século XIX, o vale do rio Ceará-Mirim foi o de maior destaque por possuir as condições favoráveis para o cultivo da cana. A fala apresentada pelo presidente de província João Capistrano Bandeira de Mello à Assembléia Legislativa Provincial em 1874 demonstra a importância do vale em relação às outras áreas da província onde a cana era cultivada:

“A terra, o primeiro elemento de produção, temol-a de sobejo, e da melhor qualidade. É sobretudo notavel nesta província o rico Valle do Ceará-mirim, onde a canna, uma vez plantada, torna-se quase perpetua, mediante um pequeno trabalho, a sua grandeza e quantidade despertão com razão o entusiasmo no viajante, extasiado ante a uberdade de um solo abençoado, e que compensa em demasia os serviços do agricultor laborioso”<sup>106</sup>

<sup>105</sup> ANDRADE, Manoel Correia. **Usinas de açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (agroindústria canavieira e a produção do espaço)**. p. 10.

<sup>106</sup> Falla do Presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 13 de julho de 1874, p. 44-45.

O vale do rio Ceará-Mirim, nos primeiros anos de ocupação, teve como atividade econômica dominante a criação de gado seguida pela agricultura de subsistência. Segundo Cascudo, já em 1602 as terras do vale do rio Ceará-Mirim estavam sendo aproveitadas a lavoura de subsistência e a criação de gado<sup>107</sup>. Juntamente com essas atividades, o vale foi uma importante via de penetração do território.<sup>108</sup>

Utilizando o vale do rio Ceará-Mirim como rota de passagem para chegar à região de Assú, Henry Koster descreve a situação em que encontrava a região no período, ao falar do povoado denominado Pai Paulo, onde iriam passar a noite:

“Na manhã imediata seguimos para Pai Paulo, três léguas distante, sempre atravessando a mesma planície, na extremidade da qual nós nos aproximávamos de Ceará-Mirim e no lado oposto está sobre um terreno elevado, a aldeia de Pai Paulo. Era, sem exceção alguma, o mais desolado lugar que tenho visto. Os tetos de muitas choupanas haviam desabado e as paredes de outras estavam demoronadas, mas algumas cobertas resistiam. O curso do rio só era marcado pela depressão de seu leito e todo o solo viazinho era de um areal solto, sem vegetação alguma e em tudo semelhante ao que se encontrava no canal do rio. As árvores tinham, em sua maior parte, perdido inteiramente as folhas. Entrava eu para o Sertão e este merecia o nome...”<sup>109</sup>

Em nenhum ponto da descrição feita por Koster, desde sua saída de Natal em direção a Aracati, registramos relatos sobre a existência de cultivo de cana de açúcar a norte da capital. Pelas descrições, a região se caracterizava pela presença de pequenas propriedades, onde se cultivava mandioca e milho, onde famílias fugidas das regiões castigadas pela seca construíam taperas e viviam ao ar livre. Famílias muito pobres que se dirigiram para ali na esperança das “primeiras chuvas abundantes para empurrá-los às suas terras”<sup>110</sup>.

Os primeiros engenhos instalados no vale estão localizados na sua porção mais oriental, por essa região estar livre de inundações e de necessitar de poucas obras de contenção. Em 1843, foi instalado pelo português Antonio Bento Vianna o engenho Carnaubal, sendo posteriormente instalado o engenho Capela.<sup>111</sup>

Em pouco tempo o açúcar produzido em Ceará-Mirim irá superar o produzido nas outras regiões açucareiras da província. Em 1860 contavam com 44 engenhos que produziam em média 91 mil arrobas anuais, quando o vale do Papari, tinha uma

<sup>107</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. **Nomes da terra**. p. 171.

<sup>108</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I: o rio Ceará-Mirim**. p. 31

<sup>109</sup> KOSTER, Henry. Op. cit. p. 131.

<sup>110</sup> Idem. p. 128.

<sup>111</sup> MONTENEGRO, Maria Eliane. A Op. cit., p. 33; ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p. 41.

produção média anual de 75 mil arrobas<sup>112</sup>.

No vale não há notícias de engenho d'água, apenas trapiches movidos a tração animal e, mais tarde, a vapor, como deixa claro Nilo Pereira: “Esses engenhos começaram logo a tração animal e não pela força tão regionalmente típica da água, pois o rio Ceará-Mirim é temporário”<sup>113</sup>.

A utilização de engenhos movidos à força hidráulica no vale era questionada desde a vistoria do mestre de açúcar Jerônimo Mateus, nos informando, em seu relatório, que a sua instalação está ligada a uma visita à nascente do rio para saber se o mesmo tinha altura para este tipo de engenho<sup>114</sup>. Gilberto O. Andrade destaca que o vale do rio Ceará-Mirim não apresentava as características ambientais necessárias para a instalação de engenhos movidos por força hidráulica<sup>115</sup>.

Para que a economia açucareira se desenvolvesse ao longo do vale, aproveitando todo o seu potencial produtivo, foi necessária a realização de benfeitorias. Essas melhorias não se limitaram ao vale, também foram realizadas nas vias de comunicação, ligando-o aos locais de consumo e de comércio.

Desde 1849, seis anos depois da instalação do primeiro engenho no vale, identificamos, nos discursos dos presidentes de província, a necessidade de serem realizadas obras de infra-estrutura para a expansão da economia açucareira no Ceará-Mirim.

No discurso do presidente de província Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, diante da assembléia provincial, em 3 de maio de 1849, são apontados os motivos que geraram a necessidade das obras de canalização do rio:

“O encanamento do rio Ceará-merim, cujas as aguas represadas pela falta de sahida ao mar inundão o Municipio de Extremoz, matão as lavouras nascentes nos terrenos que suas mesmas inundações fertilizarão, e solapando a terra produzem pantanos, e formão terrenos falsos: é obra das mais transcendente utilidade. Executada ella, fazenos-se ao mesmo tempo valas transversaes, á maneira de canaes de irrigação, afim de conservar a humidade a esses terrenos de extraordinaria fertilidade, a industria do assucar, que ja conta nas suas vizinhanças bom numero de fabricas, tomaria rapido incremento na Provincia, cuja a riqueza deverá mudar-lhe inteiramente a face inculta que conserva.”<sup>116</sup>

<sup>112</sup> ANDRADE, Ilda Araújo Leão de. **Condições do trabalho e migração**: um estudo de caso da região açucareira do Vale do Ceará-Mirim. p. 41-2.

<sup>113</sup> PEREIRA, Nilo. **Evocação do Ceará-Mirim**. p. 49

<sup>114</sup> CASCUDO, Luis da Câmara Apud ANDRADE, Ilda Araújo Leão de. Op. cit. p. 31.

<sup>115</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p. 32-3.

<sup>116</sup> Falla do Presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, 03 de maio de 1849, p. 19.

Com o passar dos anos, a obra de canalização do rio Ceará-Mirim começa a ganhar destaque, já que o cultivo da cana de açúcar é considerado a atividade mais próspera e rica da província. Há uma preocupação no atraso da execução da canalização, muitas terras com potencial para o cultivo da cana estão sendo utilizadas para a criação de gado<sup>117</sup>.

Outra melhoria que começara a ganhar destaque já em 1851, por parte da administração provincial foi a construção de uma ponte sobre o rio Ceará-Mirim, objetivando a ligação das duas margens do vale<sup>118</sup>. Esta será construída na localidade denominada Estivas, facilitando o trânsito e dando segurança à população na travessia do rio<sup>119</sup>.

Em outra região da província, próxima à cidade de Natal, o governo provincial apresentou projeto para a construção de uma ponte sobre o rio Potengi, esta seria um complemento das obras realizadas no Aterro do Salgado e das estradas “que une á capital as fecundas terras cortadas pelo rio Ceará-mirim”<sup>120</sup>.

Os problemas causados pelas grandes cheias do rio nas plantações de cana de açúcar serão um dos principais empecilhos para o desenvolvimento desta atividade no Vale. Nas primeiras décadas do século XX, as reclamações feitas pelos produtores rurais da região são referentes à necessidade de obras de contenção e não o desaquecimento do mercado ou o aquecimento do comércio do algodão.

Em 1907, no relatório apresentado por Henrique Castriciano ao governador do Estado, a monocultura açucareira não é vista como a atividade econômica que irá solucionar a crise que assola o vale. A saída encontrada para o vale seria a diversificação de culturas. O cacau, o milho, a mandioca, a batata, entre outras, adaptar-se-iam facilmente ao clima da região. Alguns desses produtos alcançam preços elevados quando comercializados.

Os periódicos semanais publicados no município de Ceará-Mirim nas primeiras décadas do século XX (circularam nessa época os jornais “O Ceará-Mirim”, “A Lavoura”, “A Razão” e “Correio da Semana”), explanaram as preocupações da sociedade ceará-mirinense, principalmente os proprietários rurais, sobre a situação em que se encontrava a lavoura açucareira no Vale.

---

<sup>117</sup> Falla do Presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853, p. 08.

<sup>118</sup> Falla do Presidente José Joaquim da Cunha, em 1851, p. 11.

<sup>119</sup> Falla do Presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853, p. 09.

<sup>120</sup> Falla do Presidente Antonio Bernado de Passos, 04 de julho de 1854, p. 09.

No jornal “O Ceará-Mirim”, publicação dirigida pelo órgão republicano, é expressa em inúmeras edições entre os anos de 1911 até 1917, a preocupação da sociedade sobre a situação da cultura açucareira.

Na coluna “Semana a Semana”, assinada por H. Fontes, temos uma noção da situação em que se encontra a lavoura de cana no Vale. Em certa passagem de seu artigo, o autor afirma que “A lavoura de canna de assucar entre nós está agonizante”<sup>121</sup>. A maioria dos engenhos encontra-se de “fogo morto”, tendo poucos agricultores conseguido escapar da crise. Apontando alguns dos motivos que levaram a essa situação:

“(…) a moléstia da canna (...) a diminuição da produção, a falta de braços e a elevação do salário. O baixo preço do assucar e dificuldade de capitães. Entretanto, quer nos parecer que a causa principalmente predominante a que a todos é a falta de ilustração de educação profissional da parte dos nossos agricultores.”<sup>122</sup>

Em muitas passagens do folhetim encontramos reclamações sobre a situação das obras de infra-estrutura realizadas na região para contenção de águas do rio, como também a solicitação de novas melhorias. Em 01 de outubro de 1911 há uma reclamação por parte dos agricultores ao governador do Estado, Alberto Maranhão, a respeito da diminuição “de 18 m para 13 m do canal Dodt”<sup>123</sup>.

Motivado pela reclamação, o governador seguiu para o município, acompanhado por dois engenheiros, para se reunir com os agricultores e discutir as providências que deveriam ser tomadas. Segundo o artigo, como resultado desse encontro foi ordenado a limpeza e desobstrução dos rios para que se medisse “o volume, o declive e força das águas, tomar-se medidas e providencias de acordo com as necessidades reclamadas pela ocasião”<sup>124</sup>.

Um ano depois, em 05 de maio de 1912, na coluna “Valle do Ceará-mirim”, temos uma nota comentando sobre um abaixo-assinado organizado pelas senhoras ceará-mirinhenses direcionado à esposa do ministro da viação solicitando providências urgentes para minimizar os danos causados por mais um longo período de inverno. Entre as medidas são apontadas: a construção de uma ponte sobre o canal Bandeira, desobstrução e retificação do mesmo canal; desobstrução dos rios Água Azul ou Canal

---

<sup>121</sup> O Ceará-Mirim, Semana a Semana, 01 de outubro de 1911.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Idem.

Dodt, Fronteira, Delfino e dos Índios; abertura de um novo canal, partindo do rio Fronteira até desaguar na Ilha.<sup>125</sup>

Em outro periódico é apontado outro problema para o desenvolvimento da cana de açúcar, as técnicas utilizadas para o cultivo e a produção do açúcar nos engenhos. Em edição do semanário “A Lavoura”, publicação da “União Comercial e Agrícola”, de 28 de junho de 1913, apresenta este problema:

“A cultura do solo entre nós, infelizmente, ainda obedece a processos rudimentares obsoletos, que se remontam aos tempos primitivos. Com que tristeza, ouvimos nós, não há muito, dizer um especialista estrangeiro que os trabalhos da agricultura nesta terra eram ainda feitas como nos tempos do pai Adão!”<sup>126</sup>

O declínio da cultura açucareira no Vale do Ceará-Mirim motivado por diversos fatores resultou no abandono de muitos senhores de engenho de suas terras, empobrecidos, transformando uma região empobrecida que não lembra em nada o Ceará-Mirim da segunda metade do século XIX, principal centro produtivo do Rio Grande do Norte. Levando a publicação de um artigo, em 28 de abril de 1918, no semanário “A Razão”, com o título “O Ceará-Mirim é uma cidade morta!”<sup>127</sup>.

Um ano antes, no “Correio da Semana”, foi publicado um artigo no dia 29 de outubro de 1917, que exemplifica como o retraimento econômico da cultura açucareira foi prejudicial para o município. Há muito tempo não se via uma edificação nova na cidade, onde “o Ceará-Mirim de hoje é o mesmo de 1892, epocha em que se construiu talvez a derradeira casa, não contando com as reedificações, em limitadíssimo número”<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> O Ceará-Mirim, Valle do Ceará-Mirim, 05 de maio de 1912.

<sup>126</sup> A Lavoura, Agricultura, 28 de junho de 1913.

<sup>127</sup> A Razão, 28 de abril de 1918.

<sup>128</sup> Correio da Semana, 18 de outubro de 1917.

Quadro 08 – Engenhos/Usinas e produção de açúcar no vale do rio Ceará-Mirim

ANO	ENGENHOS/USINAS	PRODUÇÃO AÇÚCAR CRISTAL/BRUTO
1845	44 engenhos	
1860	44 engenhos	91.000 arrobas/açúcar bruto
1861	51 engenhos	
1866		287.000 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1870	44 engenhos	
1877	40 engenhos	137.970 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1907		227.500 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1914	56 engenhos	
1920	36 engenhos	
1921		42.188 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1922		58.187 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1924		24.954 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1925	36 engenhos	45.000 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1928		14.201 sacos 60Kg/Açúcar bruto
1929	34 engenhos/2 usinas	16.500 sacos 60Kg/Açúcar cristal
1930	33 engenhos/3 usinas	16.200 sacos 60Kg/Açúcar cristal

Fonte: SANTOS, Jailma da S. M. **A expansão canavieira no vale do Ceará-Mirim (1845-1930)**. p. 29.

Muitas dessas pequenas e médias propriedades desapareceram com a crise econômica ocorrida na primeira metade do século passado. Com isso, muitas das propriedades que tinham a cana de açúcar como atividade principal foram incorporadas pelas usinas que surgiram nesse mesmo século. Na década de 1950 a usina Ilha Bela e Santa Tereza anexaram as elas quinze propriedades, já a usina São Francisco anexou sete dessas propriedades<sup>129</sup>. Alguns engenhos resistentes ao poder das usinas também aumentaram suas propriedades anexando engenhos menores, caso do Mucuripe que congregou o Alagoas e o Oiteiro.

A implantação desta atividade econômica no vale do rio Ceará-Mirim transformou significativamente a paisagem local. Se no início, a paisagem era caracterizada por extensas áreas de matas e algumas fazendas que criavam gado e praticavam a agricultura de subsistência. Esse cenário foi modificado. Atualmente sua paisagem caracteriza-se por grandes áreas cultivadas pela cana de açúcar, substituindo as matas, e as poucas fazendas foram substituídas pelos engenhos, com toda a estrutura necessária para a produção do açúcar voltado para a exportação ou o consumo em larga escala.

<sup>129</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit., p. 49.

## Capítulo 02:

**As ruínas do Vale do Ceará – Mirim:** escombros de um passado ou patrimônio cultural?

Atualmente, de acordo com a Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu artigo 216, constituem componentes do patrimônio cultural brasileiro todos os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>130</sup>.

Segundo Lemos, citando a definição dada pelo professor francês Hugues de Varine-Boham, o patrimônio cultural atualmente pode ser dividido em três grandes categorias de elementos: os pertencentes ao meio ambiente; os referentes ao conhecimento, as técnicas, ao saber e ao saber fazer e por último os chamados bens culturais, englobando os objetos e construções produzidos pelo homem a partir do meio ambiente.<sup>131</sup>

È importante destacar, antes de continuarmos esta discussão, que a utilização do termo “patrimônio cultural” em nossa Constituição Federal demonstra a aceitação deste conceito suprimindo expressões utilizadas em constituições anteriores, como patrimônio artístico, histórico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico. Com isso, a utilização do termo irá reunir todos os elementos considerados componentes do patrimônio nacional em épocas anteriores sem dar destaque a nenhum deles.<sup>132</sup> Essa diversidade de termos utilizados para definir o patrimônio brasileiro pode ser identificado em publicações que trabalham o tema.<sup>133</sup>

“No Brasil, cada disciplina particular, em função da abrangência do termo relaciona-o a seu campo de estudo. Dependendo dos interesses em jogo, fala-se de patrimônio histórico, patrimônio arqueológico, ambiental, ecológico ou

---

<sup>130</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. p. 49

<sup>131</sup> LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. p. 8-10.

<sup>132</sup> Idem, 50.

<sup>133</sup> LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.; CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

paisagístico, criando-se uma tipologia que se adapta a cada caso particular de estudo, empiricamente delimitado.”<sup>134</sup>

Um exemplo dessas modificações de definição sofridas pelo patrimônio pode ser constatado já no próprio uso da palavra. A palavra patrimônio tem uma origem latina, vem de *patrimonium*, referindo-se a tudo o que pertencia ao pai.

“A semelhança dos termos – *pater*, *patrimonium*, *familia* – porém esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A família compreendia a tudo que estava sob o domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem exceção, portanto, as próprias pessoas.”<sup>135</sup>

Neste período a palavra patrimônio, em sua origem, tinha um caráter de domínio individual e particular familiar, que podia ser passado de geração em geração por herança<sup>136</sup>. Mas essa designação vai sendo modificada e a idéia de patrimônio ganha um caráter coletivo, deixa de ser importante somente para um indivíduo tornando-se importante para um grupo de pessoas. Onde não será uma pessoa que vai dizer que este ou aquele objeto é importante, mas sim um grupo de pessoas, que poderão ter opiniões divergentes. Ao ressaltar a definição de patrimônio ligada a uma coletividade, Funari e Pelegrini abordam uma construção baseada em valores políticos, sociais e econômicos<sup>137</sup>.

A noção atual de patrimônio nem sempre apresentou esta estrutura, sua definição foi sendo modificada ao longo dos séculos, ganhando e perdendo valores e referenciais. Durante a Antiguidade e o período Medieval os conjuntos arquitetônicos conhecidos seriam os monumentos construídos intencionalmente, neste tipo de monumentos os seus criadores tinham como objetivo “comemorar um momento preciso ou um acontecimento complexo do passado”<sup>138</sup>.

<sup>134</sup> KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados do Paraná entre 1938-1990**. p. 34.

<sup>135</sup> FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. p. 11.

<sup>136</sup> CHOAY, Françoise, **A alegoria do patrimônio**. p. 11.

<sup>137</sup> “As coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes. Uma mesma pessoa pode pertencer a diversos grupos e, no decorrer do tempo, mudar para outros. Passamos assim, por grupos de faixa etária: crianças, adolescentes, adultos, idosos. Passamos ainda de estudantes a profissionais e, em seguida, a aposentados. São, portanto, inúmeras as coletividades que convivem em constante interação e mudança.” (FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Op. cit. p. 9-10)

<sup>138</sup> KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. cit. p. 35.

A partir do Renascimento este tipo de monumento começa a perder a importância, inicia-se um movimento de “recuperação da cultura da antiguidade greco-latina levou à reatualização da identidade nacional italiana”<sup>139</sup>.

O historiador da arte vienense Alois Riegl, no início do século XX, será o primeiro a observar a mudança de significado que o termo monumento passou começando a ser entendido como monumento histórico e artístico.

“As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a idéia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte.”<sup>140</sup>

Acumulando a experiência de conservador de museus e de sua formação acadêmica na área jurídica, filosófica e historiográfica Alois Riegl publica um ambicioso trabalho crítico sobre a noção de monumento histórico. Será com a publicação da obra “O culto moderno dos monumentos”, um ano depois de ser nomeado presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos e encarregado de esboçar uma nova legislação para a conservação dos monumentos, que irá definir o monumento ou patrimônio histórico a através dos valores e significados que foram investidos no decorrer da história<sup>141</sup>.

No seu estudo, a análise de Riegl é estruturada em duas categorias antagônicas de valores. Uns, os valores de rememoração que são ligados ao passado e a memória, divididos em valor histórico, valor de rememoração intencional e valor anciedade ou antiguidade. Outros, os valores de contemporaneidade, ligados ao tempo presente dividindo-se em valores de uso e de arte<sup>142</sup>.

O valor histórico, ligado aos valores de rememoração, de um monumento reside de no fato deste representar uma situação única da criação humana, determinado pelo seu estado original ainda que alterado pelo tempo. Nesta definição, não interessa as

---

<sup>139</sup> Idem. p. 35.

<sup>140</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. p. 51.

<sup>141</sup> CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 168.

<sup>142</sup> Idem. p. 169.

alterações causadas no monumento pelo tempo e sim o seu estado original, intocado, conservando-o para futuras pesquisas.<sup>143</sup>

Quando não há o objetivo de restaurar o monumento e sim a manutenção do mesmo como este era no momento de sua construção estamos falando do valor de rememoração intencional. A tendência nessa situação é o isolamento de um determinado processo histórico e apresentá-lo como uma face precisa que se refere ao presente. “Sua função liga-se a um momento do passado, apontando onde, quando e com que intenção foi construído e elaborado”<sup>144</sup>.

Contrapondo-se ao valor de rememoração intencional temos o valor de anciedade ou antiguidade, surgido somente na segunda metade do século XIX que nos fala sobre a “idade do monumento e às marcas que o tempo não pára de lhe imprimir”<sup>145</sup>. Serão as marcas deixadas no monumento pela passagem do tempo que lhe darão importância e não conservá-lo pela sua atribuição original<sup>146</sup>.

“O valor de época remete a um tempo pretérito e pode ser melhor entendido quando se percebe o interesse suscitado por determinadas ruínas sobre as quais não se possui nenhuma informação plausível.[...] O interesse por eles estaria ligado aos valores da época neles visíveis. Além disso, o estranhamento que suscitam aprofunda a distância temporal, apontando para as distâncias sociais e culturais. Sua importância estaria fundada sobre um valor de rememoração ligado a representação do tempo transcorrido e não à obra em seu estado original.”<sup>147</sup>

Em oposição aos valores de rememoração, ligados ao passado, temos os valores de contemporaneidade, ligados ao presente, dividido por Riegl em valor de uso quando se retoma a utilização original do monumento ou em valor de arte onde o monumento torna-se importante pela concepção artística atual que pode ser dividido em duas categorias: o valor artístico relativo ligada a acessibilidade das obras antigas a sensibilidade moderna e o valor artístico de novidade onde o novo e intacto é belo<sup>148</sup>.

<sup>143</sup> KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. cit. p. 38.

<sup>144</sup> Idem. p. 38.

<sup>145</sup> CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 168.

<sup>146</sup> KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. cit. p.38-39.

<sup>147</sup> Idem. p. 39.

<sup>148</sup> CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 169.

Entre o Renascimento e a Revolução Francesa as ações voltadas para a proteção de monumentos eram eventuais e foram realizadas pelos antiquários com o apoio da Igreja e da elite aristocrática com o objetivo de conservar seus próprios bens<sup>149</sup>.

Mesmo que as categorias que constituirão a base para a formação dos patrimônios históricos e artísticos iniciaram no Renascimento será somente com a Revolução Francesa e a formação dos Estados Nacionais, no século XIX, a noção de patrimônio é consolidada servindo como base para a construção de uma identidade nacional<sup>150</sup>.

“(…) Patrimônio cultural associou-se, nos séculos XVIII e XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão. Podiam ser objetos antigos, como construções modernas ou, mais provavelmente, uma mescla nova de ambos.”<sup>151</sup>

Será com a Revolução Industrial que o conceito de patrimônio irá se difundir progressivamente por toda a Europa. O processo de industrialização, enquanto um movimento transformador e irreversível tornou “necessário guardar o passado que se esvaía rapidamente”<sup>152</sup>.

A utilização do patrimônio na construção de uma identidade nacional passou a cumprir várias funções simbólicas que serviram na consolidação dos Estados Nacionais. A população ao identificar no espaço público bens de propriedade coletiva, que constituem o patrimônio, e não mais privado serviu para reforçar a noção de cidadania. A necessidade de proteger esse patrimônio comum, que são provas materiais da história nacional, reforça a coesão nacional tornando visível a idéia de nação<sup>153</sup>.

Analisando o caso brasileiro percebemos que os assuntos ligados ao patrimônio cultural, como legitimador de uma nação, têm sua origem nas primeiras décadas do século XX, durante o Estado Novo.

---

<sup>149</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. cit. p. 57.

<sup>150</sup> LEITÃO, Haroldo Camargo. **Patrimônio histórico e cultural**. p. 18-22.

<sup>151</sup> PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. p. 28.

<sup>152</sup> KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op.cit. p. 33.

<sup>153</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. cit. p. 59-60.

Antes, a idéia de construção de uma identidade nacional norteava as discussões da elite intelectual brasileira desde o século XIX com a independência do Brasil. Da proclamação de independência até os primeiros anos do período republicano, as discussões deste tema centraram-se na idéia de “raça”, nesse período não se fazia distinção entre raça e cultura. Somente nas primeiras décadas do século XX, as discussões sobre o problema eram centradas em termos culturais e não mais raciais.<sup>154</sup>

Nos séculos anteriores temos poucas referências de medidas tomadas pelo governo com o objetivo de proteger o patrimônio cultural brasileiro. O primeiro registro data do ano de 1742 quando o Conde de Galveias escreveu para o governador do Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, ordenando que fossem paralisadas as obras que iriam transformar o Palácio das Duas Torres, construído por Mauricio de Nassau durante a ocupação holandesa, em um quartel militar.<sup>155</sup>

No século XIX foram estabelecidas poucas medidas jurídicas que regiam a proteção do patrimônio cultural. No Código Criminal do Império do ano de 1830, em seu artigo 178 era considerada criminosa a destruição ou danificação de monumentos, edifícios ou bens públicos com uma pena de dois meses a quatro anos e multa de vinte por cento do valor do dano para o infrator. O Aviso de 13 de dezembro de 1855, expedido pelo Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz aos presidentes de províncias, recomenda cuidado nas obras de restauração dos monumentos.<sup>156</sup>

Se voltarmos nossos olhares para o cenário internacional sobre o patrimônio cultural há um grande desenvolvimento das discussões relacionadas ao tema neste período. Segundo Simão, nesse período eram discutidas teorias sobre a conservação, havendo inúmeras obras de restauração de monumentos e obras de arte. Para a autora vários acontecimentos históricos, com destaque para o Iluminismo e a Revolução Industrial, ocorridos ao longo dos séculos XVIII e XIX, irão transformar o mundo e modificarão a relação do homem com o seu habitat, surgindo com isso, a preocupação em proteger os monumentos do passado.

Até o advento do pensamento iluminista o tempo era visto como um fluxo contínuo. Com base nas novas idéias iluministas essa concepção de tempo é rompida.

---

<sup>154</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. cit. p. 41.

<sup>155</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Op. cit.. p. 01.

<sup>156</sup> Idem. p. 01-02.

“(…) Pode-se entender que, nesse momento, segundo a própria ciência, passado e presente romperam-se e formaram partes absolutamente desarticuladas, conformando mundos distintos. As bases da preservação são lançadas, assim, com o objetivo de estudar e analisar o “objeto antigo”, e não numa visão de retomada ou rearticulação do passado. O “fluir do tempo” estava rompido e a obra do passado vista como algo estanque, pronta, impossibilitada de receber posteriores intervenções, limitada a um determinado tempo e espaço.”<sup>157</sup>

Juntamente com o pensamento iluminista esses dois séculos presenciaram mudanças significativas nas atividades econômicas. Com a industrialização haverá uma modificação dos modos de viver das pessoas, as relações de trabalho serão modificadas, as construções apresentaram novas tecnologias, com a inclusão de novos materiais. A industrialização irá modificar significativamente as relações do homem com o seu habitat.<sup>158</sup>

Nas primeiras décadas do século XX o movimento modernista ganhará forma e irá influenciar toda uma geração de intelectuais no mundo todo. Este movimento tinha como objetivo principal a busca de uma cultura universal, em oposição às culturas regionais ou locais. O grande representante desse movimento na arquitetura e urbanismo foi o francês Charles-Édouard Jeanneret, chamado Le Corbusier, que junto com seus pares defenderam uma reformulação dos núcleos urbanos. Estes defendiam que as cidades deveriam ser planejadas de uma forma funcional e que as referências do passado poderiam persistir se não incomodassem os ideais da modernidade.<sup>159</sup>

No Brasil, o movimento modernista apresentou características singulares por ter um desejo de construir um passado e um futuro para o país. Diferentemente do que ocorreu na Europa o movimento modernista brasileiro não rompeu com a tradição e sim com o Eclétismo proveniente do final do século XIX.<sup>160</sup> Esse desejo de construir um passado genuinamente brasileiro será um dos motivos que levará a participação significativa dos intelectuais modernistas na construção do patrimônio cultural brasileiro.

---

<sup>157</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. p. 24.

<sup>158</sup> Idem, p. 23.

<sup>159</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Op. Cit. p. 26.

<sup>160</sup> CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na repartição**. p. 09.

“Para os modernistas nacionais, o Brasil adentraria o mundo moderno através da busca de sua identidade própria e civilizando-se. “Ser brasileiro” significava “ser moderno” e isto implicava em entender o próprio Brasil, buscar sua história e suas raízes.”<sup>161</sup>

Antes de continuarmos a demonstrar a significativa participação dos intelectuais na construção do conceito de patrimônio. Seria interessante entendermos como esses intelectuais, juntamente com outros, tiveram significativa participação na construção do discurso político do Estado Novo.

A partir da década de 1920 ocorrem significativas mudanças nas áreas de atuação dos intelectuais brasileiros, tanto no setor público quanto no privado. No setor privado, os intelectuais irão participar em organizações partidárias e instituições culturais paulistas, como o movimento integralista e entidades da Igreja católica; o novo mercado editorial. No setor público, os intelectuais irão participar ativamente da nova organização estatal, assumindo diversos cargos tanto do baixo quanto do alto escalão.<sup>162</sup>

As mudanças ocorrem justamente por causa da crise do antigo sistema republicano, onde o poder das oligarquias é duramente contestado:

“(…) As décadas de 1920, 1930 e 1940 assinalam transformações decisivas nos planos econômico (crise no setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do Estado em setores chaves da economia etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do Estado etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão das redes de instituições culturais públicas, surto editorial etc.).”<sup>163</sup>

Neste período havia uma necessidade de legitimar o novo regime político vigente no Brasil. Com isso, o governo Vargas, precisou tomar medidas que justificassem a nova ideologia política<sup>164</sup>. Precisando, para isso, a participação dos intelectuais brasileiros, que trabalhando em diversas frentes, construiriam as bases ideológicas da Nação.

<sup>161</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Op. Cit. p. 28.

<sup>162</sup> MICELL, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. p. 76

<sup>163</sup> Idem, p. 77.

<sup>164</sup> CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JR., Walter. **Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo**. p. 01

Para Miceli, durante o Estado Novo, a forma de recrutamento dos intelectuais para cargos públicos apresentou características diferentes às utilizadas no período anterior.

“(...) Embora seja inegável que o recrutamento dos intelectuais ao longo do período Vargas continuou, como antes, a depender amplamente do capital de relações sociais dos postulantes aos cargos – vale dizer, caudatário de “pistolões” cuja rentabilidade poderia sobrepujar aquela proporcionada pelos títulos escolares ou pelas aptidões profissionais –, cumpre admitir que o novo estágio da divisão do trabalho administrativo acabou suscitando mudanças de peso nas relações entre os intelectuais e a classe dominante. Enquanto os anatólios contavam com as sinecuras que os dirigentes oligárquicos lhes ofertavam como paga por serviços prestados, os intelectuais do regime Vargas se empenhavam com garra em ampliar, reforçar e gerir as “panelas” burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central. Dessa maneira, os intelectuais contribuíram decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes políticos estaduais.”<sup>165</sup>

Segundo Codato e Gaudalini Jr., o discurso sobre a organização política do regime Estadonovista tem dois aspectos importantes para o seu entendimento. O primeiro, as justificativas dadas pelos intelectuais sobre a organização nacional<sup>166</sup> e o segundo, a formulação de conceitos-chaves sobre a dimensão institucional do regime, “o que implica teorizações sobre o federalismo e a unidade nacional, os processos de concentração/centralização do poder e o personalismo do governo”<sup>167</sup>.

O campo de atuação dos intelectuais no governo para legitimar o novo regime político é bastante amplo. Para Mônica Velloso, citada por Codato e Gaudalini Jr., poderíamos distinguir dois campos de atuação: o Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema e o Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido por Lourival Fontes.

“Entre essas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando atingir diversas clientelas: o Ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP

<sup>165</sup> MICELI, Sergio. Op. cit. p. 198.

<sup>166</sup> Um bom exemplo destas justificativas para legitimar a organização política do Estado Novo são os ensaios de Paulo Figueiredo publicados na revista *Cultura Política*, publicação oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda. (FIGUEIREDO, Paulo Nunes Augusto de. **Aspectos ideológicos do Estado Novo**. Brasília: Senado Federal, 1983)

<sup>167</sup> CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JR., Walter. Op. cit. p. 04

buscava, através do controle das comunicações, orientar a manifestação da cultura popular.”<sup>168</sup>

Durante o Estado Novo, dentro do Ministério da Educação e Saúde, que serão definidas as diretrizes que irão estabelecer o conceito do que é patrimônio cultural brasileiro. Para isso, Capanema irá contar com a colaboração de vários intelectuais, ligados ao movimento modernista, para alcançar seus objetivos.

A participação dos modernistas no Estado Novo recebeu dura oposição de grupos de intelectuais que tinham concepções diferentes do que deveriam ser definidos como patrimônio cultural brasileiro e como estes deveriam ser protegidos. Segundo Cavalcanti, o movimento modernista não era o único grupo no país que tinham como objetivo a defesa do nosso patrimônio cultural brasileiro. Neste período identificamos pelo menos duas outras correntes com os mesmos objetivos: a corrente Histórico-Tradicionista e a Neocolonial. A primeira tinha como principal representante o cearense Gustavo Dodt Barroso e a segunda tinha a figura de José Mariano.<sup>169</sup>

A atuação de Gustavo D. Barroso se deu na área da gestão federal de proteção do patrimônio histórico e artístico quando em 1922 foi nomeado diretor do Museu Histórico Nacional, órgão que dirigiu até a sua morte em 1959. A frente desse órgão e com as modificações estruturais ocorridas em 1934, passou “a ter como função, além das atividades museológicas, a inspeção dos monumentos nacionais e do comércio dos objetos artísticos”<sup>170</sup>.

Sua influência dentro da gestão federal será diminuída no mesmo ano em que o museu recebe essa nova função com a substituição do ministro da educação Washington Pires e do seu chefe de gabinete Heitor de Faria pelo ministro Gustavo Capanema e do novo chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade. Com essa mudança há também uma modificação na política de proteção ao patrimônio.

Para o grupo histórico-tradicionista, liderado por Gustavo Barroso, a idéia de nacionalismo e dos elementos históricos e artísticos que deveriam ser preservados é muito diferente dos apresentados pelos modernistas.

---

<sup>168</sup> Idem, p. 17-18.

<sup>169</sup> CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na repartição**. p. 12-19.

<sup>170</sup> Idem, p. 12.

“Vê-se logo que nacionalismo é outro. Escolhendo-se, entre tantos, um volume referente a 1942, dos Anais do Museu Histórico Nacional, basta percorrer os títulos: A heráldica dos vice-reis, A louça blanzo: nada (dos barões, condes, marqueses, etc.) no Museu. O culto da Virgem Maria na numismática, e daí por diante. A sua fundação em 1922 teria respondido a um artigo de Gustavo Barroso, empossado como primeiro (e quase vitalício) diretor, que rezava: ‘O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos gloriosos... – espadas, canhões, lanças.’”<sup>171</sup>

Outra corrente contrária ao movimento modernista nesse período foi a Neocolonial, competindo “pela primazia da condução oficial da renovação arquitetônica nacional e pelo estudo do passado nacional”<sup>172</sup> Para a corrente Neocolonial dever-se-ia criar um novo tipo de arquitetura nacional inspirada nas construções sacras e civis brasileiras do período colonial.<sup>173</sup>

Nas discussões sobre o patrimônio, José Mariano propõe a criação de um museu de arte voltado para a proteção elementos arquitetônicos do passado que demonstrassem as grandes etapas da arquitetura, pintura e escultura brasileira. Como também a criação de um órgão de inspeção com o objetivo de proteger esses elementos arquitetônicos, defendendo até a desapropriação dos imóveis.<sup>174</sup>

Em 1936, o então ministro Gustavo Capanema, frente ao Ministério da Educação e Saúde, tomou duas decisões que influenciaram de forma decisiva a cultura brasileira. Quando decidiu convidar Lúcio Costa e sua equipe com a consultoria de Le Corbusier de fazer e executar o projeto para a construção da nova sede do ministério e encomendar a Mario de Andrade o anteprojeto de criação de um instituto que tinha o objetivo de determinar, organizar, conservar e propagar o patrimônio artístico nacional.<sup>175</sup>

Em 13 de janeiro de 1937, através da lei nº 378, o então presidente Getúlio Vargas irá criar Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha como objetivo promover em todo o território nacional o tombamento, a proteção e a divulgação deste patrimônio.<sup>176</sup>

<sup>171</sup> CAMPOFIORITO, Ítalo. O patrimônio cultural: um balanço crítico. Apud: CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na repartição**. p. 14

<sup>172</sup> CAVALCANTI, Lauro (org.). Op. Cit. p. 15.

<sup>173</sup> Idem, p. 16.

<sup>174</sup> Idem, p. 17.

<sup>175</sup> Idem, p. 11-12.

<sup>176</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Op. cit. p. 04

No dia 30 de novembro de 1937 é assinado o Decreto-Lei nº 25 que tinha como objetivo organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Importante ressaltar que essa lei mesmo tendo se materializado através de um ato autoritário, perpassou todo o processo democrático.<sup>177</sup>

Fazendo uma leitura do anteprojeto produzido por Mario de Andrade para a criação do SPHAN e o texto do Decreto-Lei nº 25/1937 observamos algumas modificações sobre os elementos que serão definidos como patrimônio e principalmente no seu aspecto operacional.

Segundo o Decreto-Lei nº 25/1937 o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo:

“(...) o conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”<sup>178</sup>

Já no anteprojeto escrito por Mario de Andrade o patrimônio é entendido como:

“(...) todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares e estrangeiros, residentes no Brasil.”<sup>179</sup>

No anteprojeto escrito por Mario de Andrade o patrimônio é definido como obra de arte. Mesmo que esse conceito abarque um número significativo de elementos já que o próprio anteprojeto classifica as obras de arte em oito categorias: arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacionais e aplicadas estrangeiras.<sup>180</sup>

Para Lemos, a utilização da definição obra de arte para definir o patrimônio cultural brasileiro foi à forma encontrada por Mario de Andrade de tentar resguardar

---

<sup>177</sup> Idem, p. 4-5.

<sup>178</sup> LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira; SANTOS, Aline Nunes dos. **Cidadania cultural**. p. 50.

<sup>179</sup> ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: CAVALCANTI, Lauro (org.). Op. Cit. p. 38.

<sup>180</sup> Idem, p. 39.

todos seus bens culturais.<sup>181</sup> Essa tentativa de inserir todos os bens culturais dentro do patrimônio cultural brasileiro demonstra a visão que esse intelectual sobre o tema:

“Mario incluía tudo, queria ‘catalogar’ todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, costumes, assim como o seu ‘saber’, o seu ‘saber fazer’.”<sup>182</sup>

Podemos identificar essa busca em catalogar as manifestações culturais do homem brasileiro em várias obras de Mário de Andrade. Um exemplo dessa busca é o livro “O Turista Aprendiz”, projeto que reúne os textos escritos ao longo das viagens feitas pelo Norte e Nordeste do país. Escrito em forma de diário, o autor vai registrando todos os aspectos culturais identificados nas regiões por onde passa.<sup>183</sup>

Importante ressaltar que muito dos elementos inseridos por Mário de Andrade como pertencente ao patrimônio cultural brasileiro em seu anteprojeto só receberão proteção legal nas últimas décadas do século passado. Por isso que alguns autores, como o caso de Lemos, destacam essa “clarividência” do modernista ao definir alguns bens culturais como patrimônio antes da publicação de recomendações internacionais que tratam do tema.<sup>184</sup>

Com a publicação dos projetos de lei tratando da criação do SPHAN e outro organizando a proteção do patrimônio, percebemos que o anteprojeto de Mário de Andrade não foi seguido. Isso demonstra uma “atuação precavida e política de Gustavo Capanema e de Rodrigo de Melo Franco de Andrade”<sup>185</sup>, mesmo que nos dois textos um bem cultural só estaria incluído como patrimônio depois de inscrito em seu respectivo livro de tomo<sup>186</sup>.

De acordo com o Decreto-Lei nº 25, os bens culturais podem ser inscritos em quatro Livros de Tombo, procedimento válido até os dias atuais, que são divididos nas seguintes categorias: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes e das Artes Aplicadas. Sendo que as especificações e definições de quais bens comporiam

<sup>181</sup> LEMOS, Carlos A. C. Op. cit. p. 37.

<sup>182</sup> Idem, p. 41.

<sup>183</sup> ANDRADE, Mário de. **O Turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

<sup>184</sup> LEMOS, Carlos A. C. Op. Cit. p. 41

<sup>185</sup> Idem, p. 43.

<sup>186</sup> ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: CAVALCANTI, Lauro (org.). Op. Cit. p. 38. e LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira; SANTOS, Aline Nunes dos. **Cidadania cultural**. p. 50.

cada Livro do Tombo não foram regulamentadas deixando a cargo da Instituição essas definições.<sup>187</sup>

Com o início das atividades do SPHAN percebemos a significativa participação dos intelectuais modernistas no quadro de funcionários da instituição, tanto permanentes como colaboradores. Começando pelo seu diretor, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, de arquitetos como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer como também o próprio Mario de Andrade.

Após a sua criação podemos caracterizar a atuação do IPHAN em dois períodos distintos, apresentando concepções diferentes sobre o que seria definido como patrimônio cultural brasileiro. Nestes dois períodos distintos podemos verificar os discursos construídos por determinado grupo de intelectuais para estabelecerem os parâmetros norteadores do conceito de patrimônio no Brasil.

O primeiro período inicia-se com a criação da instituição em 1937 durando até aproximadamente a segunda metade da década de setenta, período em que a instituição foi dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rodrigo foi o grande representante do discurso modernista nas políticas voltadas para a proteção do patrimônio histórico do Brasil. Na passagem abaixo, escrita por Antonio Candido, podemos perceber a importância de Rodrigo para alguns intelectuais brasileiros:

“Rodrigo era um homem notável sob todos os pontos de vista, desde a inteligência luminosa até a coragem sem limite, passando pela paciência e a capacidade de negociar. A sua dedicação era total, chegando à renúncia das próprias veleidades. Ele procurava inclusive apagar-se atrás da tarefa, desprezando qualquer brilho ou vantagem, como se quisesse no cumprimento do dever concebido com o mais exigente rigor e apresentado, no entanto, como se fosse mera obrigação corriqueira. [...] Em torno dele, da sua energia e do seu raro encanto, gravitava o Patrimônio, empenhado num trabalho sério de gente disposta a fazer as coisas com ânimo salvador e a maior competência.”<sup>188</sup>

Neste período o discurso e a política representada por Rodrigo para a proteção do patrimônio histórico estão fundamentados em um paradigma historiográfico. Na

---

<sup>187</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Op. Cit. p. 30.

<sup>188</sup> CANDIDO, Antonio. Patrimônio interior. IN: In: CAVALCANTI, Lauro (org.). Op. Cit. p. 208.

busca de criar uma identidade nacional genuinamente brasileira, para Rodrigo, deveríamos voltar nossos olhos para o passado.<sup>189</sup>

A definição do patrimônio cultural brasileiro através desse paradigma historiográfico pode ser observada nos temas trabalhados e publicados pelo IPHAN ou sob sua encomenda do mesmo neste período. Rodrigo e seus colaboradores visualizavam o IPHAN como “uma instituição dedicada à pesquisa científica”<sup>190</sup>, direcionada para o estudo da história da arte e da arquitetura colonial brasileira.

Para exemplificar, os temas abordados pelo IPHAN, basta ler no índice da obra “Modernistas na repartição”, organizada por Lauro Cavalcanti, que juntou vários ensaios, publicados originalmente na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “A capela de Santo Antonio” escrito por Mario de Andrade. “A pintura colonial em Minas Gerais” por Rodrigo Melo Franco de Andrade, “Manuel Costa de Ataíde, dourador” por Manuel Bandeira, “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e estado do Rio” por Joaquim Cardoso, “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias” por Gilberto Freire, “Capelas antigas de São Paulo” por Sérgio Buarque de Holanda.<sup>191</sup>

A partir da segunda metade da década de 1970, há uma mudança significativa do discurso do IPHA. Neste período, a direção do órgão passará para as mãos de Aloísio Magalhães que fará duras críticas à política institucional para o patrimônio.<sup>192</sup>

A primeira modificação feita por Aloísio é substituir o termo “patrimônio histórico e artístico” pela noção de “bens culturais”. Realizando esta substituição Aloísio irá contrapor os parâmetros utilizados por Rodrigo para definir o que seria patrimônio cultural. O paradigma utilizado deixar de ser o historiográfico e passar a ser antropológico, dando ênfase maior ao presente do que ao passado.

“Segundo a visão de Aloísio, os ‘bens culturais’ são concebidos como ‘indicadores’ a serem usados no processo de identificação de um ‘caráter’ nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteadada pelo futuro. O passado é visto como uma referência que deve ser usada e reinterpretada no presente e com propósitos futuros.”<sup>193</sup>

---

<sup>189</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. Cit. p. 44.

<sup>190</sup> Idem, p. 43.

<sup>191</sup> CAVALCANTI, Lauro (org.). Op. Cit. p. 05.

<sup>192</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. Cit. p. 50.

<sup>193</sup> Idem, p. 51.

Para Aloísio, o Brasil é visto como uma nação em formação que possui uma cultura que ainda não adquiriu estabilidade e permanência. Por esse motivo, o patrimônio cultural é definido pela diversidade cultural interna e por sua singularidade em relação às outras nações.

“Aquele conjunto de objetos e de atividades sociais e culturais classificados como ‘bens culturais’ são vistos como os meios através dos quais diferentes segmentos que compõem a nação expressam-se a si mesmos no fluxo do processo histórico. Eles são pensados não como objetos fixos, exemplares, mas no processo mesmo de criação e recriação que lhes dá realidade.”<sup>194</sup>

Com as modificações das formas de pensar o patrimônio, a partir desse período, objetos ou aspectos da cultura popular brasileira serão definidos como pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro.

A grande modificação do conceito de patrimônio desse período será a inclusão dos bens culturais de natureza imaterial no texto da Constituição Federal de 1988 e também com o Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, onde é instituído o registro desses bens como pertencentes do patrimônio cultural brasileiro<sup>195</sup>.

Já estão registrados como pertencentes ao patrimônio cultural imaterial brasileiro os seguintes bens: ofício das Paneleiras de Goiabeiras, arte Kusiwa dos Índios Wajãpi, samba de roda do Recôncavo Baiano, modo de fazer de Viola-de-cocho, ofício das baianas de acarajé, Círio de Nossa Senhora de Nazaré, frevo, capoeira, etc.<sup>196</sup>

Nas primeiras décadas do século passado registramos as primeiras discussões acerca da definição e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Esses parâmetros serão estabelecidos por intelectuais ligados ao movimento modernista, tendo como principais representantes Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mario de Andrade e Lúcio Costa

O movimento modernista ocorrido no Brasil apresentava significativas diferenças do Modernismo difundido em outras regiões do mundo. Enquanto o modernismo mundial buscava criar uma cultura universal, em oposição as culturas regionais e locais, o modernismo brasileiro buscou construir uma identidade nacional,

---

<sup>194</sup> Idem, p. 53.

<sup>195</sup> PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. Op. cit. p. 75.

<sup>196</sup> Idem, p. 74.

destacando as contribuições das três populações formadoras da nação: índios, africanos e europeus.

A participação dos modernistas nessas políticas públicas foi bastante criticada por duas correntes ideológicas contrárias as concepções estabelecidas pelos modernistas. A corrente histórico-tradicionista liderada por Gustavo Barroso e a corrente Neocolonial que tinha como seu principal propagador José Mariano.

Os modernistas saíram vitoriosos e iniciaram seu projeto de construção de uma identidade nacional. Para isso foi criado em 1936 uma instituição (IPHAN) com o objetivo de proteger o patrimônio e elaboradas leis que regulamentavam as ações voltadas para o patrimônio.

Após a sua criação, o IPHAN apresentou dois momentos distintos, com concepções diferentes sobre o que seria definido como patrimônio cultural brasileiro. O primeiro caracterizado pela participação dos intelectuais modernistas, que tinham como principal representante Rodrigo de Melo Franco de Andrade, controlaram o órgão da sua criação até meados da década de setenta, defendiam a construção de uma identidade nacional através de um paradigma historiográfico. O segundo momento, caracterizado pela atuação de Aloísio Magalhães que modificou o conceito de patrimônio de um paradigma historiográfico para o antropológico.

A definição do que é considerado atualmente patrimônio cultural brasileiro foi historicamente construída ao longo dos anos, através da atuação de um grupo de intelectuais que disputaram a hegemonia das políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio.

Os discursos construídos por esses dois grupos de intelectuais que regulamentaram essas políticas patrimoniais em momentos distintos estão vivas e caminhando juntas atualmente. Já que ainda hoje, mesmo passado quase trinta anos, percebemos nas pessoas a preocupação em proteger casarões e igrejas centenárias e o estranhamento de alguns com a notícia de registros de um alimento ou uma dança como patrimônio cultural.

### Capítulo 03:

**A materialização de uma paisagem:** o Vale do Ceará-Mirim visto a partir da arqueologia

Na citação a seguir, retirada de uma reportagem de jornal que trata do Engenho Mucuripe, único engenho em funcionamento na região no período, destaca a representatividade das ruínas dos antigos engenhos para a história local.

“Percorrer a estrada RN-064, que liga Ceará-Mirim ao litoral, pode significar uma verdadeira viagem no tempo. As ruínas das casas grandes e antigos engenhos, hoje desativados, denunciam a importância econômica da região durante o auge da atividade açucareira no estado, do fim do século XIX a meados do século XX. O município era o centro da produção no Estado e **os sinais da riqueza econômica ainda estão espalhados pelo lugar.**”<sup>197</sup> (grifo nosso)

Esta citação resume a discussão apresentada ao longo dessa dissertação, o processo histórico que transformou uma região voltada para a pecuária e agricultura de subsistência em uma das principais regiões da província na segunda metade do século XIX através da implantação da indústria açucareira no vale. Esta nova atividade agrícola modificou a paisagem local, a instalação dos engenhos estabeleceu uma nova estrutura política, social e econômica que tinha uma forma própria de organização espacial.

Atualmente o município de Ceará-Mirim apresenta uma economia bastante diversificada, plantio de inúmeras culturas: milho, coco, banana, feijão, abacaxi, batata doce, sisal, entre outras<sup>198</sup>. Mesmo tendo outras atividades que disputam o espaço rural do município o cultivo da cana de açúcar ainda é a principal atividade agrícola. Devido à importância desta atividade, grandes extensões de terra são utilizadas para o plantio de cana de açúcar definindo uma paisagem específica para a região, principalmente no vale do rio Ceará-Mirim.

A paisagem observada hoje no Vale do Ceará-Mirim é tipicamente açucareira, a sua formação iniciou-se com a instalação dos primeiros engenhos em meados do século XIX e depois com a substituição destes pelas usinas ao longo do século XX. Mesmo a região passando, nos últimos anos, por grandes mudanças ocasionadas pelo advento da

<sup>197</sup> Tribuna do Norte, Natal, 31 de agosto de 2003.

<sup>198</sup> MONTEIRO, Maria Eliane. **A produção do espaço rural no município de Ceará-Mirim.** p. 50-51.

modernidade, crescimento do núcleo urbano, ampliação e industrialização da produção açucareira, diversificação das atividades agrícolas, a paisagem do vale ainda guarda sinais desta atividade econômica que foi a base de formação da região.

Seguindo o pensamento apresentado pela reportagem de jornal em que foi retirado o parágrafo que inicia o capítulo, os sinais existentes no Vale que remetem a paisagem histórica trabalhada seriam o patrimônio edificado distribuído pela região. Foram identificados inúmeros vestígios construtivos, com variado estado de conservação, ligados a instalação da cultura açucareira no Ceará-Mirim em meados do século XIX como também vestígios ligados as mudanças que esta atividade sofreu ao longo do século XX. Juntamente com este patrimônio edificado, outros aspectos na paisagem, não tão evidentes, nos ajudam a entender as mudanças espaciais ocasionadas pela indústria açucareira.

No capítulo anterior, buscamos mostrar como os edifícios e as ruínas dos engenhos passaram a ser considerados representantes do patrimônio histórico local e nacional. O patrimônio edificado localizado na região pode ser considerado uma representação material de como apreendemos e compreendemos a paisagem, percepção essa carregada de toda uma bagagem histórica, construída ao longo do século XX, levando a visualizarmos uma paisagem diferente da atual.

A paisagem pode ser vista de outra forma, mesmo que a forma de concebemos a paisagem esteja associada as nossas lembranças, individual e coletiva. Não podemos esquecer esta mesma paisagem pode ser vista como um palco onde estão materializadas as construções humanas e como o homem interagiu com o espaço ao redor. Dessa forma, a paisagem pode ser vista como uma representação das práticas sociais realizadas, aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais interagiram para a sua formação.

Diante disso, nas próximas páginas iremos apresentar os resultados do trabalho de campo em conjunto com o levantamento cartográfico e da documentação histórica que apontam as transformações espaciais ocorridas no Vale do Ceará-Mirim ligadas à implantação da indústria açucareira na região.

### **3.1. O ambiente define a paisagem e o homem define o ambiente**

Para termos uma melhor compreensão das modificações espaciais ocasionadas pela implantação do ciclo da cana de açúcar no Vale faremos uma breve descrição

geográfica. A área onde foram instalados os engenhos de cana de açúcar é no baixo curso do rio Ceará-Mirim, com cerca de vinte e cinco quilômetros de comprimento e dois quilômetros de largura totalizando cinquenta quilômetros quadrados.

O rio Ceará-Mirim nasce na Serra de Santa Rosa, localizada no município de Lages, seguindo em direção ao oceano atlântico, desaguando na barra do rio, em Extremoz. Ganha força durante os períodos chuvosos, recebendo as águas provenientes das Serras do Feiticeiro, Maniçoba e Bonfim. Nestes períodos invernosos as águas do Ceará-Mirim servem os municípios de João Câmara, Poço Branco, Bento Fernandes, Taipu, Ceará-Mirim e Extremoz. Os principais afluentes do rio Ceará-Mirim são os rios Maceió (Diamante) e Água Azul (Nascença)<sup>199</sup>.

Em toda a sua extensão, será somente quando chega ao município de Ceará-Mirim a 25 quilômetros do mar que o rio atinge a zona litorânea, área com maior índice pluviométrico variando de 750 a 1250 mm anuais<sup>200</sup>.

É importante destacar a significativa importância do rio Água Azul, principal afluente do rio Ceará-Mirim, com sua nascente nas terras do engenho “Nascença”, para o desenvolvimento do vale. Durante os períodos de estiagem, será o rio Água Azul que irá manter a umidade necessária para o cultivo da cana<sup>201</sup>.

O baixo curso receberá a denominação, na linguagem da região, de “Vale do Ceará-Mirim”, que será dividido em alto, médio e baixo vale. O alto vale corresponde a região que inicia na altura da sede do município de Ceará-Mirim e segue em direção ao município de Itaipu, região oriental do Vale. Seguem paralelos os rios Ceará-Mirim e Água Azul, como os olheiros d’água são raros nesta área a umidade é mantida pelo rio Água Azul.

O médio vale é a porção mais larga do vale, neste local o alagadiço é mais acentuado, as cotas de altitude giram em torno de dois metros acima do nível do mar neste local, sofre maior influência das cheias não só do rio Ceará-Mirim como também de seus afluentes Água Azul, Delfino, Quiri e o Monteiro. Nesta porção do vale é freqüente a presença de nascentes ou olhos d’água. Já o baixo vale começa na bacia do Piripiri, local onde os rios Monteiro, Quiri, Água Azul e o Delfino reúnem-se ao Ceará-Mirim. O curso prolonga-se até a barra do rio, conhecido como o rio da Ilha.<sup>202</sup>

---

<sup>199</sup> ANDRADE JUNIOR, Francisco Vitorino de. **Rio Ceará-Mirim: o grande Baquiipe**. p. 15-16.

<sup>200</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p. 13.

<sup>201</sup> PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. p. 142-143.

<sup>202</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p. 40.

Projeto: Patrimônio, Memória e Espaço: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim  
 Divisão do Vale do Ceará-Mirim em alto, médio e baixo

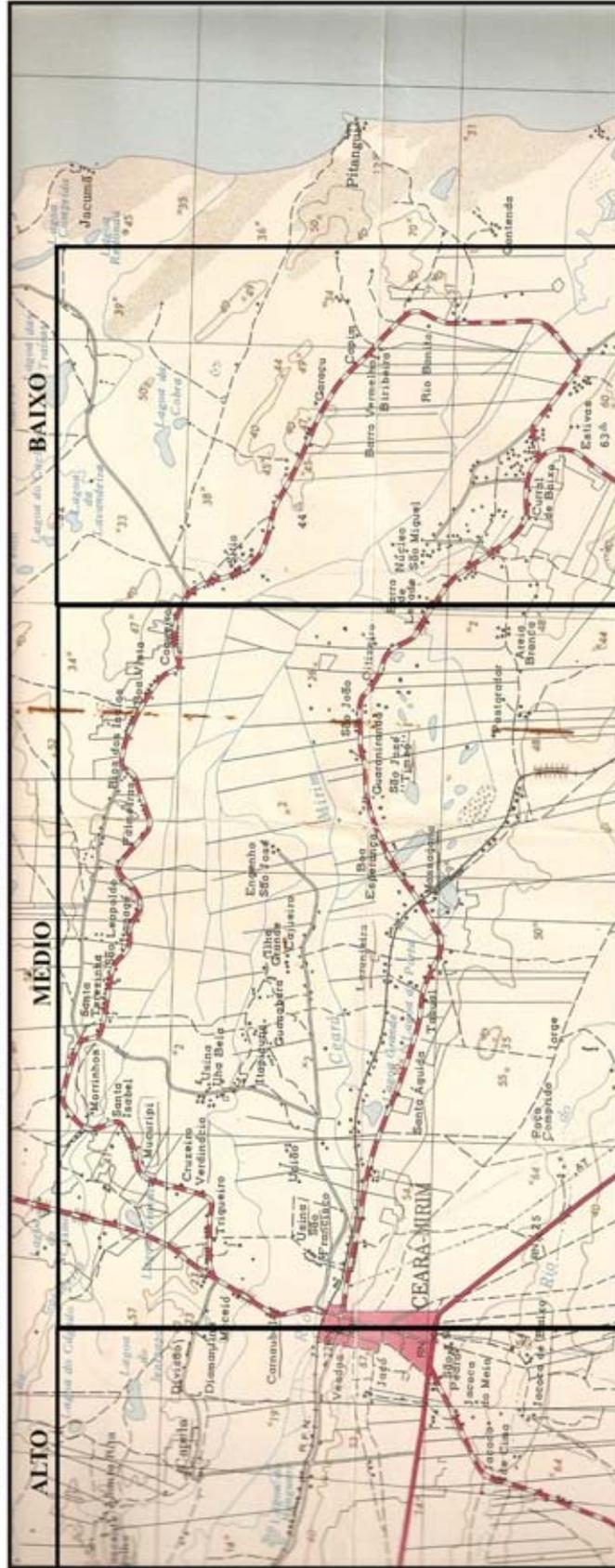


Figura 01: Vale do Ceará-Mirim (Fonte: SUDENE Folha SB.25-V-C-V Natal)

Dessas três áreas descritas acima em que o Vale do Ceará-Mirim foi dividido será o seu médio curso que apresentará solo mais apropriado para o cultivo da cana de açúcar, sendo o local com maior concentração de engenhos. Mas a fertilidade do solo não vem das cheias do rio como algumas pessoas pensam, tendo até alguns autores fazendo a associação do rio Ceará-Mirim com o rio Nilo<sup>203</sup>.

A fertilidade do solo localizado na planície de inundação é obra da vegetação de Paul existente nas áreas alagadas locais. Os materiais depositados pelas enchentes do rio provêm do sertão, consistindo de areias grossas e pouca argila resultando em um solo pobre em húmus<sup>204</sup>.

Devido o uso das terras do Vale por mais de um século para o cultivo da cana de açúcar a vegetação foi bastante modificada, caracterizada hoje por grandes áreas utilizadas para o plantio de cana. Na área de tabuleiro que circundam o Vale a vegetação caracteriza-se do tipo cerrado, na planície de inundação era coberta por um denso matagal, tanto que daí vem o nome Boca da Mata do primeiro povoado. Dessa vegetação restaram apenas algumas manchas que protegem os olhos d'águas localizados no alagadiço. A vegetação localizada nas terras férteis foi substituída por grandes plantações de cana de açúcar e a vegetação localizada nos tabuleiros foi utilizada como combustível para os engenhos e a madeira foi utilizada na construção de moradias e uso cotidiano<sup>205</sup>.

Geologicamente o Vale localizado no baixo curso do rio Ceará-Mirim desenvolveu-se nos arenitos da formação barreiras e do grupo Apodi. Neste trecho a formação do solo arenoso é acentuado, chamado de arisco, que cobre toda a vertente sul do vale e na base da encosta dos tabuleiros, de relevo mais acentuado, a norte. Solo extremamente pobre impróprio para o cultivo da cana de açúcar.

A presença desse arisco esta relacionada à dinâmica dunar na barra do rio, depositando material sobre os tabuleiros, na formação barreiras, e estuário a dentro. Em menor quantidade, o arisco é depositado no vale através das enchentes do rio quando o sedimento vindo do interior segue para este local<sup>206</sup>.

Avaliando a documentação cartográfica da região percebemos que o Vale do Ceará-Mirim apresenta três compartimentos ambientais. No alto e médio curso verificamos dois desses ambientes, a planície de inundação fluvial do rio Ceará-Mirim e

---

<sup>203</sup> PEREIRA, Nilo. *Imagens do Ceará-Mirim*. p. 12.

<sup>204</sup> Idem. p. 19.

<sup>205</sup> Idem. p. 39.

<sup>206</sup> Idem. p. 13-14.

o relevo de tabuleiro que circunda o a planície de inundação tanto na margem esquerda quanto na margem direita. O terceiro ambiente observado está localizado no baixo vale, nas áreas mais próximas do mar junto à foz do rio Ceará-Mirim.

Entretanto, desses três ambientes observados no Vale iremos trabalhar somente com os dois primeiros por caracterizarem o alto e médio vale. Serão nestes dois compartimentos ambientais que foram instalados os engenhos a partir da segunda metade do século XIX e posteriormente as usinas no século XX. Devido as suas características geo-ambientais, esses dois ambientes foram escolhidos pelo homem para a implantação dos engenhos/usinas e definiram a organização espacial dos mesmos.

Comparando as informações levantadas na documentação histórica com o mapa da SUDENE apresentado na Figura 01 percebemos que inúmeros engenhos foram instalados nestes dois ambientes. Tendo em mente essas características geo-ambientais, iniciamos as atividades de campo na busca de indícios materiais que confirmassem e explicassem essa escolha. A Figura 02 apresenta um corte transversal esquemático do Vale demonstrando as áreas de preferência para a instalação, a planície de inundação e o início dos tabuleiros.

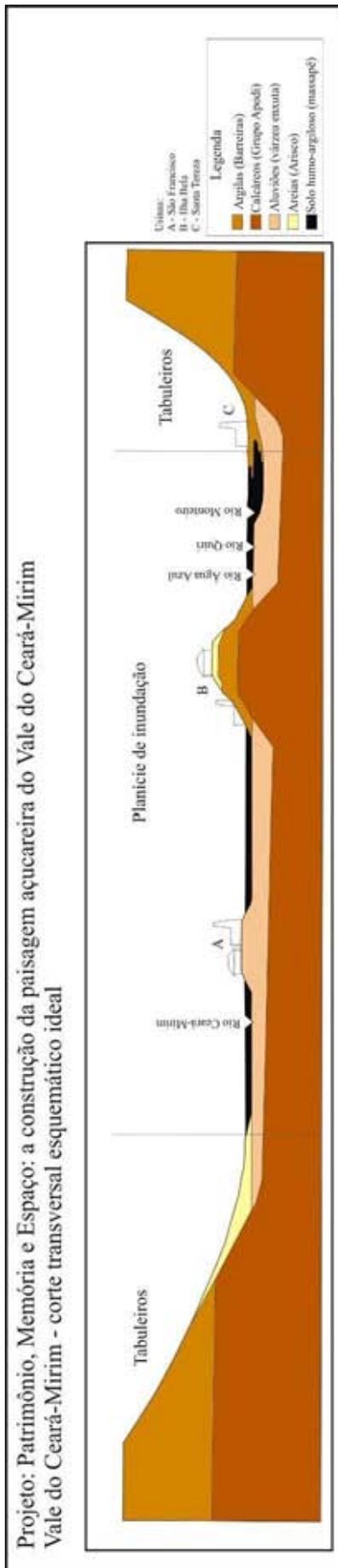


Figura 02: Corte transversal do Vale do Ceará-Mirim. (Fonte: ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p.15)

A partir das informações levantadas e das atividades de campo identificamos vestígios construtivos referentes a dezoito engenhos/usinas de cana de açúcar que estão distribuídos nestes dois compartimentos ambientais. O primeiro aspecto que nos chamou a atenção dos vestígios construtivos foi o estado de conservação.

Verificamos que a conservação desses engenhos é bastante variada, temos engenhos que ainda são identificados pela presença do bueiro (chaminé), caso dos engenhos União, Santa Isabel e Santa Tereza, e outras estruturas arquitetônicas em bom estado de conservação pronta para serem utilizadas, caso dos engenhos Verde Nasce e Mucuripe. Os demais engenhos apresentam apenas uma ou outra estrutura construtiva, casa grande ou o engenho, muitos em ruínas.

Com exceção dos engenhos Mucuripe e Verde Nasce, onde os proprietários preocupam-se em manter essas edificações, os demais engenhos estão passando por um processo avançado de desaparecimento. O abandono por parte dos órgãos públicos nas três esferas de atuação juntamente com o desinteresse dos proprietários e moradores locais são os principais fatores que levam a destruição. O caso mais emblemático é a situação do engenho Guaporé, tombado a nível estadual, que foi transformado em museu, “Museu Nilo Pereira”, encontra-se atualmente completamente abandonado.

Quadro 09 – Engenhos do Vale do Ceará-Mirim

Engenhos	Coordenada Geográfica (Datum Sad 69)	Estruturas Construtivas	Grau de Conservação <sup>207</sup>
Carnaubal	25 M 231661 / 9377945	Engenho, casa grande	Ruínas, bom
Guaporé	25 M 232338 / 9378492	Casa grande	Regular
Trigueiro (antigo engenho Timbó)	25 M 233282 / 9378831	Casa grande	Ruínas
Umburana	25 M 233236 / 9379131	Casa grande	Bom
Ilha Bela	25 M 235779 / 9379355	Balança, Usina	Regular
Santa Isabel	25 M 235074 / 9381262	Bueiro	Ruínas
Santa Tereza (antigo engenho Bicas)	25 M 236736 / 9381661	Bueiro e ruínas da fabrica	Ruínas
União	25 M 234824 / 9377822	Bueiro e ruínas do engenho	Ruínas
Verde Nasce	25 M 233820 / 9379505	Engenho e tumulo da Emma	Bom
Mucuripe (antigo engenho Alagoa)	25 M 234819 / 9380643	Engenho, depósitos e moradia dos trabalhadores	Bom
Mucuripe Antigo	25 M 235181 / 9380900	Bueiro e casa grande (ruína)	Ruínas
São Francisco	25 M 232735 / 9377276	Casa grande e cemitério	Bom
São Leopoldo	25 M 237170 / 9381160	Casa grande e engenho	Bom, ruínas
Morrinhos	25 M 235348 / 9381486	Casa grande e engenho	Ruínas
Diamante	25 M 230322 / 9379400	Casa grande e casa do morador	Bom
Nasença	25 M 227424 / 9381058	Casa grande, residência dos moradores e engenho	Bom
Cruzeiro	25 M 234008 / 9379815	Casa Grande (ruínas)	Ruínas
Oiteiro (antigo Cumbe Novo)	25 M 234132 / 9380643	Bueiro e ruínas do engenho	Ruínas

<sup>207</sup> O grau de conservação segue o padrão utilizado na ficha de campo de identificação arquitetônica do IPHAN.



### 3.1.1. Os engenhos instalados na planície de inundação do rio Ceará-Mirim

Durante o levantamento arqueológico seis dos dezoito engenhos identificados foram instalados na planície de inundação do rio Ceara-Mirim, os engenhos Carnaubal, São Francisco, Trigueiro, Ilha Bela, Guaporé e o União. Algumas porções de terras localizadas nesta área estão livres das ações das cheias do rio e foram nestes locais é que foram instalados os engenhos.

A planície de inundação pode ser dividida em várzea inundável, também chamada de alagadiço, onde se localiza a vegetação de paul importante para a fertilização do solo. Os alagadiços são áreas constantemente alagadas, por causa de sua baixa altitude (máximo 2 m acima do nível do mar) e pela grande quantidade de olhos d'água, ou alagáveis nos períodos de inverno.

Algumas porções de terra localizadas na planície de inundação estão livres das enchentes do rio, estes locais são chamados de várzea enxuta. A várzea enxuta são restos de uma planície de inundação anterior do Ceará-Mirim, dissecada pela movimentação lateral do curso do rio durante o ultimo período de encaixamento deste nos seus próprios solos de aluviões, depositados na planície pelas constantes cheias do rio<sup>208</sup>.

Serão estes locais escolhidos para a instalação dos engenhos neste setor do vale, já que não temos notícias que estes locais ficaram submersos pelas enchentes do rio, nem as mais excepcionais, transformando-se em autênticos terraços fluviais.

“(...) Num desses retalhos estão edificadas a fábrica e a casa-grande da Usina São Francisco; noutro levanta-se a usina Ilha Bela; noutros, ainda, alguns engenhos dispersos pelo vale (...)”<sup>209</sup>

Por esse motivo, a implantação desses engenhos na paisagem difere dos engenhos instalados nos tabuleiros. Analisando a implantação dos engenhos trabalhados nesta pesquisa as estruturas construtivas estão localizadas no mesmo nível do terreno, tendo a fábrica localizada mais próxima do curso d'água perene que corta a propriedade.

Dos engenhos localizados na pesquisa, os instalados na planície de inundação apresentaram uma maior descaracterização de suas estruturas originais e com isso o seu

<sup>208</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p. 21.

<sup>209</sup> Idem. p. 21.

espaço produtivo. Poucas estruturas construtivas resistiram ao tempo que estão associados ao período de instalação, somente os exemplares das casas-grande de três engenhos resistiram ao tempo, as áreas produtivas dos engenhos desaparecem ou estão completamente em ruínas.

O primeiro engenho que identificamos no Vale do Ceará-Mirim quando saímos da sede do município e seguirmos pela RN-064 é o engenho Carnaubal. Engenho fundado pelo português Antonio Bento Viana iniciando suas atividades em 1840 e parou de moer em meados do século XX. Posteriormente o engenho pertenceu ao coronel Carlos Augusto Carrilho de Vasconcellos, passando para seus filhos e atualmente pertence aos herdeiros de Manoel Emygdio de França, adquirido em 1930<sup>210</sup>. Três anos depois foi inaugurada a primeira moenda de ferro horizontal trazida da Inglaterra<sup>211</sup>.

O engenho Carnaubal foi o maior produtor de açúcar no Rio Grande do Norte, responsável por 60% da produção até a década de 1920. Na safra de 1935/36 a produção diária do engenho foi de 560 sacos de açúcar de 60 kg, após a criação de quotas pelo Instituto do Açúcar e Alcool que passou a controlar a produção, seu período de maior produção foi no ano de 1925 com três mil sacos de 60 kg<sup>212</sup>.



Figura 04: Imagem de satélite com a implantação do engenho Carnaubal. (Fonte Google Earth 2010)

<sup>210</sup> LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos.** p. 155.

<sup>211</sup> SENNA, Júlio Gomes. **Ceará-Mirim: exemplo nacional 1938-1972.** p. 157.

<sup>212</sup> Idem. p. 165-166.

Está implantado na margem esquerda do rio Água Azul, principal afluente do rio Ceará-Mirim, em uma colina suave na planície de inundação do rio Ceará-Mirim. Neste engenho existem ainda duas estruturas arquitetônicas relacionadas ao período de instalação, a casa grande e a fábrica.

Neste engenho podemos identificar uma característica quanto à organização do espaço produtivo que podem ser observados nos outros engenhos pesquisados. Devemos ter em mente a produção do açúcar necessita de uma organização espacial específica tanto interna quanto externamente<sup>213</sup>.

“(…) O espaço construído se subdivide para atender a divisão, à hierarquia e à disciplina do trabalho. A seqüência e a continuidade das operações determina a contigüidade dos locais de trabalho, tendo em vista o tempo, ou seja, o fornecimento de maior quantidade de produto acabado no menor tempo possível.”<sup>214</sup>

Primeiramente, a organização do espaço produtivo seguiu o padrão utilizado nos engenhos instalados em outras regiões do Nordeste. Esses engenhos seguiam o chamado partido aberto, onde os prédios que compunham o engenho eram isolados, a casa grande, o engenho, a senzala e as moradias dos funcionários da fazenda eram distribuídas pela propriedade. Mesmo distribuídas pela propriedade, para Gama, estas edificações eram organizadas espacialmente seguindo uma hierarquia e funcionalidade articuladas entre si e com as áreas de cultivo<sup>215</sup>.

Outro tipo de organização do espaço produtivo registrado em engenhos brasileiros, nenhum exemplo deste tipo foi identificado na área de pesquisa, foram os construídos em partido único ou “partido paulista”. Nesses engenhos tanto o espaço produtivo quanto o de residência do senhor de engenho eram construídos num único edifício e em seus anexos. Há claramente nestes engenhos uma integração das atividades produtivas com as de moradia<sup>216</sup>.

A casa grande ainda conserva a estrutura original mantendo estilo arquitetônico de influência européia com amplos aposentos e paredes de tijolos duplos. Esta estrutura sofreu algumas modificações e ampliações ao longo dos anos, onde a mais característica é a instalação de um estábulo ao lado. Ao lado da casa existem duas árvores de algaroba

---

<sup>213</sup> GAMA, Ruy. **Engenhos e tecnologia**. p. 247.

<sup>214</sup> Idem. p. 248.

<sup>215</sup> Idem. p. 252.

<sup>216</sup> Idem. p 248-252.

com mais de 150 anos. A frente da casa esta voltada para a rodovia RN-064, que no período provavelmente servia como via de acesso do Vale para a sede do município, e para o Vale do Ceará-Mirim.



Figura 05: Casa Grande do engenho Carnaubal

A outra estrutura registrada no engenho são as ruínas da casa do engenho e a antiga casa de purgar (em destaque na figura 04) onde era feito o açúcar batido. Apresentando um partido de planta retangular onde são distribuídas todas as etapas de produção do açúcar. Este tipo de organização dos edifícios fabris será comum a partir do século XVIII, onde a unificação de todas as etapas do processo demonstração:

“(...) uma maior racionalização do fluxo produtivo tradicional, com a fusão em um só edifício, das casas de moendas, caldeira e de purgar. As casas de moendas e caldeiras, por um lado e a purga, por outro, até então separadas, justapõem-se agora, permitindo uma melhor integração entre os espaços e trazendo vantagens evidentes no processo de fabricação, especialmente em uma área de alta precipitação pluviométrica (...).

A fábrica, em um único pavilhão, surge graças a um melhor domínio da técnica construtiva, que possibilita a construção de edifícios capazes de abrigar, simultaneamente, todas as etapas da fabricação num só edifício, separados entre si por meias paredes.”<sup>217</sup>

<sup>217</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do açúcar**. p. 171.

Diferentemente com o que ocorre com a casa grande, esta estrutura está passando por um processo avançado de desaparecimento. Um dos motivos que levaram a essa diferença de conservação pode estar associado ao uso de cada estrutura, mesmo com o fim da atividade do engenho a casa serviu de moradia para os proprietários. Diferentemente da casa do engenho que perdeu totalmente sua função.



Figura 06: Ruínas da Casa do engenho e de Purgar do engenho Carnaubal.

Seguindo por esta mesma rodovia, distante novecentos metros do engenho Carnaubal, podemos avistar a casa grande do engenho Guaporé. O engenho Guaporé foi instalado no topo de uma colina localizada na planície de inundação fluvial do rio Ceará-Mirim. Outro ponto importante de sua implantação é a sua inclusão na paisagem, em muitos pontos da sede do município a casa grande do engenho pode ser avistada. Desse modo, a visibilidade a partir do engenho é bastante privilegiada, com a frente da casa está virada para sede do município podemos avistar todo o município como também, o Vale.

O engenho foi fundado pelo Dr. Vicente Inácio Pereira, genro do Barão do Ceará-Mirim, casado com Isabel Augusta Duarte Varela, nas terras do sítio Bonito que foi adquirida através de uma troca com o sítio Ilha Bela. Não temos a data exata do fim

das atividades do engenho, no anuário de produção de 1925 o engenho Guaporé aparece como fechado<sup>218</sup>.

“O dr. Vicente Inácio Pereira nasceu no dia 3 de maio de 1833, e faleceu em 22 de novembro de 1888. Foi o segundo norte-rio-grandense a se formar em Medicina, tendo sido também jornalista, além de deputado provincial e vice-presidente da Província.”<sup>219</sup>



Figura 07: Imagem de satélite com a implantação do engenho Guaporé. (Fonte Google Earth 2010)

Das edificações ligadas ao engenho restou somente a casa grande, construída em meados do século XIX por Vicente Inácio Pereira. A casa grande do engenho Guaporé tornou-se um dos principais palcos de inúmeros encontros políticos que discutiam sobre a situação da região e da província.

“(...) Construída no estilo neoclássico, apresenta partido de planta retangular, desenvolvida em um pavimento, notando-se ainda a presença de um sótão. Sua cobertura é feita em duas águas.

A casa apresenta uma fachada simétrica emoldurada por colunas e cimalha. Possui uma janela central, ladeada por duas portas de acesso, e seis outras janelas, todas em arcos plenos, com cercaduras de massa. As esquadrias são de venezianas, de madeira pintada e vidros, com bandeiras de vidro, dispostos em forma de rosácea.”<sup>220</sup>

<sup>218</sup> SENNA, Julio Gomes. Op. cit. p. 167.

<sup>219</sup> O Poti, 11 de agosto de 1991.

<sup>220</sup> Idem.

No final dos anos 1960 o prédio apresentava-se em precário estado de conservação. No ano de 1979 o prédio foi restaurado pela Fundação José Augusto e sendo posteriormente tombado pelo governo do estado em 16 de dezembro de 1988<sup>221</sup>. Transformado em museu, com a denominação de “Museu de Nilo Pereira”, sob a responsabilidade da Fundação José Augusto em parceria com a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim<sup>222</sup>. Atualmente o museu está fechado e o prédio abandonado.

“(…) Já a casa do engenho Guaporé está tomada por marimbondos e cupins. Os refletores, que outrora iluminavam de longe a casa alta no vale, foram roubados ou estão quebrados. Nem energia elétrica passa por lá; a fiação também foi levada. No primeiro andar da casa, desenhos e restos de vela mostram que o local tem sido palco de rituais místicos.”<sup>223</sup>



Figura 08: Casa Grande do engenho Guaporé.

Outra estrutura arquitetônica foi identificada no engenho Guaporé que está ligada ao século XIX, localizada ao sul da casa grande próxima ao riacho temos a casa de banho. Com a instalação do museu foram realizadas inúmeras benfeitorias com o objetivo de receber os visitantes: portaria, arruamento calçado, estacionamento, calçadas e iluminação.

---

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Novo Jornal, 18 de abril de 2010, p. 20.

<sup>223</sup> Idem.



Figura 09: Casa de Banho do engenho Guaporé.

Atualmente a casa grande do engenho Guaporé é a personificação material de toda uma época, período de grandes riquezas para o Ceará-Mirim. Tanto que a sua escolha em relação às outras edificações para restauro e posterior transformação em museu ressalta sua importância. Outra edificação que poderia ser apontada como representante deste período é a casa grande do engenho São Francisco, propriedade pertencente ao Barão do Ceará-Mirim, uma das personalidades políticas mais ilustres da época.

O engenho São Francisco foi instalado a nordeste da sede do município em um antigo terraço na margem esquerda do rio Ceará-Mirim, fundado pelo Coronel Manuel Varela do Nascimento, o Barão de Ceará-Mirim, aproximadamente na segunda metade do século XIX. Em 1929 o engenho foi transformado em usina pelo seu filho Alexandre Varela e neto Manoel de Gouveia Varela<sup>224</sup>. Foi vendida para um grupo açucareiro do Ceará pelo então proprietário Geraldo Melo, ex-governador do Estado.

---

<sup>224</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 155.



Figura 10: Imagem de satélite com implantação da Usina São Francisco. (Fonte Google Earth 2010)

Do período de instalação do engenho no século XIX temos ainda duas estruturas construtivas, a casa grande do engenho edificado em 1857 e uma pequena capela e cemitério onde foram enterrados o Barão e a Baronesa do Ceará-Mirim (Figura 10, números “I” e “II” respectivamente).

“A casa-grande do antigo Engenho São Francisco é ainda uma das melhores edificações do município. Desenvolvida em dois pavimentos, a casa apresenta partido de planta quadrangular, com cobertura de quatro águas, beiral corrido com extremidades em “cauda de andorinha”, arrematado por cimalha. A fachada principal da casa possui uma porta de acesso, ladeada por seis janelas, superpostas por sete janelas rasgadas, guarnecidas por uma única grade de ferro. Todos os vãos são de arcos abatidos, com cercaduras de massa.”<sup>225</sup>

Ao longo dos anos o prédio sofreu algumas modificações para adaptá-lo a novos usos, como escritório administrativo da usina. Com isso, os móveis antigos foram retirados, a cerâmica do Porto que revestia a fachada foi retirada e o portão de ferro fundido, importado de Portugal, foi retirado e colocado em uma construção construída

<sup>225</sup> O Poti, 04 de agosto de 1991.

ao lado da casa grande<sup>226</sup>. Mesmo parecendo bem conservado externamente, o mesmo não podemos dizer do seu interior, que se encontra em péssimo estado de conservação sendo proibido o acesso ao seu interior.



Figura 11: Casa Grande do engenho São Francisco.

Próximo a entrada da usina existe um cemitério, onde encontramos “um crucifixo de marfim e duas imagens antigas de madeira”<sup>227</sup>. Junto ao cemitério temos uma capela centenária dedicada a N. S. da Conceição, no qual repousam o barão e a baronesa e alguns familiares.

O grande problema do patrimônio edificado do antigo engenho São Francisco não é o seu estado de conservação, mas sim a descaracterização do seu entorno. Imerso dentro da usina, rodeado por edificações e maquinários e outras melhorias necessárias para a produção de açúcar e álcool. Provavelmente, o engenho São Francisco deveria apresentar as mesmas características do engenho Guaporé, em relação a visibilidade e o seu destaque na paisagem.

---

<sup>226</sup> SOUZA, Oswaldo Câmara de. Acervo do patrimônio histórico e artístico do estado do Rio Grande do Norte. p. 139.

<sup>227</sup> Idem. p. 139.



Figura 12: Cemitério e capela do engenho São Francisco.

A usina São Francisco incorporou ao longo dos anos pequenos e médios engenhos instalados tanto na planície de inundação quanto nos tabuleiros. Dentre os engenhos localizados na planície de inundação identificamos as ruínas do engenho União perdido dentro das plantações de cana de açúcar pertencentes a usina.

O engenho União localiza-se as margens de estrada vicinal que liga as plantações de cana, na planície de inundação do rio Ceará-Mirim, da Usina São Francisco. Fundado pelo Dr. José Araújo Vilar, anos depois passou para o coronel Felismino do Rego Dantas Noronha<sup>228</sup>. Era um engenho a vapor com alambique, e fabricava aguardente e açúcar bruto (mascavo).

Antes de o engenho pertencer ao coronel Felismino Dantas, foi administrado pela senhora Josefa Ribeiro de Araújo Vilar, viúva do fundador do engenho União, que se encarregou de toda sua produção até o ano de 1919, e durante muitos anos a administração ficou sob o comando do herdeiro do Cel. Felismino Dantas.

Na safra anual de o ano de 1925, o engenho União teve uma produção anual de 5000 sacos de 60 kg de açúcar, e na safra anual de 1935/36 com as quotas impostas pelo IAA de 1940 sacos de 60 kg<sup>229</sup>.

<sup>228</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 157.

<sup>229</sup> SENNA, Julio Gomes de. Op.cit. p. 165-167.



Figura 13: Imagem de satélite com implantação do engenho União. (Fonte Google Earth 2010)

Nas atividades de campo foram identificadas as ruínas do engenho e o bueiro, estas estruturas construtivas encontram-se em péssimo estado de conservação passando por um avançado processo de desaparecimento. As ruínas estão localizadas em área de cultivo de cana de açúcar que passa por constantes queimadas.



Figura 14: Ruínas do engenho União.

Nas pesquisas de campo realizadas no vale pelo IPHAN dos estudos para o tombamento dos engenhos do Ceará-Mirim no final de 2007 foi feito o inventário arquitetônico da casa grande do engenho União. No período a edificação estava sendo utilizado como depósito e arquivo da Usina São Francisco. Durante nossas atividades de campo não conseguimos localizar a casa grande.

Segundo a o inventário arquitetônico a casa grande apresenta um precário estado de conservação com partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. Tanto as paredes externas quanto internas são do tipo autoportante de tijolo maciço rebocado e caiado na cor branca. O sistema de cobertura é de telhado de quatro águas com estrutura e forro de madeira. O piso da casa é do tipo ladrilho hidráulico de vários tipos e a única modificação visível foi à colocação de divisórias nas salas<sup>230</sup>.

Perdida entre os canaviais, próximo ao engenho Umburanas, está a casa grande do engenho Trigueiro, localizada no em uma colina na planície de inundação fluvial do rio Ceará-Mirim. No local ainda podemos avistar as ruínas da casa grande finalizada no ano de 1910.

Não temos muitas informações sobre esse engenho, tudo que se sabe é que ele foi fundado pelo Capitão José Ribeiro Dantas com o nome de Timbó, seu proprietário era conhecido por Zumba do Timbó. O engenho pertenceu a família Dantas até o ano de 1937<sup>231</sup>. Depois passou a dona Maria Cavalcante de Oliveira Correia, viúva de Pedro Correia.

---

<sup>230</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande da Usina União.

<sup>231</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 157.



Figura 15: Imagem de satélite com implantação do engenho Trigueiro. (Fonte Google Earth 2010)

A casa grande está em ruínas com partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento com sua frente virada para a sede do município. As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas, tanto as paredes externas quanto internas são de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado. O sistema de cobertura que está desabando é de telhado de duas águas com estrutura de madeira. O piso identificado na casa é de tijoleira não havendo modificações significativas na casa, a parte de trás da edificação cozinha e alpendre já desabaram<sup>232</sup>.

<sup>232</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Trigueiro.



Figura 16: Casa Grande do engenho Trigueiro.

Dentre os engenhos trabalhados na pesquisa instalados ao longo do vale do rio Ceará-Mirim, o engenho Ilha Bela apresentou uma implantação singular. O engenho foi instalado em uma elevação de terra na planície de inundação do rio Ceará-Mirim, formando um tipo ilha no meio do canavial conhecida por Ilha dos Cavalos. Propriedade adquirida pelo Barão do Ceará-Mirim em meados do século XIX:

“Era uma posse de uns caboclos que moravam no alto. O chefe chamava-se Saquete e tinha um irmão, o Zé da Costa, que residia na Lagoa Grande. Quando o Barão de Ceará-Mirim soube que os caboclos queriam vender a ‘Ilha dos Cavalos’, apresentou-se como comprador. Pediram-lhe 16 mil réis. Ele não regateou o preço. Comprou-a e pôs o nome de Ilha Bela. Só existia naquele tempo a coroa onde os caboclos tinham suas casas e plantavam em volta milho e feijão. O alagadiço era mata fechada onde viviam os macacos e serpentes.”<sup>233</sup>

O engenho iniciou suas atividades entre os anos de 1888 e 1889, administrado pelo tenente-coronel José Felix da Silveira Varela. Em 1929 foi transformado em usina para a produção de açúcar cristal com uma produção anual de 12.000 sacos de açúcar de 60 kg<sup>234</sup>. Já em 1894 o engenho possuía, juntamente com os engenhos Umburanas e São Francisco, turbinas e taxas que permitiam fabricar açúcar mais fino<sup>235</sup>.

<sup>233</sup> PEREIRA, Maria Madalena Antunes. Op. cit. p. 267-268.

<sup>234</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 155.

<sup>235</sup> SENNA, Júlio Gomes de. Op. cit. p. 159.



Figura 17: Implantação na paisagem da Usina Ilha Bela.

No ano de 1949, a usina Ilha Bela foi comprada pelo grupo Paraibano Ribeiro Coutinho, proprietários de usinas na Paraíba e da Usina Estivas em Arêz no Rio Grande do Norte, passando a ser o grande concorrente da Usina São Francisco na região. No ano de 1973 acontece a fusão das duas usinas, apoiada pelo Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste, devido a baixa produtividade de ambas<sup>236</sup>.

Nas pesquisas de campo não foram identificados nenhum vestígio material que esteja associado ao período de instalação do engenho, as edificações existentes na área são referentes ao período de funcionamento como usina: a edificação onde funcionava a balança, o prédio da fábrica e ao lado da fábrica o prédio onde ficava a parte administrativa da usina.

---

<sup>236</sup> LOUREIRO, Thiago José de Azevedo. **Competitividade dos produtores rurais de cana-de-açúcar da região agreste do Rio Grande do Norte**. p. 04.



Figura 18: Balança da Usina Ilha Bela.



Figura 19: Fábrica da Usina Ilha Bela.

### 3.1.2. Os engenhos instalados nos tabuleiros que circundam o vale do Ceará-Mirim

O número de áreas propícias para a instalação de engenhos na planície de inundação do rio é bastante reduzido, levando os senhores de engenho a buscar novas áreas para a instalação de novos engenhos no Vale. A área escolhida para os engenhos foi à meia encosta dos tabuleiros que circundam o vale do Ceará-Mirim, seguindo a encosta deste tabuleiro foram instalados inúmeros engenhos, dos trabalhados nessa pesquisa dezesseis estão implantados nessa área.

Outro aspecto observado no levantamento de campo, que merece destaque é a grande concentração de engenhos localizados na meia encosta dos tabuleiros e a proximidade entre eles, a distância entre os engenhos variava de quatrocentos a setecentos metros. Segundo Gilberto Osório de Andrade as propriedades seguiam um padrão de organização espacial, que apresentou as seguintes características:

“(...) O rio Quiri é, talvez, o que mais freqüentemente serve como divisa entre engenhos cujas sedes respectivamente se situam na vertente setentrional e no contato do ‘arisco’ da encosta sul com a várzea inundável. As propriedades dessa segunda categoria resultam particularmente compridas e estreitas, tendo comumente a estrada de Estremoz, no alto dos tabuleiros, como limite à retaguarda; (...) A demarcação dessas propriedades de ambas as vertentes é feita longitudinalmente à custa de retas sumárias; e suas dimensões, dado de confinam sempre numa mesma divisa ao norte ou ao sul, exprimem-se segunda a largura da faixa resultante, largura que varia de 8 a 300 braças.”<sup>237</sup>

O autor destaca ainda que a forma que foi dividida as propriedades estava relacionada ao baixo preço dessas áreas, por estar longe das terras férteis, a facilidade de acesso para a estrada de ferro e as estradas e caminhos que levavam a Ceará-Mirim e a Natal, distante das áreas alagados nos períodos de inverno<sup>238</sup>.

A escolha dessas áreas para a instalação dos engenhos estava relacionada a fatores ambientais, distanciamento das áreas inundáveis e melhor visibilidade da região, de produção, organização espacial da produção e facilidade no escoamento da produção, e econômicos por serem terras mais baratas.

---

<sup>237</sup> Idem. p. 48-49.

<sup>238</sup> Idem. p. 49.

Quando observamos a localização dos engenhos instalados na planície de inundação em relação às rodovias que cruzam o Vale, percebemos que a implantação está de alguma forma associada a rodovia. Exemplificado com o caso do engenho Carnaubal, onde a frente da casa grande está voltada para a rodovia.

A mesma situação pode ser observada nos engenhos instalados na encosta dos tabuleiros e a associação fica ainda mais evidente. Dos dezesseis engenhos localizados neste ambiente, três não foram implantados nas margens desta rodovia. Estes foram instalados em estradas vicinais que cortam o Vale acompanhando a encosta dos tabuleiros, os engenhos Morrinhos, São Leopoldo e a usina Santa Tereza (antigo engenho Bicas).

A escolha dessas áreas para a instalação dos engenhos irá refletir na distribuição espacial das edificações nas propriedades. Observando a organização espacial dos engenhos estudados percebemos que as casas grandes e a igreja foram instaladas na porção mais alta da encosta dos tabuleiros, normalmente na margem esquerda da rodovia, como nos engenhos Umburanas, Verde Nasce, Cruzeiro, Oiteiro e outros. Já a parte produtiva do engenho foi instalada no limite da planície de inundação com os tabuleiros, facilitando o acesso da cana vindas das áreas de plantio.

O engenho Umburanas foi fundado em 1866, pelo padre Antonio Nunes de Oliveira, e localiza-se na margem esquerda da rodovia RN-160, que liga o município de Ceará-Mirim ao litoral. O engenho foi instalado no início dos tabuleiros que circundam o vale fora da área de influência das planícies de inundação do rio Ceará-Mirim. Atualmente a propriedade encontra-se nas terras da Usina São Francisco.

Do conjunto arquitetônico que formava o engenho resistiu ao tempo somente a casa grande. A casa grande do engenho é toda em estilo inglês, influência adquirida pela constante presença de técnicos ingleses trazidos pelo padre Antonio Nunes para fazer a manutenção do maquinário do engenho. O proprietário preocupado em modernizar a produção de açúcar instalou em seu engenho um maquinário movido a turbina a vácuo e para que esse investimento não fosse um fracasso, como ocorreu no engenho Bicas, manteve em seu engenho “durante toda a sua vida, o técnico inglês mister John Baird”<sup>239</sup>.

---

<sup>239</sup> SENNA, Julio Gomes de. Op. cit. p. 161.



Figura 20: Imagem de satélite com a implantação do engenho Umburanas. (Fonte Google Earth 2010)

A partir de 1925 o engenho chegou a produzir cerca de 3000 sacos de açúcar de 60 kg cada, foi um dos poucos engenhos que após 1935 não teve redução na produção com a instituição das cotas, manteve a mesma produção de 3000 sacos anuais.



Figura 21: Casa Grande do engenho Umburanas.

Dos engenhos fundados nos primeiros anos de implantação da cultura açucareira no Vale, o engenho Verde Nasce ainda apresenta todo o maquinário original. Fundado no ano de 1845, por Victor José de Castro Barroca, deputado da Assembléia Legislativa Provincial entre os anos de 1846 e 1851 e foi o primeiro juiz de Ceará-Mirim<sup>240</sup>. Atualmente o engenho pertence aos herdeiros do Dr. Herbet Washington Dantas.

O engenho foi instalado no início dos tabuleiros que circundam o vale fora da área de influência das planícies de inundação do rio Ceará-Mirim.



Figura 22: Imagem de satélite com implantação do engenho Verde Nasce. (Fonte Google Earth 2010)

São identificadas na área ainda duas estruturas construtivas que estão ligados ao período de instalação do engenho. A primeira é o túmulo da Emma Barroca (destaque na Figura 22, número “I”), esposa de Marcelo de Castro Barroca, filho de Victor José de Castro Barroca, que durante sua estadia na Inglaterra conheceu a moça chamada Emma Tompsom.

---

<sup>240</sup> PEREIRA, Nilo. Op. cit. p. 51.

“Marcelo de Castro Barroca, filho de Victo José, estudou na Inglaterra. Lá, apaixonou-se por Emma, moça da religião Anglicana. Casaram-se, vindo residir no Verde Nasce. Uma fatalidade afastou o casal: Emma Barroca, acometida de uma febre, faleceu ainda jovem, em 1881, antes mesmo de completar 30 anos de vida.”<sup>241</sup>

Por ser da religião anglicana, não pode ser sepultada no cemitério local levando seu marido a sepultá-la no alto da colina do Verde Nasce. Local aonde o casal seguia no fim da tarde ver o por do sol.



Figura 23: Túmulo de Emma Tompsom.

A outra estrutura ainda existente é a casa do engenho (Figura 22, número “III”), mesmo estando atualmente desativado, conserva todos os equipamentos em perfeitas condições e prontos para moer. Foi um engenho movido a vapor possuindo alambique onde se fabricava aguardente e açúcar bruto. Em frente ao engenho existe uma cerca de ferro batido trazida da Inglaterra em 1853. Até 1925 tinha uma produção anual de 3.000 sacos de açúcar de 60 kg, tendo sua produção reduzida para 2000 sacos anuais a partir de 1935 por determinação do IAA<sup>242</sup>.

A casa do engenho do Verde Nasce é o único exemplar das edificações ligada ao processo produtivo, com sua estrutura original, que resistiu até a atualidade. Construído sobre partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento com paredes

<sup>241</sup> O Poti, 22 de setembro de 1991.

<sup>242</sup> SENNA, Júlio Gomes de. Op. cit. p. 166-167.

externas feitas de alvenaria de tijolo maciço branco rebocado e caiado. Dividi-se em dois compartimentos, o menor onde fica o depósito e a balança para pesar a produção. No compartimento maior estão localizados o maquinário e equipamentos para a produção, a divisão dos espaços é feita somente por pilares. O sistema de cobertura é de telhado de duas águas com estrutura de madeira sem forro. O piso da edificação é do tipo tijoleira em todos os cômodos, em alguns pontos registramos revestimento em cimento.



Figura 24: Engenho do engenho Verde Nasce com cerca inglesa.

Da casa grande do engenho Verde podem ser encontrados os alicerces da casa que ficava localizado em frente à fábrica (Figura 22, número “II”). Nos anos de 1990 a casa grande já passava por processo de desaparecimento. “A casa grande do engenho, edificada no século passado, encontra-se abandonada e quase em ruínas”<sup>243</sup>. No inventário arquitetônico realizado em 2007 pelo IPHAN para o processo de tombamento dos engenhos do Vale do Ceará - Mirim, a equipe de pesquisa registrou os alicerces da casa, alguns vestígios de parede e a escadaria de acesso para o alpendre localizado na

---

<sup>243</sup> O Poti, 22 de setembro de 1991.

frente da casa<sup>244</sup>. A arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi, superintendente do IPHAN/RN, faz uma descrição da casa grande do engenho:

“A casa-grande apresenta partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas. A casa é desprovida de ornatos e de requintes comuns às casas-grandes dos senhores-de-engenho. Aquela casa apresenta características similares às edificações da região do Seridó: possui alpendre frontal e sistema de cobertura, em telhado de duas águas, que dispensa conseqüentemente o emprego de calhas e de qualquer outro sistema de captação e condução das águas pluviais.”<sup>245</sup>

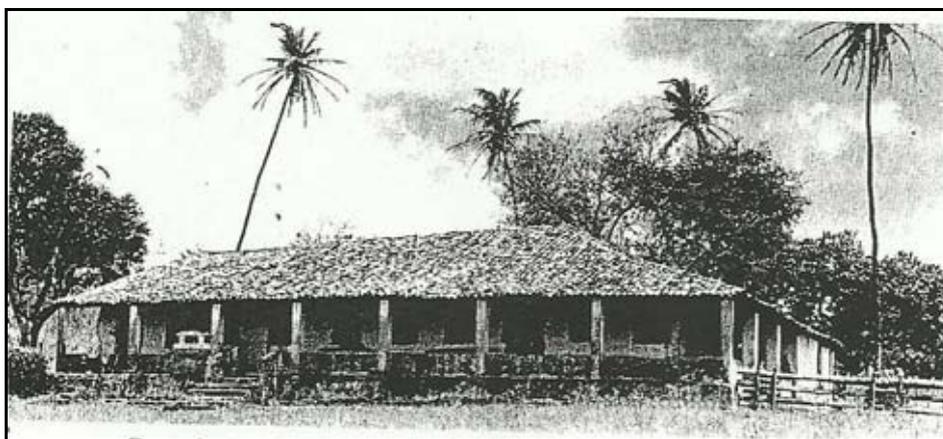


Figura 25: Casa grande do engenho Verde Nasce. (Fonte: O Poti, 22 de setembro de 1991)

Seguindo o mesmo padrão de implantação dos engenhos Umburanas e Verde Nasce, o engenho Cruzeiro foi instalado no início dos tabuleiros que circundam o vale fora da área de influência das planícies de inundação do rio Ceará-Mirim. Fundado na década de 1870, pelo inglês Samuel Bolshaw<sup>246</sup> que neste período foi contratado pelo presidente de província Silvino Elvídio Carneira da Cunha para fazer o transporte de cargas de reboque de navios no rio Potengi<sup>247</sup>.

<sup>244</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do engenho Verde Nasce.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 156.

<sup>247</sup> O Poti, 08 de setembro de 1991.

“Em 1872, Samuel Bolshaw encontrava-se na vila do Ceará-Mirim, casando-se com d. Joaquina, filha de Victor José de Castro Barroca, senhor do tradicional engenho “Verde Nasce”. Foi então que o britânico fundou o engenho Cruzeiro, no vale do Ceará-Mirim, e hoje de ‘fogo morto’”<sup>248</sup>.



Figura 26: Imagem de satélite com implantação do engenho Cruzeiro. (Fonte Google Earth 2010)

A casa grande do engenho Cruzeiro (destaque Figura 24) foi construída no final do século XIX, sendo concluída no ano de 1899. Diferentemente das casas grandes construídas nos engenhos instalados no vale, a casa grande foi construída sobre um “porão alto, com forro de madeira, que constitui o piso do pavimento superior”<sup>249</sup>.

A arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi, superintendente do IPHAN/RN, faz uma descrição da casa grande do engenho:

“O prédio, de grandes proporções, apresenta uma fachada bastante vazada por portas e várias janelas, tadas em vãos de vergas diretas. As janelas são compostas de duas folhas de madeira pintada, com bandeiras de vidro. A casa possui cobertura de duas águas, apresentando frontões triangulares e platibanda com ornamentos de massa, arrematada por cornija. O interior da casa conserva ainda o antigo piso de tijoleira, e tabuado corrido sobre o porão.”<sup>250</sup>

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> Idem.



Figura 27: Casa grande do engenho Cruzeiro (fonte: O Poti, 08 de setembro de 1991).

A situação atual da casa grande do engenho Cruzeiro é um exemplo da realidade do patrimônio material no vale, seu estado de conservação é bastante precário. A casa grande está em ruínas, muitas paredes desmoronaram, e sendo coberta pela vegetação.



Figura 28: Ruínas da Casa Grande do engenho Cruzeiro.

Ao lado da casa grande foi construída a capela no ano de 1904, pelo proprietário na época o major Onofre José Soares. Diferentemente da casa grande o estado de conservação da capela é regular, esta edificação apresenta uma planta cruciforme, nave

principal com cobertura de duas águas. Sua fachada apresenta um frontão triangular com duas torres abertas para o exterior e cobertura em forma piramidal<sup>251</sup>.



Figura 29: Capela do engenho Cruzeiro.

Seguindo pela rodovia RN-160 avistamos na margem direita as ruínas do engenho Oiteiro, está localizado nas terras pertencentes ao engenho Mucuripe, de propriedade de Ruy Pereira Junior. Também conhecido como engenho Cumbe Novo, foi fundado pelo Tenente-Coronel da Guarda Nacional José Antunes de Oliveira, passando posteriormente para as mãos de seus herdeiros, entre eles a escritora e jornalista Madalena Antunes Pereira, autora do livro “Oiteiro - Memórias de uma Sinhá Moça”.

A escolha do local para a instalação deste engenho seguiu o mesmo padrão identificado nos engenhos Umburanas, Verde Nasce e Cruzeiro. Está implantado no início do relevo de tabuleiro que circunda o vale, mantendo uma distância segura da planície de inundação do rio Ceará-Mirim.

---

<sup>251</sup> Idem.



Figura 30: Imagem de satélite de implantação do engenho Oiteiro. (Fonte Google Earth 2010)

Das estruturas construtivas que formavam o engenho Oiteiro restam apenas às ruínas do engenho, as outras estruturas como a casa grande e a casa dos moradores não existem mais. Distribuídos em superfície nas ruínas e no seu entorno podemos identificar restos do maquinário utilizado na produção do açúcar e de aguardente.



Figura 31: Ruínas do engenho Oiteiro.

De acordo com a descrição feita por Madalena Antunes em sua obra de memórias o engenho Oiteiro teve duas casas grandes, a primeira construída em 1880 e a segunda em 1889, e ambas localizavam-se em frente ao engenho. Estariam localizadas, nos dias de hoje, a oeste das ruínas do engenho na margem esquerda da rodovia RN-160. Provavelmente a primeira casa grande do engenho deveria seguir um padrão arquitetônico mais funcional, como a casa grande do Verde Nasce, e somente na segunda casa de 1889 há preocupação com ostentação, esta já seria um sobrado..

“Ao avistar a branca casinha do Oiteiro, senti um misto de saudade e tristeza. Se ali havia alegrias a recordar, também havia saudades imensas a carpir. Fora daquelas silenciosas plagas que recebi as primeiras sensações de vida consciente.

O sobrado viera depois, sendo construído por meu pai em 1889. Eu já contava nove anos (...)”<sup>252</sup>

A casa grande era rodeada por jardins de flores que beiravam os muros da casa, não tinham grande sofisticação os canteiros eram “orlados de fundos de garrafas e pedrinhas do sertão”<sup>253</sup>. No seu lado esquerdo existia um grande oitizeiro que fazia sombra a casa e “abrigava os xexéus de peito amarelo e ‘encontros’ vermelhos”<sup>254</sup>.

Outro engenho ligado a família Pereira é o engenho Mucuripe, até pouco tempo o único engenho em funcionamento no Vale do Ceará – Mirim. Fundado na segunda metade do século XIX pelo Major Antero Leopoldo Raposo da Câmara, passando para as mãos em 1935 de Ruy Antunes Pereira, que por herança passou a seu filho Ruy Pereira Júnior.

O atual Mucuripe é formado pelo de três outros engenhos da região: o Oiteiro, o Cumbe e o Alagoas. Estas propriedades foram adquiridas após a década de 1930, quando a indústria do açúcar passava por grave crise econômica levando vários engenhos pararem suas atividades<sup>255</sup>.

---

<sup>252</sup> PEREIRA, Maria Madalena Antunes. Op. cit. p. 213-214.

<sup>253</sup> Idem. p. 30.

<sup>254</sup> Idem. p. 31.

<sup>255</sup> Tribuna do Norte, 31 de agosto de 2003. p. 09.



Figura 32: Imagem de satélite com implantação do engenho Mucuripe. (Fonte Google Earth 2010)

Era um engenho a vapor que sofreu várias modificações e adaptações, sendo a partir de 1980 movido à energia elétrica, produtor tradicional de rapadura e açúcar mascavo. Entre os anos de 1950-1960, o engenho foi produtor de aguardente, ainda mantém em suas instalações o maquinário da destilaria em perfeitas condições, mas devido à vigilância do governo sobre o produto, sua destilaria foi fechada e a produção de aguardente interrompida.

O engenho Mucuripe mudou diversas vezes de posição, atualmente o engenho encontra-se atualmente há 400 metros a sudoeste do seu local original, funcionando no local onde antes funcionava o engenho Alagoa (Figura 32, número “I”). O engenho Alagoa foi fundado pelo capitão Pedro José Antunes de Miranda, pertencendo na época de sua venda ao seu filho João Batista de Miranda<sup>256</sup>. Desse engenho resta apenas o bueiro localizado ao lado do atual Mucuripe (Figura 33, bueiro ao fundo).

<sup>256</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 156.



Figura 33: Engenho Mucuripe.

No ano de 1975, o engenho passou por uma ampla reforma, mudando toda a sua estrutura inclusive seu maquinário. As dependências atuais do engenho constam de uma casa de purgar, um salão no qual ficam a moenda, a caldeira e os tachos, um almoxarifado, um escritório, uma guarita e a destilaria, desativada na década de 1960.

Do engenho original, identificamos as ruínas da casa grande e do antigo engenho (Figura 32, números “II” e “III” respectivamente). O engenho ainda hoje mantém a vila operária que chegou a possuir cerca de quarenta e cinco moradias para seus empregados e familiares que ainda ocupam as moradias mesmo após o fechamento do engenho. No período de grande produtividade o engenho chegou a empregar 240 funcionários, tendo somente 45 em 2003, período de grande crise econômica culminado no seu fechamento ano passado.

O último engenho localizado nas margens da rodovia RN-160 é o Santa Isabel, localiza-se na margem direita da rodovia e apresenta a mesma implantação dos outros engenhos descritos anteriormente.



Figura 34: Imagem de satélite com implantação do engenho Santa Isabel. (Fonte Google Earth 2010)

Poucas informações foram encontradas sobre este engenho na documentação pesquisada, sabemos somente que pertencia ao Sr. Manoel Pereira no ano de 1935 e que obteve uma produção anual 1900 sacos de açúcar de 60 kg<sup>257</sup>. A sua localização se deu pela presença, ainda resistente, do bueiro do engenho.



Figura 35: Ruína do engenho Santa Isabel.

<sup>257</sup> SENNA, Júlio Gomes de. Op. cit. p. 165.

Seguindo por estrada vicinal que corre perpendicularmente a rodovia RN-160, mas que acompanha o relevo de tabuleiros temos o engenho Morrinhos. Poucas informações foram encontradas sobre este engenho na documentação pesquisada, sabemos somente que foi fundado pelo Sr. Francisco Ribeiro de Paiva, passando depois para seus herdeiros<sup>258</sup>. Um de seus últimos proprietários foi o ex-prefeito de Ceará- Mirim Manoel Pereira dos Santos.

Foi instalado na meia encosta do relevo de tabuleiro que circunda o vale no limite da planície de inundação do rio Ceará-Mirim. Atualmente o engenho está completamente abandonado e as estruturas construtivas estão em ruínas.



Figura 36: Imagem de satélite com a implantação do engenho Morrinhos. (Fonte Google Earth 2010)

As estruturas construtivas do engenho é exemplo da situação atual do patrimônio edificado existente no Vale do Ceará-Mirim. A casa grande do engenho Morrinhos encontra-se completamente em ruínas e coberta pela vegetação (Figura 32, número “I”). Na figura abaixo temos a imagem da casa grande do engenho há 20 anos e ao lado sua situação atual totalmente coberta pela vegetação. Durante a visita de campo ao engenho só conseguimos identificar a casa grande pela foto antiga e sua posição no terreno.

<sup>258</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 156.



Figura 37: Casa Grande do engenho Morrinhos há 20 anos (esquerda) e atual (direita).

A mesma situação pode ser observada no engenho Morrinhos que está em ruínas e sendo coberto pela vegetação. Este engenho teve uma produção anual de 2250 sacos de 60 kg de açúcar no ano de 1925<sup>259</sup>.



Figura 38: Fábrica do engenho Morrinhos.

---

<sup>259</sup> SENNA, Júlio Gomes de. Op. cit. 167.

Dos engenhos que foram transformados em usina durante o século, o Santa Tereza ou Santa Terezinha foi o único implantado no início do relevo de tabuleiros próximo a planície de inundação do rio. Foi construída no local onde no final do século XIX foi instalado o engenho Bicas. Fundado pelo Sr. Joaquim Pacheco Mendes, passando para as mãos no final de década de 1930 a Heraclio Ribeiro de Paiva Filho<sup>260</sup>. Era engenho de fabricar açúcar bruto, transformado em usina em 1947<sup>261</sup> sendo adquirida por Ubaldo Bezerra de Melo.

Poucas informações foram encontradas sobre este engenho na documentação pesquisada, sabemos somente que em 1864 foi instalada no engenho uma moenda a vapor com turbina, mas que não funcionou por falta de pessoal especializado para a sua instalação. Na safra anual de o ano de 1925, o engenho Bicas teve uma produção anual de 3000 sacos de 60 kg de açúcar, e na safra anual de 1935/36 com as quotas impostas pelo IAA de 2480 sacos de 60 kg.

Da grande estrutura necessária para o funcionamento de uma usina de cana de açúcar, em comparação com os outros dois exemplos existentes no Vale, resistem ao tempo e ao abandono o bueiro e as ruínas da fabrica.



Figura 39: Ruínas da usina Santa Tereza.

<sup>260</sup> LIMA, Netor, Op. cit. p. 156.

<sup>261</sup> SENNA, Júlio Gomes de. Op. cit. 160.

Próximo a usina Santa Tereza foi instalado o engenho São Leopoldo, antigo engenho Alabama, fundado pelo Coronel Manoel Leopoldo Raposo da Câmara e pelo tenente-coronel Cícero Leopoldo Raposo da Câmara, do engenho Paraíso. Depois passou para as mãos de Jorge Fernandes Câmara ex-prefeito de Ceará-Mirim. Atualmente o engenho pertence ao Sr. Franklin Marinho que comprou a propriedade dos herdeiros de Jorge Fernandes.

Foi instalado na média vertente do relevo de tabuleiro que circunda o vale no limite da planície de inundação do rio Ceará-Mirim. Na safra anual de o ano de 1925, o engenho São Leopoldo teve uma produção anual de 2000 sacos de 60 kg de açúcar, e na safra anual de 1935/36 com as quotas impostas pelo IAA de 1160 sacos de 60 kg.

No local ainda podemos identificar duas construções que estão ligadas a primeira metade do século XX, período de maior produção do engenho. A primeira refere-se à residência principal que sofreu ao longo dos anos inúmeras modificações, construção de novos cômodos, quartos e ampliação da cozinha, e o terraço. Apresenta um bom estado de conservação com partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento.

As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas, tanto as paredes externas quanto internas são de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado com as janelas pintadas em azul escuro. O sistema de cobertura é de telhado de quatro águas com estrutura de madeira, tendo somente uma parte da casa com forro. O piso original da casa foi sendo substituído ao longo dos anos, no terraço temos cimento queimado, no interior da casa ladrilho hidráulico e revestimento de cerâmica na cozinha e área de serviço<sup>262</sup>.

---

<sup>262</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do engenho São Leopoldo.



Figura 40: Casa Grande do engenho São Leopoldo.

A outra edificação identificada no São Leopoldo é o próprio engenho, apresentando um precário estado de conservação, que esta dividida em três compartimentos, o da moenda, o da alimentação das caldeiras e a das caldeiras. Construído sobre partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento com paredes externas e internas feiras de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado com as aberturas pintadas em azul escuro. O sistema de cobertura é de telhado de duas águas com estrutura de madeira sem forro, o telhado da área da moenda já desabou. Ainda podemos identificar no edifício o maquinário ligado ao engenho, como partes da moenda e os tachos utilizados no cozimento do caldo<sup>263</sup>.

---

<sup>263</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho São Leopoldo.



Figura 41: Engenho São Leopoldo.

Mesmo não apresentando terras com a mesma fertilidade das localizadas no médio vale, foram instalados engenhos no alto vale do baixo curso do rio Ceará - Mirim. Nesta área visitamos dois engenhos, o Diamante e o Nascimento, localizados na continuação da RN-160 que segue sentido interior. Nesses dois engenhos identificamos olhos d'água que alimentam constantemente o rio Água Azul principal afluente do Ceará - Mirim.

O engenho Diamante foi fundado pelo Major Miguel Ribeiro Dantas, depois passou a pertencer a seus herdeiros<sup>264</sup>, dentre os quais Dr. Augusto Meira. Atualmente o engenho Diamante pertence ao Sr. João Patriota. Está localizado na margem esquerda de rodovia municipal que liga a RN-064 e o distrito de Capela.

Poucas informações foram encontradas sobre este engenho na documentação pesquisada, sabemos somente que pertencia ao Sr. José Carrilho no ano de 1935 e que obteve uma produção anual 1617 sacos de açúcar de 60 kg<sup>265</sup>.

---

<sup>264</sup> LIMA, Nestor. Op. cit. p. 156.

<sup>265</sup> SENNA, Júlio Gomes de. Op. cit. p. 165.



Figura 42: Imagem de satélite com implantação do engenho Diamante. (Fonte Google Earth 2010)

Das estruturas construtivas ligadas ao período de fundação do engenho existem ainda a residência principal e a casa do morador (área circulado na Figura 35). O engenho do Diamante foi derrubado, retirou-se todo o maquinário, sendo construído um galpão no lugar (retângulo na Figura 35). A 180 metros sudoeste da residência principal identificamos um dos olheiros que alimentam o rio Ceará-Mirim.

A residência principal, atualmente utilizada como moradia do responsável pela fazenda, tem um estado de conservação bom e apresenta partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas, tanto as paredes externas quanto internas são de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado. O sistema de cobertura é de telhado de três águas com estrutura de madeira. A casa sofreu uma modificação importante, foi acrescentada uma varanda na frente da edificação<sup>266</sup>.

<sup>266</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do engenho Diamante.



Figura 43: Casa Grande do engenho Diamante.

A residência do morador, tendo a mesma função atualmente, tem um estado de conservação regular e apresenta partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas, tanto as paredes externas quanto internas são de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado. O sistema de cobertura é de telhado de duas águas com estrutura de madeira. Antigamente o piso da moradia era de tijoleira, podendo ser visto no quarto, sendo recoberto por cimento queimado. A única modificação sofrida na casa foi a retirada do sótão cujo assoalho era de tabuado de madeira<sup>267</sup>.

---

<sup>267</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa do morador do engenho Diamante.



Figura 44: Residência do morador do engenho Diamante.

Outro engenho localizado no alto vale é o engenho Nascimento, fundado por Hermínio Leopoldino Cavalcante na segunda metade do século XIX e continuou na família até o ano de 1967, quando foi adquirido pelo Roberto Varela. Foi instalado na média vertente do relevo de tabuleiro que circunda o vale distante da planície de inundação fluvial do rio Ceará-Mirim. Ao sul do engenho temos a nascente do rio Água Azul, principal afluente do rio Ceará-Mirim (Figura 38, número “III”).

Era um engenho de pequeno porte, no início possuía uma almanjarra, moenda vertical movida por tração animal, substituída depois por uma moenda horizontal, sua casa grande foi construída na década de 1890 e ainda mantém sua estrutura externa original. Como era um dos menores engenhos em funcionamento no ano de 1925, movido por tração animal, chegando a produzir 800 sacos de 60 kg de açúcar, passando para 733 sacos de 60 kg na safra anual de 1935/36 com as quotas impostas pelo IAA.



Figura 45: Imagem de satélite com implantação do engenho Nascença. (Fonte Google Earth 2010)

O engenho Nascença ainda mantém do período de sua fundação a casa grande, a casa de farinha, o engenho e uma residência de funcionários. Ao longo dos anos foram construídas outras moradias para funcionários e na área da nascente foi construída uma estrutura para lazer.

A casa grande (Figura 38, número “II”) ainda mantém a estrutura externa original e apresenta um bom estado de conservação com partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas, tanto as paredes externas quanto internas são de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado. O sistema de cobertura é de telhado de duas águas com estrutura de madeira. Nos quartos e banheiros há um forro de madeira que não foi identificado no restante da residência e o piso é do tipo tijoleira, com exceção da cozinha e banheiro substituído por azulejo. As modificações sofridas na casa foram o acréscimo de uma suíte e a ampliação da cozinha na parte de trás da casa<sup>268</sup>.

<sup>268</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento**: identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do engenho Nascença.



Figura 46: Casa Grande do engenho Nascimento.

Duas construções utilizadas atualmente como residência dos funcionários estão associadas à fundação do engenho no século XIX. Uma das casas que foi toda reconstruída ainda guarda resquícios da edificação original quando no local funcionava uma casa de farinha<sup>269</sup>.

A outra residência ainda mantém a estrutura externa original e apresenta um bom estado de conservação com partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. As técnicas utilizadas na sua edificação foram bastante primitivas, tanto as paredes externas quanto internas são de alvenaria de tijolo maciço rebocado e caiado. O sistema de cobertura é de telhado de duas águas com estrutura de madeira. Piso de azulejo na cozinha e banheiros enquanto no restante da casa o piso de tijoleira original. As modificações sofridas na casa foram o acréscimo de várias suítes ao lado da casa, mas sempre seguindo o mesmo padrão externo da edificação original<sup>270</sup>.

O prédio construído na época para a instalação do engenho (Figura 38, número “I”) está sendo utilizado atualmente como depósito da fazenda, no local estão guardados peças e maquinários do antigo engenho, objetos ligados ao fabrico de açúcar de outros engenhos como uma forma de pão de açúcar do Verde Nasce e duas charretes em bom estado de conservação.

<sup>269</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Nascimento (casa do morador 02).

<sup>270</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Nascimento (casa do morador 01).

O prédio apresenta um bom estado de conservação com partido de planta retangular desenvolvido em um único pavimento. As paredes externas foram construídas em alvenaria com tijolo maciço caiado diretamente sobre o tijolo, não tem paredes externa e sim pilares de tijolo maciço. O sistema de cobertura é de telhado de duas águas com estrutura de madeira e as modificações identificadas foi o acréscimo de paredes nos fundo para a instalação de um gerador<sup>271</sup>.



Figura 47: Casa do engenho no engenho Nascimento.

**3.2. Transformando a paisagem:** as obras de engenharia na tentativa de domar o rio Ceará-Mirim

Poucos anos após a implantação da cultura açucareira nas margens do rio Ceará-Mirim percebe-se uma grande preocupação pela administração provincial a necessidade de obras de infra-estrutura para a manutenção e expansão da indústria açucareira no Vale do Ceará-Mirim.

Muitas benfeitorias foram realizadas no Vale com esse objetivo, melhorias nas

---

<sup>271</sup> IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Nascimento.

vias de comunicação, construção de pontes e instalação da estrada de ferro para escoamento da produção e a canalização do rio Ceará-Mirim e seus afluentes. Dessas benfeitorias as obras de canalização do rio foram as de maior destaque, as cheias ocasionadas pelos longos períodos de inverno inundavam as terras férteis do vale, destruindo as lavouras e a sedimentação deixada após as cheias obstruíam a passagem natural do curso d'água dos rios dificultando a conservação da umidade e fertilidade dos solos. Buscavam também com a canalização a expansão da área de plantio de cana de açúcar dentro do Vale.

“As enchentes do Ceará-Mirim, entre janeiro e maio (enchentes que nem sempre sucedem de maneira sensível), coincidem quando retardadas com as chuvas zonais de outono-inverno; na maior da ‘ria’ obstruída seu principal efeito é o encharcamento da várzea, que dificulta o trabalho agrícola, e não o enriquecimento dos solos.”<sup>272</sup>

Das alterações realizadas pelo homem após a implantação da indústria açucareira em Ceará-Mirim, a regularização do leito do rio e de seus afluentes, através de obras seculares de canais e endicamentos, desobstrução e retificação dos canais, é o elemento de maior destaque na paisagem, maior até que a instalação dos engenhos. Desde a sua implantação até os dias atuais, o desenvolvimento desta atividade e até o seu destaque em relação às outras atividades agrícolas realizadas na região está ligado diretamente às obras de canalização do rio.

No médio vale, área com maior concentração de engenhos, foram realizadas drenagens no combate de contenção das enchentes do rio, o aprofundamento do leito e endicamentos marginais, e a construção de valas com o objetivo de orientar as águas racionalmente pelas áreas cultivadas. “Os diques e canais são a marca do controle d'água nessa porção do vale”<sup>273</sup>.

A partir dos documentos históricos pesquisados podemos esboçar a trajetória dessa obra de engenharia, o início das obras e suas dificuldades de execução como a quantia de dinheiro utilizada para a sua execução. Também nessa documentação temos a descrição dos projetos executados e uma possível localização. Não conseguimos localizar as obras realizadas por estas estarem tão intimamente inseridas na paisagem e pela construção de novos canais que hoje em dia não conseguimos diferenciá-las no

---

<sup>272</sup> ANDRADE, Gilberto Osório. Op. cit. p. 20.

<sup>273</sup> Idem. p. 40.

ambiente.

No ano de 1849 a necessidade de realizar as obras de canalização do rio aparecem nos assuntos discutidos pela administração provincial, sendo liberada a quantia de 10:000\$000 de réis para a sua execução. A administração provincial não pôde realizá-la pela falta de pessoal qualificado e pelas cheias do rio<sup>274</sup>.

Com o passar dos anos, a obra de canalização do rio Ceará-Mirim começa a ganhar destaque, já que o cultivo da cana de açúcar é considerado a atividade mais próspera e rica da província. Há uma preocupação no atraso da execução da canalização, muitas terras com potencial para o cultivo da cana estão sendo utilizadas para a criação de gado<sup>275</sup>.

Em 1862 o governo provincial verifica que não tem condições de realizar as melhorias necessárias para o desenvolvimento do vale, cogitando buscar empréstimos para a execução da obra.<sup>276</sup> Não registramos nas falas ou relatórios posteriores se o empréstimo foi realizado.

A partir de 1863 foram tomadas medidas concretas para a execução da canalização do rio. Neste ano foi solicitada, junto ao governo Imperial, a ida à província de um engenheiro hidráulico com a função de realizar estudos sobre a execução da obra de desobstrução e canalização do rio Ceará-Mirim<sup>277</sup>.

No relatório apresentado pelo presidente de província Luiz Barbosa da Silva, a assembléia provincial em 1866, este descreve a situação da economia açucareira no vale demonstrando como a realização da canalização do rio iria desenvolver esta indústria:

“O Valle do Ceará-merim, cuja a uberdade é conhecida e geralmente celebrada, está por ora, como sabeis, cultivado na 4ª parte de sua extensão, onde se contão ja cerca de 50 engenhos de assucar e lavouras de algodão.

As outras trez quartas partes do Valle jazem desaproveitadas, submersas a maior parte do anno pelas águas represadas por diversos motivos causão terrivel mesmo á lavoura actual, ao passo que inutilisãõ completamente grande parte do seu terreno, todo massapé de superior qualidade e de uma fertilidade fabulosa.”<sup>278</sup>

O engenheiro alemão Augusto Dodt tinha finalizado seus estudos sobre a canalização das águas do Ceará-Mirim em 1866, traçando medidas para a sua execução,

<sup>274</sup> Falla do Presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, 03 de maio de 1849, p. 19.

<sup>275</sup> Falla do Presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853, p. 08.

<sup>276</sup> Relatório do Presidente Pedro Leão Velloso, 16 de fevereiro de 1862, p. 49.

<sup>277</sup> Relatório do Presidente Pedro Leão Velloso, 14 de maio de 1863, p. 16.

<sup>278</sup> Relatório do Presidente Luiz Barbosa da Silva, em 1866, p. 11-12

realizada em duas etapas. A primeira, com um orçamento de 6:000\$000 réis, livrou os engenhos e as terras já cultivadas existentes das constantes cheias. Após essa etapa, a canalização seria direcionada para a drenagem das áreas alagadas, aumentando assim a área cultivável do vale. Para a realização dessa etapa, a administração provincial calculou um gasto de 120:000\$000 réis<sup>279</sup>. No ano de 1867 gastou-se mais 7:774\$200 para o término da canalização como também a sua conservação<sup>280</sup>

A finalização das obras de canalização do rio Ceará-Mirim, proposta em 1866, ocorreu somente em 1874. Neste ano, são apontadas outras melhorias, orçadas em 10:000\$000 réis, que complementaríamos a canalização do rio: aperfeiçoar o leito do rio Água Azul, aprofundamento do rio do Governo e a desobstrução do mangal<sup>281</sup>.

A seguir é apresentada uma descrição das melhorias realizadas no vale do rio Ceará-Mirim sobre a coordenação do engenheiro Gustavo Dodt. Estas melhorias foram importantes para o desenvolvimento da economia açucareira na região:

“Abriu o leito do rio ‘Água Azul’ do engenho ‘Ilha Bela’ para baixo, em uma extensão de 1.300 metros; daí rasgou, até a bacia das Piranhas, um canal, em linha reta, com um comprimento de 4.700 m e uma largura de 5 metros; desembocando, na distancia de 2.100 metros do canal da referida bacia um outro, começando no Alagamar, de comprimento de 1.100 metros. [...] As águas desciriam rapidamente para a grande bacia denominada Ilha do Ceará-Mirim, de onde se escoariam por meio de um sangradouro que o mesmo engenheiro abriu na altura da povoação Poço, até o canal do rio Ceará-Mirim, dentro dos mangais, abaixo do lugar denominado Ponte, com 1830 m de comprimento e 5 de largura.

Para o escoamento completo da grande bacia, em vista do declive insignificante desta parte do vale, seria necessário, na opinião do dr. Dodt, exarada em ofício de II de fevereiro de 1867, abrir-se um canal de 15m de largura e 1,5m de profundidade; o que no momento, não foi possível, em vista dos minguados recursos da Província.”<sup>282</sup>

Há uma grande preocupação da administração provincial em conservar as melhorias realizadas no vale. Por esse motivo, são gastos enormes recursos para a manutenção do canal. Em 1876, por exemplo, fora disponibilizada para a manutenção das obras do vale a quantia de 20:000\$000 réis<sup>283</sup>. Estes recursos serviam principalmente para a desobstrução e limpeza dos canais após o período de chuvas.

Após a execução das obras projetadas pelo engenheiro Dodt foram feitos mais

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> Relatório do Presidente Luiz Barboza da Silva, 25 de abril de 1867, p. 45.

<sup>281</sup> Falla do Presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 13 de julho de 1874, p. 49-53.

<sup>282</sup> PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. p. 140-141.

<sup>283</sup> Relatório do Presidente José Bernardo Glavão Alcoforado Junior, 20 de junho de 1876, p. 22-23.

dois canais para drenar as águas do rio Ceará-Mirim. O primeiro, iniciado em 1875, durante a administração do presidente Bandeira de Mello, ficou conhecido por Bandeira. Começava no córrego chamado Caranguejo, ao nascente da sede do município e terminava na bacia da Ilha, com uma extensão de 11 quilômetros. O segundo, chamado Delfino, iniciado em 1871, de pequena importância, iniciava no engenho da Torre, seguindo para o canal Dodt, no Timbó de Dentro.<sup>284</sup>

Segundo Gilberto Osório de Andrade com a abolição da escravidão há um aumento dos custos das obras de contenção das águas e, com isso, a manutenção dos engenhos. Esta mão de obra era empregada na tarefa de “talar e remover as enormes touceiras de água-pé, revolver a vasa, aprofundar os sulcos da vasão preguiçosa, esgotar os charcos e dissecar lamaçais”<sup>285</sup>. Ocasionalmente o abandono de muitos engenhos por seus proprietários, sendo que somente após o início das obras públicas estas propriedades foram recuperadas.

Com o advento das usinas no vale, substituindo os engenhos no domínio da produção açucareira ao longo do século XX, intensificou-se o controle das águas através da construção de novos canais, diques e a manutenção destes. Contudo, a falta de planejamento na execução dessas obras em relação ao impacto ao meio ambiente ocasionou um desequilíbrio, as águas do rio estavam recebendo uma porcentagem maior de água salgada em trechos mais no interior do continente. Em reportagens de jornal da década de 1950 registrou-se que estavam “pescando tainhas vale a dentro no Ceará-Mirim, onde a água fôra sempre doce; e que lavouras de milho tinham sido perdidas”<sup>286</sup>.

Na busca em conter as águas do rio e ampliar das áreas de cultivo, a indústria açucareira modificou significativamente a paisagem do Vale do Ceará-Mirim. Observando a planície de inundação, área onde estão localizadas as terras mais férteis, atualmente ela é cortada por inúmeros canais de irrigação, transformando o Vale numa verdadeira colcha de retalhos.

---

<sup>284</sup> PEREIRA, Nilo. *Imagens do Ceará-Mirim*. p. 141-142.

<sup>285</sup> ANDRADE, Gilberto Osório de. *Op. cit.* p. 43.

<sup>286</sup> *Idem.* p. 44.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ingressamos no programa de mestrado em História tinha o objetivo de apresentar o rico patrimônio material existente no município de Ceará-Mirim. Visitamos a região dois anos antes constatando a grande quantidade de vestígios construtivos distribuídos pela região. Entretanto, ao iniciar as atividades curriculares da pós-graduação em conjunto com a pesquisa documental e de campo percebemos que nossa contribuição para o conhecimento histórico da região poderia passar desse primeiro objetivo.

Nesse sentido, buscamos ter uma nova visão sobre a área de estudo utilizando um enfoque arqueológico. Quais seriam as contribuições que a Arqueologia poderia trazer sobre a ocupação do Vale do Ceará-Mirim, principalmente no que se refere às alterações na paisagem após a implantação da indústria açucareira.

Deste modo, a pesquisa realizada no Vale trabalhou a questão da paisagem em dois níveis interpretativos distintos. Primeiramente, buscamos mostrar como os edifícios e as ruínas dos engenhos localizados na região passaram a ser considerados representantes do patrimônio histórico local e nacional, carregado de valores e significados, definindo a paisagem. A transformação destas ruínas em patrimônio histórico está ligada ao processo de construção das políticas preservacionistas do patrimônio histórico nacional, iniciado durante o Estado Novo através da atuação de inúmeros intelectuais ligados ao movimento modernista.

No entanto, podemos compreender a paisagem de outra forma. Nesta paisagem estão materializadas as construções humanas e como o homem interagiu com o espaço ao redor. Logo, a paisagem pode ser vista como uma representação das práticas sociais realizadas, aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais interagiram para a sua formação.

Através dos estudos de campo juntamente com o levantamento documental localizamos restos construtivos de dezoito engenhos distribuídos no Vale e observando sua área de implantação percebemos que estes foram instalados preferencialmente em dois dos três compartimentos ambientais em que o Vale é dividido.

Quatro engenhos foram instalados nas várzeas enxutas localizados na planície de inundação do rio Ceará - Mirim e os outros quatorze engenhos foram instalados na meia encosta dos tabuleiros costeiros que circundam a planície de inundação. Na planície as

edificações foram instaladas no mesmo patamar dando as casas grandes um destaque na paisagem, a visibilidade do entorno é alta podendo avistar a planície de inundação e os tabuleiros ao redor.

Nos engenhos instalados nos tabuleiros as edificações seguiram o relevo acidentado da encosta, nas porções mais altas foram instaladas as casa grandes e as igrejas e mais abaixo junto as áreas de cultivo foram instalados as fábricas dos engenhos.

Diante disso, a localização das áreas de implantação auxiliará pesquisas futuras nas buscas de outros vestígios materiais ligados a esta atividade econômica que não estejam em superfície. Destacamos as áreas de várzeas secas como um local importante para entender não só a ocupação histórica como também as ocupações mais recuadas, por estes locais serem na sua origem antigos terraços fluviais que resistiram as movimentações laterais do rio.

No entanto, a principal evidencia de alteração humana na paisagem não foram a instalação dos engenhos e sim as inúmeras obras de engenharia realizadas ao longo do leito do Ceará - Mirim na tentativa de conter o alto grau destrutivo das enchentes do rio Ceará-Mirim e de seus afluentes para o cultivo da cana de açúcar. A importância não está somente na evidência física desta alteração, mas principalmente no destaque que foi dado a essas obras na documentação histórica nos primeiros anos desta atividade.

Desde meados do século XIX até os dias atuais foram realizadas inúmeras obras de contenção das águas do rio, construção de canais de irrigação, diques de contenção, desobstrução e aprofundamento da calha do rio. Essas obras tiveram o objetivo tanto de minimizar o impacto das cheias do rio quanto ampliar as áreas de cultivo, realizando a drenagem de áreas constantemente alagadas.

Outro aspecto identificado durante as pesquisas de campo que merece destaque é o grau de conservação do patrimônio edificado. De acordo com a documentação pesquisada, foram instalados ao longo dos anos mais de cinquenta engenhos no Vale do Ceará - Mirim sendo que poucos resistiram ao tempo e os que ainda resistem estão num estágio avançado de desaparecimento. Atualmente, a indústria açucareira é representada na região pela usina São Francisco, antigo engenho, que ao longo dos anos foi incorporando em suas terras antigos engenhos e até outras usinas. Somente o engenho Verde Nasce, hoje de fogo morto, mantém seu espaço produtivo original.

Alguns projetos estão em andamento na busca de proteger e divulgar o patrimônio histórico de Ceará-Mirim, executados por órgãos públicos federais e municipais. O governo federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciou o processo de tombamento, está realizando o levantamento de campo e documental, do patrimônio edificado ligado ao ciclo da cana de açúcar. Já o município, através da Secretaria de Turismo, está tentando reativar a antiga rota dos engenhos reacendendo o turismo cultural no município.

**FONTES IMPRESSAS**

A Lavoura, Ceará-Mirim, 28 de junho de 1913.

A Lavoura, Ceará-Mirim, 10 de Agosto de 1913.

A Lavoura, Ceará-Mirim, 22 de outubro de 1913.

A Lavoura, Ceará-Mirim, 14 de junho de 1914.

A República, Natal, 17 de agosto de 1935.

A Razão, Ceará-Mirim, 28 de abril de 1918.

A Razão, Ceará-Mirim, 22 de julho de 1918.

Ceará-Mirim, Caderno do Rio Grande do Norte, Natal, nº 09, set/out de 1983.

Correio da Semana, Ceará-Mirim, 01 de abril de 1917.

Correio da Semana, Ceará-Mirim, 29 de outubro de 1917.

Diário de Natal, Natal, 26 de julho de 1998.

Novo Jornal, Natal, 18 de abril de 2010.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 20 de junho de 1877.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 01 de outubro de 1911.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 10 de março de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 12 de abril de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 05 de maio de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 12 de maio de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 15 de maio de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 02 de junho de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 16 de junho de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 08 de setembro de 1912.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 13 de abril de 1913.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 03 de agosto de 1913.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 31 de outubro de 1915.

O Ceará-Mirim, Ceará-Mirim, 08 de abril de 1917.

O Poti, Natal, 04 de agosto de 1991

O Poti, Natal, 11 de agosto de 1991

O Poti, Natal, 08 de setembro de 1991

O Poti, Natal, 22 de setembro de 1991.

Tribuna do Norte, Natal, 24 de julho de 1994.

Tribuna do Norte, Natal, 31 de agosto de 2003.

FALAS e Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte: 1835 a 1859. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado, 2001, Coleção Mossoroense [série G, nº 08].

FALAS e Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte: 1860 a 1873. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado, 2001, Coleção Mossoroense [série G, nº 05].

FALAS e Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte: 1874 a 1882. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado, 2001, Coleção Mossoroense [série G, nº 06].

FALAS e Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte: 1883 a 1888. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado, 2001, Coleção Mossoroense [série G, nº 07].

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Umburana. 17 de agosto de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do Engenho São Leopoldo. 17 de agosto de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho São Leopoldo. 22 de agosto de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Trigueiro. 22 de agosto de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do Engenho Verde Nasce (ruínas). 22 de agosto de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Santa Rita. 29 de agosto de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Nascimento (casa do morador 01). 12 de setembro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande do Engenho Nascimento. 12 de setembro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Nascimento (casa do morador 02). 17 de setembro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Diamante. 17 de setembro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Residência do morador do Engenho Diamante. 17 de setembro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Nascimento. 17 de setembro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Verde Nasce. 22 de outubro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Casa Grande da Usina União. 29 de outubro de 2007.

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Mucuripe. [s. d.].

IPHAN. **Inventário de conhecimento:** identificação arquitetônica / ficha de campo – Engenho Guaporé. [s. d.].

IPHAN. **Parecer – Engenho Guaporé.** Natal, 19 de setembro de 2008.

IPHAN. **Relatório mensal de atividades:** projeto estudos para o tombamento temático dos antigos engenhos do vale do Ceará-Mirim/RN – Julho de 2006. Natal, 31 de julho de 2006.

IPHAN. **Projeto básico:** inventário dos antigos engenhos do Vale do Ceará-Mirim. Natal, abril de 2007.

**BIBLIOGRAFIA:**

ANDRADE, Ana Paula Guedes de. **A casa de vivenda do sítio São Bento do Jaguaribe**: uma reconstituição arqueológica. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – UFPE, Recife.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007. (Coleção História)

ALVES, Márcia Angelina. Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira. **CANINDÉ**, Xingó, n. 2, p. 09-36, dezembro de 2002.

ANDRADE JUNIOR, Francisco Vitorino de. Rio Ceará-Mirim: o grande Baquipe. In: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; MARINHO, Inalda de Araújo Bezerra; ALVES, Gibson Machado (orgs.). **Ceará-Mirim**: tradição, engenho e arte. Natal: SEBRAE/RN, 2005.

ANDRADE, Gilberto Osório. **Os rios-do-açúcar do Nordeste oriental**: o rio Ceará-Mirim. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1957.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **Condições de trabalho e migração**: um estudo de caso da região açucareira do vale do Ceará-Mirim. 125 fls. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia) – UFPE, Recife.

ANDRADE, Mario de. **O Turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia. **Usinas de açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba**: agro-indústria canavieira e a produção do espaço. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1988. (Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. CDXXXVI)

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Ed. UNIVERSITÁRIA da UFRN, 1990.

\_\_\_\_\_. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000. (Coleção História)

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; MARINHO, Inalda de Araújo Bezerra; ALVES, Gibson Machado (orgs.). **Ceará-Mirim: tradição, engenho e arte**. Natal: SEBRAE/RN, 2005.

\_\_\_\_\_. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial**. São Paulo: Nobel, 1990.

BARROS, José D'Assunção. Espaço e história: reflexões sobre uma relação fundamental. **REVISTA Fazenda História**, Natal, Ano 01, Ed. 01, p. 84 – 104, 2008.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do turismo)

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal/Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/ ACHIAMÉ, 1955.

\_\_\_\_\_. **Nomes da Terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc.-IPHAN, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JR., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, p. 01-21, 2003.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia patrimonial: o pensar do construir. **Habitus**, Goiânia, V. 2, n. 2, p. 333-360, jul/dez 2004.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira no Pernambuco (1840 – 1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERLINI, Vera Lucia. Uma fábrica colonial: trabalhos e técnicas nos engenhos brasileiros. In: **História e Tecnologia do Açúcar**. Madeira/Portugal: CEHA, 2000. p. 183-206. (Coleção Memória, 30)

\_\_\_\_. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FIGUEIREDO, Paulo Nunes Augusto de. **Aspectos ideológicos do Estado Novo**. Brasília: Senado Federal, 1983.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: a trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_. Os historiadores e a cultura material. IN: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-110.

\_\_\_\_. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007. \_\_\_\_; PINSKI, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção Turismo Contexto)

\_\_\_\_; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. (Coleção Passo a Passo, 66)

\_\_\_\_; JONES, Siân; HALL, Martin. Introduction: archaeology in history. IN: FUNARI, Pedro Paulo; JONES, Siân; HALL, Martin (orgs.). **Historical archaeology**: back from the edge. London and New York: Routledge, 2003. p. 01-20.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Ed. Univ. São Francisco, 1997.

GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UERJ/IPHAN, 2002.

\_\_\_\_\_. Ressonância, maternidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jun, 2005. Disponível em [http://www.cielo.br/cielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-1832005000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.cielo.br/cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1832005000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 27 jul. 2009. Doi: 10.1590/S0104-71832005000100002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

GUIMARÃES, Maria Leda Lins. **A economia açucareira no Nordeste e no Rio Grande do Norte**: a sociedade escravista, decomposição do complexo rural e relações de trabalho. Natal: PRAEU, 1982. (Coleção Textos Acadêmicos nº 171)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HILLS, Catherine. Historical archaeology and text. IN: RENFREW, Colin; BAHN, Paul (orgs.). **Archaeology: the key concepts**. London and New York: Routledge, 2005. p. 103-105.

JOHNSON, Matthew. Thinking about landscape. IN: RENFREW, Colin; BAHN, Paul (orgs.). **Archaeology: the key concepts**. New York: Routledge, 2005. p. 116-119.

\_\_\_\_\_. **Ideas of landscape**. London: Blackwell Publishing, 2007.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**: bens tombados no Paraná entre 1938 -1990. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

KOSTER, Henry, **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12 ed. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 51)

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos**. [Mossoró: s. n.], 1990. (Coleção Mossoroense, Serie C, v. 597).

LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira; SANTOS, Aline Nunes dos (orgs.). **Cidadania cultural: legislação**. São Luis: Estação Produções, 2003.

MEDEIROS, Tarcisio de. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENESES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História & Reflexões, 08)

MICELI, Sergio. **Intelectuais a Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina – jurisprudência – legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MONTENEGRO, Maria Elaine. **A produção do espaço rural no município de Ceará-Mirim**. 206 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal.

MORAIS, Helicarla. **Três rios dentro de um homem: Nilo Pereira em Imagens do Ceará-Mirim, 1920-1960**. Natal: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. Natureza, suporte da memória: o Vale do Ceará - Mirim na memorialística de Nilo Pereira, 1920 – 1960. **ANAIS** do VII Semana de Estudos Históricos do CERES – História e Representação: região, espaço e natureza. Caicó: UFRN, 2007. p. 06-16.

MORAIS, José Luis de. Tópicos da Paisagem. **REVISTA do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: USP, 2000. p. 03 – 30.

ORSER JR, Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 331)

PEREIRA, Maria Madalena Antunes. **Oiteiro**: memórias de uma sinhá-moça. Natal: A. S. EDITORES, 2003.

PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

\_\_\_\_\_. **Evocação do Ceará-Mirim**. Recife: Imprensa Oficial do Arquivo Publico, 1959.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. IN: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (org). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 237-285.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**: teorías, métodos y práctica. Madrid: Akal, 1998.

ROBRANH-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do nosso passado. **Revista da USP**, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez/fev 1999-2000.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo Perspect.**, São Paulo, v. 15, n. 02, abr. 2001. Disponível em [http://www.cielo.br/cielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.cielo.br/cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200007&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 27 jul. 2009. Doi: 10.1590/S0102-88392001000200007.

SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. **A expansão canavieira no vale do Ceará-Mirim (1845-1930)**. 2001. 46 f. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos; 05)

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquest; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

SENNA, Júlio Gomes de. **Ceará-Mirim: exemplo nacional 1938-1972**. V 1 e 2. Rio de Janeiro: Pongethi, 1972.

SHANKS, Michael; HODDER, Ian. Processual, postprocessual and interpretative archaeologies. IN: HODDER, Ian; SHANKS, Michael; ALEXANDRI, Alexandra; BUCHLI, Victor; CARMAN, John; LAST, Jonathan, LUCAS, Gavin (eds). **Interpreting archaeology: finding meaning in the past**. Londres: Routledge, 1995.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção Turismo, Cultura e Lazer, 3)

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Petrópolis/EDUSP, 2003.

SOUSA, Ana Cristina de. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços. **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 291-300, jul/dez 2005.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo do patrimônio histórico e artístico do estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1981.

TRIGGUER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TRINDADE, Sergio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la arquitetura: another brick in the wall. **REVISTA do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, Suplemento 3: 119-128, 1999.

\_\_\_\_. El pensamiento moderno y el pensamiento posmoderno em arqueologia. IN: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.